

AÇÃO AFIRMATIVA NA PÓS-GRADUAÇÃO:

o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Copyright @ by Fundação Carlos Chagas

F721a ROSEMBERG, Fúlvia

Ação afirmativa na pós-graduação: o Programa
Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação
Carlos Chagas. / Fúlvia Rosemberg. – São Paulo : FCC/SEP, 2013.

104 p. (Textos FCC, 36)

ISSN: 1984-6002 (impresso)

e-ISBN: 1984-6010 (online)

1. Ação Afirmativa. 2. Pós-Graduação. 3. Ensino Superior.
4. Bolsas de Estudo. I. Fundação Carlos Chagas.
II. Fundação Ford. III. Título. IV. Série.

CDU: 378.225

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ana Maria Poppovic

Todos os direitos desta edição são reservados à Fundação Carlos Chagas

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Presidente de Honra

Rubens Murillo Marques

A Fundação Carlos Chagas é uma instituição sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, dedicada à avaliação de competências cognitivas e profissionais e à pesquisa na área de educação. Fundada em 1964, expandiu rapidamente suas atividades, realizando, em todo o Brasil, exames vestibulares e concursos de seleção de profissionais para entidades privadas e públicas. A partir de 1971, com a criação do Departamento de Pesquisas Educacionais, passa a desenvolver amplo espectro de investigações interdisciplinares, voltadas para a relação da educação com os problemas e perspectivas sociais do país.

DIRETORIA (2011-2017)

Fernando Calza de Salles Freire
Diretor Presidente

Glória Maria Santos Pereira Lima
Diretora Vice-Presidente

Ana Maria Olivan
Diretora Administrativa

Luís Octávio Richter
Diretor de Tecnologia da Informação

Ricardo Iglesias
Diretor de Operações Externas

Superintendência de Educação e Pesquisa
Claudia Davis

Departamento de Pesquisas Educacionais
Sandra G. Unbehaum

TEXTOS FCC

Textos FCC é uma publicação que visa a disseminar dados e achados dos estudos realizados no âmbito da Superintendência de Educação e Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, e trabalhos contemplados por prêmios conferidos pela instituição. Trata-se de textos mais extensos do que um artigo acadêmico, que oferecem, em regra, informações detalhadas sobre os procedimentos metodológicos utilizados, de forma a poder subsidiar outras iniciativas de especialistas e interessados.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Claudia Davis
Gisela Lobo B. P. Tartuce

COORDENAÇÃO DE EDIÇÕES

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

PROCESSAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS, GRÁFICOS, TABELAS

Leandro F. Andrade
Cristiano Miglioranza Mercado
Amélia Artes

BANCOS DE DADOS

Ida Lewkowicz
Maria Luisa Santos Ribeiro
Marli Ribeiro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Casa Rex

DIGITAÇÃO

Marcia Caxeta

REVISÃO DO TEXTO

Daniel de Oliveira Peres

APRESENTAÇÃO

A Fundação Carlos Chagas foi a instituição brasileira parceira da Ford Foundation no *International Fellowships Program* (IFP), entre nós, o Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford. Esse Programa, criado em 2001, previsto para ter uma duração inicial de dez anos, foi prorrogado até 2013 e implementado em 22 países do mundo, sempre envolvendo instituições parceiras locais, uma de suas marcas.¹ Seu objetivo principal foi conceder bolsas de mestrado e doutorado a pessoas provenientes de grupos sociais sub-representados no ensino superior e que atestassem compromisso com a justiça social.

Considerado detentor da maior dotação até então outorgada pela Fundação Ford a um único projeto, o Programa foi gerido centralmente por uma instituição especialmente criada para este fim, o *International Fellowships Fund* (IFF), cuja coordenação esteve sob responsabilidade de Joan Dassin.²

Ao longo de sua longa e profícua jornada, foram concedidas 4.348 bolsas em cenário global. Foram diversas as inovações do Programa IFP: desde os recursos destinados aos(as) bolsistas (Quadro 1), a previsão de um período preparatório e o acompanhamento, até



1 Os países foram: Rússia, China, Vietnã, Índia, Tailândia, Indonésia, Filipinas, Palestina, Egito, Quênia, Moçambique, África do Sul, Senegal, Gana, Nigéria, Tanzânia, Uganda, México, Guatemala, Peru, Chile, Brasil.

2 Para uma descrição do IFP em cenário internacional reportar-se a Dassin (2011) e Volkman, Dassin e Zurbuchen (2009).

o planejamento da divulgação de seu acervo às próximas gerações, incluindo as aprendizagens que fomos construindo e armazenando. Com certeza, as realizações dos(as) bolsistas em seus países e comunidades constitui o nosso maior legado. Assim, após longas e complexas negociações, o IFF estabeleceu parceria com a conceituada Columbia University (EUA) para ser gestora do Arquivo Global do IFP, que poderá ser acionado por pesquisadores(as) interessados(as). Na mesma direção, outra iniciativa exemplar foi solicitar às 22 instituições parceiras um relatório final orientado por um roteiro sugerido (anexo 1). Aqui divulgamos o texto brasileiro em sua versão final a partir de sugestões de Joan Dassin e João Feres Júnior.

Para nós, este texto e a experiência que relata constituem exemplos de avaliação do processo de implementação de um programa ou projeto. O relato aqui apresentado procurou tornar públicas as tensões e a “tecnologia” que foi sendo construída para traduzir em prática social a meta de inclusão na pós-graduação de pessoas provenientes de segmentos sociais sub-representados no ensino superior.

Uma característica importante da implementação do Programa se refere ao não escamoteamento de tensões detectadas entre tendências ou padrões almejados e outras tendências eventuais contrárias ou a serem superadas. Ao explicitar as tensões, dispúnhamos de condições iniciais para tentar superá-las, quando possível e se desejável. Porém, tensões nem sempre podem ser superadas. A elaboração deste relatório não escapou a esse estilo. Lembramos, porém, que tensões não significam críticas.

 <p>PROGRAMA INTERNACIONAL DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FUNDAÇÃO FORD</p>	 <p>Fundação Carlos Chagas Coordenação no Brasil</p>
<p>Quem pode se candidatar à Seleção Brasil 2009</p>	<ul style="list-style-type: none">• dispor a dedicar-se em tempo integral à pós-graduação e residir, durante a vigência da bolsa, na cidade de estudos pós-graduados;• apresentar pré-projeto de pesquisa e explicitar como irá aplicar seus estudos a problemas sociais ou questões de interesse de sua comunidade, grupo social, região ou país;• comprometer-se a trabalhar nessas questões após o término da bolsa;• apresentar a documentação que consta do <i>Cadernos de Instruções para Candidatura 2009</i>, que é distribuído pela Fundação Carlos Chagas;• dispor-se a participar de entrevistas durante o mês de novembro de 2007 em cidade brasileira a ser determinada.
<p>O/a candidato/a deve:</p>	<p>Restrições:</p>
<ul style="list-style-type: none">• ser brasileiro/a ou estrangeiro/a portador/a de RNE, ambos/as com residência permanente no Brasil, residindo nesse país durante todo o período da seleção em curso;• ter diploma de bacharel ou equivalente, tendo demonstrado qualidades acadêmicas durante a graduação;• ter experiência em trabalho ou atividades relacionadas ao desenvolvimento de sua comunidade, grupo social, região ou país;• pertencer a um ou mais dos grupos que, sistematicamente, têm tido acesso restrito ao ensino superior, ou seja:<ul style="list-style-type: none">- ter nascido nas regiões Norte ou Nordeste ou Centro-Oeste;- identificar-se como negro/a ou indígena;- provir de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais;• pretender cursar um programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (mestrado ou doutorado), no Brasil (credenciado pela Capes) ou no exterior (com titulação equivalente às nacionais), que lhe permita aprimorar sua capacidade de liderança e seus conhecimentos em área ou disciplina acadêmica, artística, de política pública, de tecnologia aplicada, relacionada a um dos campos de atuação da Fundação Ford;	<ul style="list-style-type: none">• A candidatura ao Programa é vedada a todo/a ex-bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, a pessoas já matriculadas, inscritas ou cursando o mestrado, a pessoas que já disponham de doutorado, aos membros da Comissão de Seleção e a seus familiares, aos/às funcionários/as da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas, aos/às colaboradores/as do Programa, bem como a seus familiares e a cidadãos/ãs norte-americanos/as.

Filipeta de apresentação da Seleção 2009.

Ao longo desses quase 13 anos, o Programa realizou oito seleções no país, às quais concorreram mais de 8,7 mil candidatos(as) e concedeu 343 bolsas (Quadro 1).

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES SELETAS SOBRE O IFP NO BRASIL

Início	Dezembro 2001
Número de seleções	8
Candidatos a 8 seleções	8.722
Grupos-alvo	Negros e indígenas; nascidos nas regiões NO, NE, CO; que tiveram poucas oportunidades educacionais
Bolsas concedidas	343: mulheres 50%; negros/indígenas 95%; nascidos NO, NE, CO 62%
Bolsas interrompidas ou canceladas	37
Bolsas completadas	305
Bolsistas titulados (maio 2013)	268
Tempo médio de titulação em meses	Mestrado: 27,3 - Doutorado: 46,3
Bolsistas estudando em PPG brasileiros com pelo menos nota 4 (Capes)	92,5%
Áreas de conhecimento predominantes	Educação, Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia, Artes e Cultura, Sociologia, Antropologia
Estrangeiros(as) que estudaram no Brasil	61: Guatemala, Chile, Moçambique, México e Peru

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

É nossa apreciação que a experiência brasileira de implementação do IFP foi bem-sucedida: os grupos-alvo constituem, de fato, os segmentos sociais com menor acesso à pós-graduação brasileira e os(as) bolsistas selecionados(as) provêm desses grupos; o Brasil acolheu 61 bolsistas IFP estrangeiros(as); um pequeno número de bolsas foi interrompido (37 ao total, ou 10,8%); até 17 de abril de 2013, 87,9% dos(as) bolsistas que completaram a bolsa defenderam teses e dissertações, tendo levado, em média, 27,3 meses no mestrado e 46,3 meses no doutorado. É essa experiência que será revisitada neste texto. Uma particularidade destacada nesta introdução: a implementação do Programa foi uma experiência de colaboração de parcerias.

A Fundação Carlos Chagas (FCC), mais particularmente seu Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE), vinha desenvolvendo, desde o início da instituição, uma constante e profícua parceria com o Escritório do Brasil da Fundação Ford (FF). A cooperação entre FF e FCC ocorreu tanto em projetos de pesquisa, quanto em projetos de formação de recursos humanos para pesquisa, como o celebrado “Programa de Dotações de Pesquisa sobre Mulher e Gênero”. Esse Programa, que perdurou por duas décadas, tem sido considerado como uma das alavancas na introdução e desenvolvimento da área de estudos mulher/gênero no Brasil³(BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002). Além do campo de estudos feministas/relações de gênero, também ocorreu uma profícua parceria no âmbito das pesquisas sobre relações

³ Esse programa foi coordenado pela saudosa colega do DPE Cristina Bruschini.

raciais e educação, principalmente via atividade de duas pesquisadoras da FCC: Regina Pahim Pinto e Fúlvia Rosemberg.

Assim, no Brasil, quando o Programa iniciou suas atividades, já contávamos com uma sólida história de parceria institucional que contribuiu para sustentar nossas práticas, bem como o desdobramento dessa experiência que se concretizou no atual projeto “Equidade na Pós-graduação”.

De início, o IFP foi coordenado por uma equipe de três pesquisadoras seniores do quadro da FCC – Regina Pahim Pinto, Maria Malta Campos e eu mesma. A partir de 2010, a coordenação ficou sob minha responsabilidade exclusiva. A participação de três de suas pesquisadoras na coordenação do Programa não esgotou toda a colaboração da Fundação Carlos Chagas, pois, durante a vigência do IFP no Brasil, contamos com o apoio dos diversos setores da instituição: da portaria à gráfica, do almoxarifado à informática, da biblioteca à cozinha, dos serviços gerais aos setores financeiro e contábil, entre outros.

No Brasil, contamos, ainda, com a colaboração de profissionais e ativistas autóctones, particularmente envolvidos com os temas das relações de gênero e étnico-raciais, das ações afirmativas, da pós-graduação e do fomento à pesquisa.

Como em outros países que implementaram o Programa, foi criada uma Comissão de Seleção que nos secundou entre 2002 e 2011 e contou com a participação de 22 pessoas em diferentes momentos. Também contamos com o auxílio de 411 assessores *ad hoc*, doutores especialistas nos diversos campos de conhecimento que avaliaram pré-projetos de pesquisa dos(as) candidatos(as) às oito seleções.

O modelo estatístico de seleção dos grupos-alvo foi produto da colaboração inestimável de Sergei Suarez Dillon Soares, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que desenvolveu procedimento original, confiável e público.

Ainda no âmbito das colaborações, destacamos o papel das universidades, dos programas de pós-graduação, dos(as) orientadores(as) dos(as) bolsistas brasileiros(as) - particularmente dos(as) que estudaram no Brasil, e dos(as) estrangeiros(as) que também foram estudantes da pós-graduação brasileira e, muitos deles, da universidade pública. Com efeito, no conjunto de bolsistas IFP estudando no Brasil em nível de mestrado e doutorado, brasileiros(as) e estrangeiros(as), 62,9% frequentaram universidades públicas brasileiras gratuitas.

Considerando esse contexto de intensa colaboração e produção local, é possível afirmar que, a despeito de seu caráter internacional, particularmente do financiamento e da assinatura autoral da FF e do IFF, o Programa foi “uma experiência brasileira de ação afirmativa na pós-graduação” (ROSEMBERG, 2010). Afinal, envolveu 343 bolsistas brasileiros(as), atores principais dessa empreitada, a nosso ver, bem-sucedida.

Este texto também foi elaborado em colaboração, apesar de sua sistematização ter ficado sob minha responsabilidade. A estrutura do relatório seguiu o roteiro proposto pelo IFP (“Orientações para o Relatório Final IFP”). Para sua elaboração, consultamos nossas bases de dados, atualizamos e confeccionamos tabelas e quadros, incluímos excertos de diversos documentos e publicações, também disponíveis na base de dados.

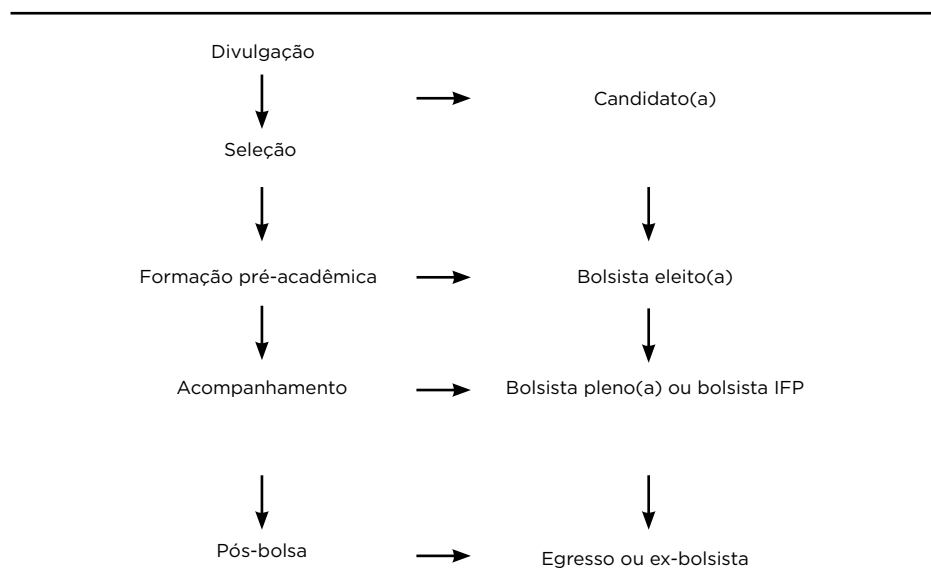
Toda a Equipe da FCC em atividade no IFP em 2012 participou da produção do relatório de diversas maneiras: elaborando tabelas e gráficos, acertando a base de dados, coletando informações, redigindo textos parciais, lendo e comentando a versão preliminar, redigindo pequenos depoimentos. Como a implementação do Programa, este texto também foi uma produção de Equipe.

4 Esse projeto, iniciado em dezembro de 2010 e financiado pelo Escritório no Brasil da FF, foi inspirado no Treinamento Pré-acadêmico IFP e disponibiliza recursos para que universidades brasileiras, que já dispõem de experiências de ação afirmativa na graduação, implementem cursos preparatórios para a seleção na pós-graduação.

O texto foi organizado conforme as etapas de um programa de ação afirmativa: divulgação, seleção, acompanhamento de bolsistas e egressos. Apenas aqui, o acompanhamento de bolsistas se subdividiu em duas etapas: a da preparação pré-acadêmica para o processo seletivo na pós-graduação; a de bolsista pleno propriamente dito, quando assumia a identidade de estudante de mestrado ou de doutorado.

O Programa foi organizado, também, em torno dessas etapas às quais corresponderam denominação das pessoas envolvidas, conforme figura abaixo.

FIGURA 1 – ETAPAS E DENOMINAÇÕES



Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

As oito seleções processadas no Brasil originaram oito turmas de bolsistas, a primeira iniciando em 2002 e a última em 2010. As turmas receberam as seguintes denominações: 2002, 2003, 2004/2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010.⁵

Nossa expectativa é que este relato contribua para a difusão e o aprimoramento de experiências de ação afirmativa no Brasil contemporâneo.

Fúlvia Rosemberg

Pesquisadora consultora da Fundação Carlos Chagas; professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; coordenadora do Núcleo Gênero, Raça e Idade - Negri
frosemberg@fcc.org.br

⁵ A denominação especial da turma 2004/2005 decorreu de ajuste no calendário conforme explicitado adiante.

SUMÁRIO

1. EDITAL, GRUPOS-ALVO E DIVULGAÇÃO	13
1.1. Edital e grupos-alvo	13
1.2. Divulgação	19
1.2.1 Difusão das seleções	19
1.2.2 Difusão da experiência IFP	24
2. SELEÇÃO	27
2.1. Ética	27
2.2. Divisão de funções e responsabilidades	29
2.3. Comissão de Seleção	30
2.4. Etapas da avaliação e seleção dos(as) candidatos(as)	32
2.5. Análise e comentários	35
3. ORIENTAÇÃO, TREINAMENTO PRÉ-ACADÊMICO E INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO	41
3.1. Orientação inicial dos(as) bolsistas	41
3.2. Treinamento Pré-Acadêmico (TPA)	45
3.2.1 Treinamento pré-acadêmico a distância	45
3.2.2 Treinamento pré-acadêmico presencial	48
3.2.3 Colocação no exterior	51
4. O PERÍODO ACADÊMICO: ACOMPANHAMENTO DOS(AS) BOLSISTAS	55
4.1 Atividades de acompanhamento dos(as) bolsistas	56
4.2 Nosso estilo de acompanhamento	60
4.3 Oportunidades e equidade	65
4.3.1 Universidades	66
4.3.2 Programas de pós-graduação	68
4.3.3 O uso dos fundos	70
4.3.4 Atividades complementares	72
4.4 Indicadores de desempenho acadêmico	74
4.4.1 Resultados gerais	74
5. PÓS-BOLSA E EGRESSOS	83
5.1 Relacionamento mútuo	83
5.2 Seguimento de egressos	87
6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, AVALIAÇÕES DO PROGRAMA E O CONTEXTO NACIONAL	91
6.1 Políticas institucionais	91
6.2 Avaliações do Programa	93
6.3 O contexto nacional	94
REFERÊNCIAS	98

1

EDITAL, GRUPOS-ALVO E DIVULGAÇÃO

QUANDO SE INICIOU o Programa no Brasil, o país vivia intenso debate sobre políticas de ação afirmativa no ensino superior visando, principalmente, a pessoas negras, egressas do ensino médio público. Este contexto foi estampado na divulgação desde a primeira seleção e marcou profundamente a configuração do Programa no Brasil (SILVÉRIO, 2009).

1.1. EDITAL E GRUPOS-ALVO

O edital de cada seleção, como ocorre em todos os concursos, constituiu peça chave do processo seletivo, pois ele incluía as informações fundamentais para o(a) candidato(a) e que, posteriormente, deveriam ser respeitadas pelos responsáveis pelo concurso.

Dentre as diretrizes internacionais do IFP destacam-se aquelas relacionadas aos grupos-alvo e que permitiram caracterizar o Programa como uma experiência de ação afirmativa na pós-graduação. Assim, no Brasil, podiam se candidatar ao IFP pessoas que apresentassem as características descritas abaixo:

- ser brasileiro/a ou estrangeiro/a portador/a de RNE (Registro Nacional de Estrangeiro), ambos/as com residência permanente no Brasil, residindo nesse país durante todo o período da seleção em curso;
- ter diploma de bacharel ou equivalente, tendo demonstrado qualidades acadêmicas durante a graduação;
- ter experiência em trabalho ou atividades relacionadas ao desenvolvimento de sua comunidade, grupo social, região ou país;
- pertencer a um ou mais dos grupos que, sistematicamente, têm tido acesso restrito ao ensino superior, ou seja:
 - ter nascido nas regiões Norte ou Nordeste ou Centro-Oeste;
 - identificar-se como negro/a ou indígena;
 - provir de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais.

(*Caderno de Instruções*. Seleção 2010)

O último conjunto de atributos, ou seja, aqueles associados a processos de desigualdades sociais, adotado desde a primeira seleção, foi definido a partir de três procedimentos complementares: consultoria realizada por Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Marco Antônio Cavalcanti da Rocha (2000) ao Escritório do Rio de Janeiro da Fundação Ford (FF) antes da implementação do IFP no Brasil; pesquisas disponíveis no Brasil, inclusive aquelas realizadas pela Fundação Carlos Chagas, ou financiadas pelo Escritório do Brasil da Fundação Ford (SAMPAIO et al., 2000), sobre o perfil das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero na educação brasileira; reunião de trabalho entre Joan Dassin, coordenadora executiva em nível global e Equipe de coordenação da Fundação Carlos Chagas, também antes da instalação do Programa no Brasil.

As primeiras iniciativas relacionadas à implementação do Programa no Brasil devem ser associadas a Nigel Brooke, então representante no Brasil da Fundação Ford. Conforme depoimento de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (2012), Nigel Brooke assegurou que a escuta dos Movimentos Negros seria condição imprescindível para a implementação do IFP no Brasil. Para tanto, foram organizadas reuniões em São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão e Bahia. Com base nesses debates, em revisão de literatura, entrevistas individuais e grupais com ativistas, acadêmicos(as), gestores(as) e organizações brasileiras, bem como com funcionários(as) da Fundação Ford, Gonçalves e Rocha (2000) elaboraram extenso relatório – *Programa Internacional de Bolsas (IFP) da Fundação Ford: proposta para o Brasil* –, propondo não apenas uma definição do público-alvo, mas, também, delineando estratégias que orientaram, em boa parte, o início da implementação do IFP no Brasil. Portanto, a primeira definição do grupo-alvo a ser focalizado pelo IFP no Brasil provém desse documento: “pessoas de baixa renda que pertencem a grupos raciais ou étnicos que historicamente têm sido discriminados dentro da sociedade brasileira” (GONÇALVES; ROCHA, 2000, p. 16). Nesse documento não se previra a inclusão de indígenas entre os grupos-alvo.

Posteriormente, em reunião realizada em São Paulo (26/07/2001) com Joan Dassin, levando-se em consideração o debate brasileiro sobre ação afirmativa no ensino superior e as experiências de implementação do IFP na América Latina, adotou-se uma primeira definição para público-alvo do ponto de vista de sua sub-representação no ensino superior:

- [...] grupos que, sistematicamente, têm tido acesso restrito ao ensino superior, a saber:
- provenientes das regiões Norte ou Nordeste ou Centro-Oeste;

- de origem étnico-racial negra ou indígena;
- que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais;
- que assumem encargos e responsabilidades familiares.

(*Caderno de Instruções*. Seleção 2002)

Essa definição sofreu, posteriormente, ligeiras modificações visando à melhoria de sua operacionalização via indicadores sociodemográficos públicos e confiáveis. Mas, graças aos aportes de Joan Dassin, foram incluídos os indígenas entre os grupos-alvo, inclusão inovadora nos debates e práticas brasileiras de ação afirmativa naquele momento.

Quando o IFP iniciou suas atividades no Brasil, em 2001, a educação brasileira apresentava-se, como se apresenta na atualidade, em expansão, mas ainda deficitária e profundamente desigual. Com efeito, conforme o Censo de 2000, o sistema educacional brasileiro ostentava alguns indicadores críticos: se dispúnhamos de 53,4 milhões de estudantes (31,4% da população total), apenas 15,5% dos estudantes cursavam o ensino médio. Além disso, apenas 1,7% da população estava frequentando o curso superior (em torno de 2,9 milhões) e uma estimativa de apenas 162.512 pessoas haviam frequentado o mestrado ou doutorado.

Uma particularidade destacada no perfil da educação brasileira, no início deste milênio, relaciona-se às desigualdades de acesso, permanência e sucesso de pessoas provenientes de famílias que detêm poucos recursos econômicos e reduzida escolaridade, originárias de área rural, identificadas como negras e indígenas, residentes ou nascidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (com exceção de Brasília, capital federal). Como em vários países do mundo (mas não em todos), as mulheres brasileiras, inclusive desses segmentos sociais, vêm apresentando, de há muito, indicadores educacionais melhores que os dos homens em todos os níveis educacionais e a partir do ensino fundamental (ROSEMBERG; MADSEN, 2011).

Esse contexto de desigualdades educacionais tem mobilizado setores progressistas da sociedade, inclusive movimentos sociais, como os indígenas e os negros. Esses últimos, desde a segunda metade dos anos 1990 e com maior ênfase após a Conferência de Durban em 2001 (III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África do Sul), incluíram, em sua agenda, a reivindicação por ações afirmativas em setores da vida social em que se observam discriminações históricas contra os negros.⁶ No âmbito dessas reivindicações por ações afirmativas, o acesso ao ensino superior ganhou destaque. Assim, ao iniciar em 2001 sua trajetória no Brasil, o IFP encontrou um debate intenso e acirrado sobre ações afirmativas no ensino superior, principalmente via sistema de cotas para negros e egressos do ensino médio público, incluindo-se, posteriormente, os(as) indígenas, cuja principal reivindicação, naquele momento, era por licenciaturas interculturais.⁷

Tal particularidade do cenário educacional brasileiro marcou intensamente uma das faces do “rosto” do IFP no Brasil: a de ter se assumido, publicamente e desde a primeira seleção, como um programa de ação afirmativa na pós-graduação.⁸ Tal marca identitária – na época éramos o único programa de ação afirmativa na pós-graduação – significou: externamente, participar e contribuir ativamente no debate brasileiro sobre ação afirmativa no ensino superior; internamente, apropriarmos, adotarmos e aperfeiçoarmos conhecimentos e práticas de ação afirmativa, mas com particular atenção à cultura local da pós-graduação. Isto é, procuramos respeitar, sempre que possível, práticas de seleção na pós-graduação brasileira integradas às estratégias de ação afirmativa, visando à não estigmatização de bolsistas e egressos(as) do IFP e seu reconhecimento pleno

⁶ Denominamos negros o conjunto de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas.

⁷ Para uma descrição e análise do período, ver, entre outros, Guimarães (2004), Moehleck (2009), Lima (2008), Feres Júnior (2008).

⁸ Não adotamos estratégias de cotas no processo seletivo, como veremos adiante.

como mestres e doutores ao final do curso; respeitar um dos princípios fundamentais do ensino superior, o da autonomia universitária. Esta foi a outra face do “rosto” do IFP no Brasil: a busca do respeito à cultura brasileira da pós-graduação *stricto sensu*. Evitar a estigmatização dos(as) bolsistas fazia sentido, na medida em que uma das críticas recorrente na época à ação afirmativa no ensino superior era que os(as) beneficiados(as) por cotas iriam “rebaixar” o nível de qualidade das universidades brasileiras de prestígio. Afirmava-se, e ainda se afirma, na mídia que estratégias de ação afirmativa não selecionam candidatos(as) por mérito ou potencial acadêmico.

Uma das particularidades da experiência brasileira provém do fato de que a pós-graduação no Brasil, quando comparada à de outros países latino-americanos, é que a compartilhada desigualdade de acesso e permanência convive, por outro lado, com intensa institucionalização e expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação, sob a responsabilidade da agência de fomento nacional, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Objeto de Planos Nacionais (o último destinado ao período 2011-2020), a pós-graduação, como se viu, é formalizada e os programas são submetidos a avaliação de pares periodicamente, cujos resultados são divulgados publicamente (www.capes.gov.br). Portanto, na implementação do IFP no Brasil, esta particularidade da pós-graduação foi considerada em diferentes momentos: na delimitação de grupos-alvo, no planejamento e implementação do acompanhamento de bolsistas antes e após o ingresso na pós-graduação.

Em 2001, o Brasil dispunha de 1.551 programas de pós-graduação *stricto sensu*, que acolhiam 98.313 pós-graduandos. Porém, a pós-graduação se apresentava (e se apresenta) como um nível educacional com intensas desigualdades – regionais, étnico-raciais e econômicas –, mas acolhendo um maior número de mulheres que de homens (Quadros 2, 3 e 4).

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAS POR COR/RAÇA E CATEGORIAS SELECIONADAS. BRASIL, 2000

Categorias	Total* %		Cor-raça									
			Branco		Preta		Parda		Negra (preta+parda)		Indígena	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Graduação	5.485.710	100	4.531.679	82,6	118.316	2,2	680.456	12,4	798.772	14,6	7.051	0,1
Pós-graduação	320.043	100	261.057	86,4	5.532	1,8	27.864	9,2	33.396	11	701	0,2
Total da população	85.464.452	100	48.288.005	56,5	5.807.998	6,8	30.023.804	35,1	35.831.802	41,9	349.196	0,4

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001). * Incluindo os autodeclarados amarelos.

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAS POR REGIÃO E CATEGORIAS SELECIONADAS. BRASIL, 2000

Categorias	Total %		Região									
			Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Graduação	5.485.710	100	165.157	3	780.018	14,2	3.268.694	59,6	890.169	16,2	381.672	6,9
Pós-graduação	320.043	100	9.394	3,1	39.938	13,2	182.666	60,5	46.768	15,5	23.276	7,7
Total da população	85.464.452	100	5.274.663	6,2	21.804.548	25,5	39.109.928	45,8	13.539.471	15,8	5.735.842	6,7

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001).

QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAS POR SEXO E CATEGORIAS SELECIONADAS. BRASIL, 2000

Categorias	Total %		Sexo			
			Homens		Mulheres	
			N	%	N	%
Graduação	5.485.710	100	2.505.400	45,6	2.983.310	54,4
Pós-graduação	320.043	100	172.728	57,2	129.315	42,8
Total da população	85.464.452	100	40.991.292	47,9	44.473.160	52,1

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001).

À exceção das duas primeiras seleções do IFP, que incluíram também a categoria “pessoas que assumem encargos e responsabilidades familiares” – e que se mostrou de difícil operacionalização empírica⁹ –, os grupos-alvo foram bem selecionados porque correspondem a condições adscritas que, efetivamente, dificultam o acesso, a permanência e o término do ensino superior. Além disso, tais variáveis permitiram sua tradução em indicadores sociodemográficos e étnico-raciais objetivos, confiáveis e públicos, disponíveis nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Deve-se notar, ainda, que correspondiam (e correspondem) aos segmentos sociais focalizados pelo debate público – governamental, acadêmico, midiático e ativista – sobre ação afirmativa no ensino superior.¹⁰

Em todas as seleções, estivemos muito atentos(as) ao fato de as mulheres serem maioria expressiva entre candidatos(as) ao IFP, do mesmo modo que ocorre com estudantes brasileiros(as) na graduação e pós-graduação. Uma eventual discriminação de gênero a favor dos homens foi debatida em inúmeras reuniões da Comissão de Seleção, foi objeto de análise minuciosa (ROSEMBERG; ANDRADE, 2008) e redundou em ligeira alteração do edital a partir de 2007. Politicamente, não nos parecia correto favorecer candidaturas femininas, tampouco teríamos condição de enfrentar uma prática inabitual no Brasil contemporâneo: a de introduzir discriminação positiva em favor dos homens. Por esta razão, estabelecemos a meta de distribuir, equitativamente, o número de bolsas entre homens e mulheres. No conjunto das 343 bolsas concedidas, 50,4% foram destinadas às mulheres, independentemente de seu percentual ter sido superior entre os(as) candidatos(as): 68,2%. Tal paridade na distribuição de bolsas para homens e mulheres, mesmo não explicitada, não deixou de ser uma versão de cota.

Após a experiência de implementação do IFP no Brasil nesses 13 anos, talvez pudéssemos focalizar em eventuais novos programas, mais dois grupos-alvo específicos e dar-lhes um tratamento preferencial: mulheres em áreas acadêmicas masculinas, homens em áreas acadêmicas femininas, negros(as) e indígenas em áreas acadêmicas mais concorridas por brancos(as). A nosso ver, tal foco não teria sido adequado no início da implementação de programa tão inovador como o IFP, em contexto político vivendo sob o fogo cruzado de críticas contundentes sobre ação afirmativa e o olhar atento dos movimentos sociais e da mídia. Nossa meta brasileira era, em boa parte, provar a viabilidade de prática de ação afirmativa na Universidade sem desqualificar a pós-graduação. Além disso, tínhamos que respeitar os campos de atuação da Fundação Ford que delimitavam as áreas de conhecimento cobertas pela bolsa.

Por seu lado, o IFP propunha uma inovação ao integrar ao potencial acadêmico, o potencial de liderança ao compromisso social. Tal meta política foi muito bem vinda no

⁹ Essa condição fora adotada visando a atingir as mulheres, respondendo ao edital de que o Programa era “sensível à igualdade de gênero”. Porém os(as) candidatos(as) adotaram critérios muito fluidos para descrever a “responsabilidade familiar” que assumiam, o que não permitiu captar quem, de fato, assumia encargos familiares. Por esta razão foi abandonada a partir da terceira seleção.

¹⁰ Pessoas provenientes de outros grupos sociais considerados “vulneráveis”, “discriminados” ou “excluídos” no ensino superior – como pessoas idosas, com necessidades especiais, ou de área rural –, não incluídas nos grupos-alvo, foram, porém, eventualmente privilegiadas no processo seletivo quando ocorria empate entre candidatos(as).

Brasil (e na FCC), especialmente frente à crítica de que programas de ação afirmativa no ensino superior privilegiariam, apenas (ou sobretudo), a classe média negra.

Porém, a inovação do IFP decorrente da busca de integração de “acesso ao ensino superior” e “formação de lideranças em justiça social” nem sempre, na prática, pode ser totalmente equacionada, no sentido de manter o equilíbrio entre os termos: ampliar o acesso das pessoas sub-representadas ao ensino superior e formar líderes atuais ou potenciais que atuam em justiça social. Talvez o exemplo mais marcante dessa tensão, no caso brasileiro, provenha da dificuldade de selecionarmos mais advogados(as) negros(as) e indígenas comprometidos(as) com a causa dos Direitos Humanos. Observamos, entre vários(as) candidatos(as) advogados(as) brasileiros(as), que as condições sociais e regionais de origem, provavelmente, impulsionaram para que frequentassem cursos privados, locais de formação em Direito pouco competitivos, o que acarretou, também, candidaturas menos competitivas. Isto é, candidaturas que teriam maior dificuldade de atingirem, durante a formação pré-acadêmica, um nível compatível com processos seletivos aguerridos da pós-graduação em Direito. Portanto, apesar de termos consciência da necessidade de selecionarmos mais advogados(as) que pudessem se especializar em Direitos Humanos, várias de suas candidaturas eram pouco competitivas quando comparadas às de negros(as) e indígenas em outras áreas (Educação, por exemplo) de acesso mais “democrático”. Não se trata, a nosso ver, de um problema inerente ou específico ao IFP, mas sim de diferenciações de seletividade entre áreas de conhecimento e que podem acarretar práticas socialmente discriminatórias, de difícil correção. Uma lição apreendida: o enfrentamento de barreiras para cuja demolição teríamos que dispor de mais tempo e outras estratégias.

Por outro lado, selecionamos candidatos(as) líderes, cuja posição de proeminência nacional (e a agenda decorrente) talvez tenha cerceado sua dedicação maior à formação acadêmica, apesar de, no Brasil, o Programa exigir dedicação total à pós-graduação e residência na cidade de estudos.

Apesar de a sistemática da seleção de candidatos(as) à bolsa IFP no Brasil ter sido desenhada desde o ano de sua implantação, à medida que efetuávamos a avaliação do processo de implementação, introduzíamos pequenas modificações no edital referente à seleção. Uma dessas mudanças a ser destacada se refere ao calendário. De início, o calendário, que se adequava à dimensão internacional do Programa, não se ajustava ao ano escolar brasileiro, acarretando um período relativamente curto para o treinamento pré-acadêmico.

A partir da seleção de 2003, mas, mais pronunciadamente, da seleção 2004/2005, ajustamos definitivamente nosso calendário ao escolar brasileiro. Isto permitiu que as fases de difusão e seleção ocorressem em um único ano (entre março e novembro/dezembro). A sessão de orientação dos(as) novos(as) bolsistas passou a ocorrer em fevereiro e eles(as) dispuseram de, pelo menos, quatro meses para o treinamento prévio aos processos seletivos na pós-graduação. Além disso, o ajuste do calendário permitiu estabelecer e anunciar a rotina de que, no Brasil, as inscrições ao IFP estavam abertas a partir do primeiro trimestre de cada ano. Trata-se de um, entre muitos outros exemplos, de observação de tensão, seguida de diálogo e ajuste das diretrizes internacionais às particularidades brasileiras, importância das pequenas mudanças e da atenção constante à avaliação do processo de implementação.

Uma outra mudança importante no edital ocorreu na seleção 2010 que se destinou exclusivamente ao mestrado em decorrência da previsão de encerramento do IFP em 2013. Portanto, neste texto, todas as informações sobre 2010 refletem a peculiaridade de ter acolhido apenas candidatos(as) e bolsistas em nível de mestrado.

1.2. DIVULGAÇÃO

Ao se assumir como um programa de ação afirmativa, o IFP no Brasil adotou uma divulgação pró-ativa, que se bifurcou em duas direções complementares: produção e difusão de materiais para anunciar a seleção de cada ano visando a recrutar candidatos(as) provenientes dos grupos-alvo; produção e difusão de informações e reflexões sobre a prática do Programa no contexto do debate brasileiro sobre ação afirmativa no ensino superior.

1.2.1. DIFUSÃO DAS SELEÇÕES

No Brasil, adotamos o princípio geral de que a difusão da seleção anual seria focalizada exclusivamente em candidatos(as) potenciais, portanto, nos grupos-alvo. Nesse sentido, não incluímos publicidade paga na grande imprensa, tampouco privilegiamos divulgação em locais públicos de grande circulação. Dada a intensidade (e ferocidade, por vezes) do debate sobre ação afirmativa e a visibilidade da Fundação Carlos Chagas na área de seleção de recursos humanos, não nos interessava ter um grande número de pessoas “não selecionadas”, isto é, potencialmente descontentes.

CARTAZES DOS 8 PROCESSOS SELETIVOS



Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Nossa opção foi, então, procurar atingir apenas potenciais candidatos(as) em número suficiente para realizarmos um processo seletivo adequado e não provocarmos a frustração de muitas pessoas. A estridência midiática do debate sobre ação afirmativa (CRUZ, 2011) nos aconselhava prudência, mas não isolamento. Assim, nesse contexto, adotamos estratégias múltiplas para difundir a seleção do ano, a experiência do IFP, o tema e as práticas da ação afirmativa no ensino superior, bem como as realizações dos(as) bolsistas e ex-bolsistas.

A disponibilidade de modelos de materiais impressos produzidos pelo IFF (logos e pôster, por exemplo) e pelos parceiros internacionais (formulários para candidatura, por exemplo), auxiliou a produção de nosso próprio material visual que assumiu sua feição típica na seleção de 2003: divulgação do “rosto” do IFP no Brasil com fotos dos(as) bolsistas. Eles(as) constituíram a melhor propaganda para evidenciar que o IFP selecionava, de fato, pessoas provenientes dos grupos-alvo.

Para cada seleção preparamos um *kit* básico impresso e informatizado. O *kit* impresso, enviado pelo correio para uma mala direta que construímos especialmente para este fim, continha: cartaz do ano, pôster, *Caderno de instruções* e *Formulário para candidatura*. A partir de 2004, produzimos uma versão reduzida do edital daquele ano e um pôster “atemporal” distribuído fora das seleções.

O material impresso, complementado por sua reprodução em disquete e CD, era enviado pelo correio para uma *mailing list* composta por nomes de instituições, organizações e pessoas vinculadas à área acadêmica e aos movimentos sociais, incluindo, também, bolsistas, ex-bolsistas e outras pessoas e organizações que passaram a ter vínculo com o Programa.

O *kit* informatizado usava os canais da internet, via *e-mail* e *site*. Os materiais para divulgação via internet foram especialmente elaborados para este fim. Para a formatação do *site* (www.programabolsa.org.br) adotamos um modelo simples, sem animação, tendo em vista a dificuldade e/ou lentidão de acesso à internet em determinadas regiões do país, principalmente no início da década de 2000 e em terras indígenas.

A divulgação da seleção do ano também ocorria via eventos descentralizados, especialmente organizados para este fim, que envolviam tanto uma apresentação do Programa IFP, quanto uma oficina “como se candidatar”.

Foram realizados, no conjunto das oito seleções, 31 “lançamentos”, abrangendo 16 estados, as cinco regiões fisiográficas e tendo sido acolhidos ou apoiados por diversos tipos de instituições/organizações. Alguns desses lançamentos foram organizados ou contaram com a colaboração e a presença de bolsistas e ex-bolsistas do IFP.

A partir da sistematização de respostas coletadas nos *Formulários para candidatura* à pergunta “Como você se informou sobre o Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação”, pudemos perceber que a internet constituiu a principal fonte de informação sobre as seleções no Brasil a partir da Seleção de 2004 e para todos os subgrupos considerados.

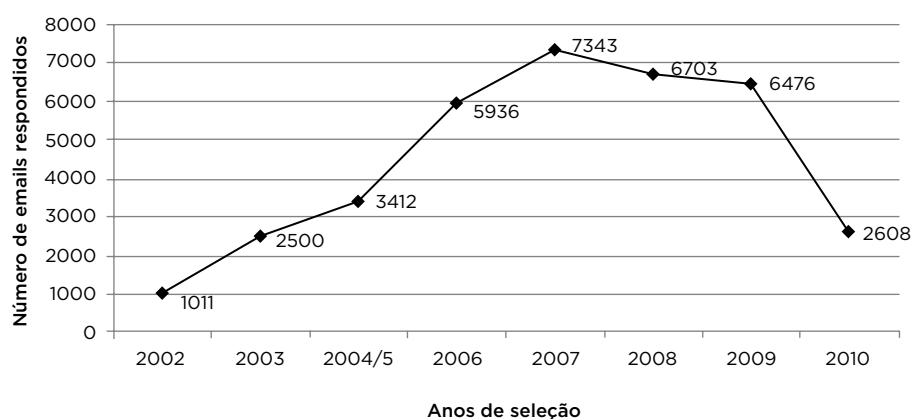
As redes sociais para divulgação das seleções foram construídas e mantidas com a colaboração de múltiplas fontes. Inicialmente, da própria Fundação Carlos Chagas, instituição que conta com uma história de 48 anos e que mantém, via Departamento de Pesquisas Educacionais, uma extensa lista de parceiros e colaboradores no âmbito acadêmico e do movimento social. Também dispusemos do apoio do Escritório da Fundação Ford no Brasil, oferecendo suas *mailing lists* que incluíam os doadores. Os membros das Comissões de Seleção, com especial destaque do professor Ivair Augusto Alves dos Santos, forneceram informações preciosas sobre suas áreas específicas de atuação profissional, de especialização acadêmica e de ativismo social. Os(as) assessores(as) *ad hoc*, que analisaram pré-projetos dos(as) candidatos(as), pesquisadores(as) originários(as) de vários campos de conhecimento, integraram também nossa *mailing list*. Diversas organizações dos movimentos sociais incluíram *links* do IFP em seus *sites*, bem como bolsistas e ex-bolsistas.

O desempenho acadêmico dos(as) bolsistas, atestado por sua atuação nas universidades, suas teses e dissertações divulgadas no *site* do Programa, pela divulgação de seus trabalhos em eventos e na série de coletâneas temáticas que publicamos com

artigos de ex-bolsistas,¹¹ associados à evidência de sua pertença a segmentos sociais sub-representados na pós-graduação (como informamos, também visível no material de divulgação do IFP no Brasil), constituíram uma das mais importantes estratégias de “recrutamento” focalizado de candidatos(as).

Na difusão das seleções, incluímos um canal de comunicação com os(as) candidatos(as), importante atividade que ocorreu continuamente no transcorrer das seleções e que participou da construção da imagem pública do Programa no Brasil: o respeito aos(à) candidatos(as). Durante o processo de seleção, o atendimento ao(à) candidato(a) – por *e-mail*, telefone, fax ou correspondência – consistia em dirimir dúvidas e enviar material para candidatura. Fora da fase de seleção, o atendimento ao(à) candidato(a) consistiu em informar sobre o Programa (Gráfico 1). Uma descrição mais detalhada desse atendimento encontra-se no Quadro 5.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE E-MAILS RECEBIDOS/RESPONDIDOS NO ATENDIMENTO AO(À) CANDIDATO(A), POR SELEÇÃO. BRASIL.



Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

QUADRO 5 – ATENDIMENTO AO/À CANDIDATO/A

A todos(as) os(as) candidatos(as) que concorreram ao Programa, enviamos, por correio, um protocolo informando que sua candidatura fora recebida. Logo após a escolha dos(as) semifinalistas, todos(as) os(as) candidatos(as) não selecionados(as) receberam uma carta informando essa condição. Se selecionados(as) como semifinalistas, receberam informe para se prepararem para as entrevistas. A acolhida aos(às) semifinalistas foi sempre minuciosamente planejada. Foram alojados nos hotéis em quartos individuais visando a oferecer-lhes boas condições para controle emocional necessário à tensão provocada pela seleção, particularmente, pela entrevista. Receberam certificado de participação na seleção, participaram de palestra sobre o Programa, foram acolhidos por bolsistas IFP, efetuaram avaliação sobre o processo das entrevistas, receberam carta de agradecimento, além de foto e endereço do grupo de semifinalistas.

Aos(às) não selecionados(as) que nos escreveram, seja reclamando, seja perguntando sobre os critérios da seleção, enviamos uma resposta individual. Além disso, todos(as) os(as) não selecionados(as) podiam receber de volta sua documentação, desde que nos solicitassem. O *site* do Programa divulgava informação sobre o perfil dos(as) selecionados(as) em cada etapa visando dar transparência ao processo de seleção.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

De acordo com informações fornecidas pelos(as) candidatos(as), a internet foi o método mais eficaz seguido, com oscilações, dos “amigos e conhecidos”: combinaram-se uma estratégia impessoal e tecnológica a uma estratégia pessoal de comunicação face a face. É possível que essa última estratégia tenha sustentado, pelo menos em parte, a “veracidade” ou idoneidade do IFP no Brasil. Assim, é possível que eventuais candidatos(as) tenham sido estimulados(as) a candidatar-se à bolsa porque o processo seletivo “era para valer”, sem protecionismo, sem privilegiar os

¹¹ Para uma descrição detalhada ver tópico Acompanhamento.

tradicionalmente privilegiados. Por exemplo, em algumas seleções sucessivas, foi possível localizar novos(as) candidatos(as) originários(as) de mesmo município ou de mesma etnia indígena de pessoas selecionadas em anos anteriores.

QUADRO 6 - PERCENTUAL DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O PROGRAMA INDICADAS POR CANDIDATOS(AS), POR SEXO, RAÇA/ETNIA E REGIÃO DE RESIDÊNCIA. CONJUNTO DE SELEÇÕES. BRASIL.

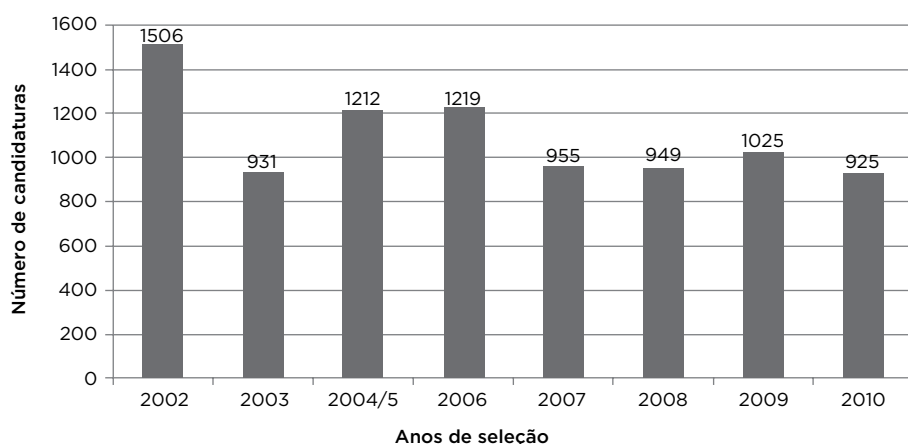
Veículo	Sexo		Raça/etnia			Região residência				
	F	M	B	N	I	NO	NE	CO	SE	S
Internet	37,0	36,3	37,6	36,8	31,8	38,9	39,1	35,7	34,6	36,6
E-mail	5,0	4,2	5,7	4,4	4,2	3,0	4,3	4,0	5,6	5,8
Total	42,0	40,5	43,3	41,2	36,0	42,0	43,4	39,7	40,2	42,4
Fôlder	14,5	14,8	10,8	15,9	17,2	15,3	15,3	15,2	14,5	11,1
Cartaz	4,4	5,1	4,8	4,7	2,6	4,0	4,3	6,4	4,6	4,2
Total	18,9	19,9	15,7	20,6	19,8	19,3	19,6	21,6	19,1	15,3
Conhecidos	18,4	17,4	18,5	18,1	20,1	17,8	17,7	16,6	18,9	19,2
Outros	20,7	22,2	22,5	20,1	24,0	20,9	19,4	22,1	21,8	23,1

F = Feminino M = Masculino B = Branca N = Negra I = Indígena
 NO = Norte NE = Nordeste CO = Centro-Oeste SE = Sudeste S = Sul

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013)

De um modo geral, consideramos a divulgação das seleções bem-sucedida, baseando-nos em dois indicadores: o número de candidatos(as) por seleção e o perfil dos(as) candidatos(as).

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS CANDIDATURAS POR SELEÇÃO. BRASIL.

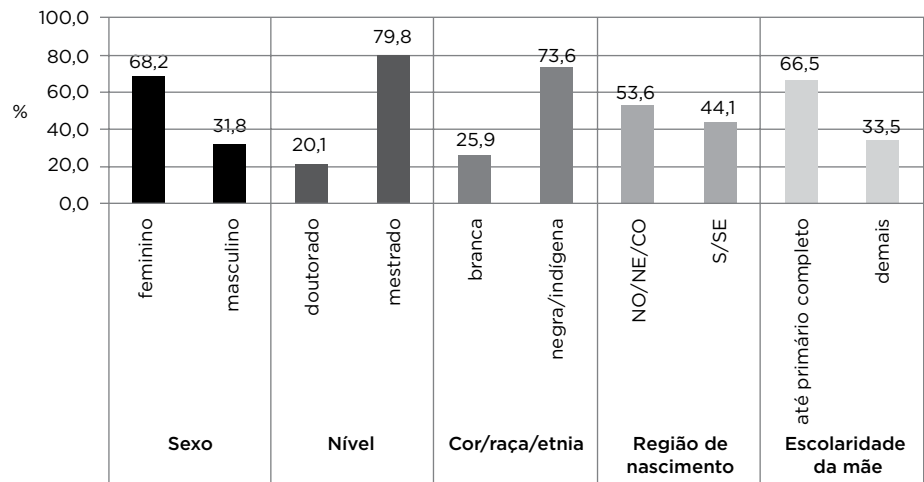


Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Conforme se percebe, o número de candidatos(as) foi sempre adequado, variando de 1506 a 925. Apesar de nossos esforços, não conseguimos encontrar explicações para a flutuação ano a ano. Talvez o maior número de candidatos(as) na seleção 2002 decorra da novidade do Programa e do que se denomina de “demanda reprimida”, de difícil conceituação e mensuração.

Não obstante o perfil dos(as) candidatos(as) ter estado sempre muito focado nos grupos-alvo, desde a primeira seleção estivemos constantemente preocupados(as) com alguns vieses recorrentes: sobrerrepresentação das mulheres; número reduzido de candidatos(as) indígenas, sobrerrepresentação de candidatos(as) à área da Educação. O último viés nos pareceu incontornável, na medida em que: cursos de pós-graduação em Educação são os mais frequentes no Brasil; Educação é a área acadêmica mais frequentada por mulheres negras e brancas e por homens e mulheres indígenas.¹²

GRÁFICO 3 - PERFIL DOS(AS) CANDIDATOS(AS) PARA O CONJUNTO DAS SELEÇÕES (%). BRASIL.



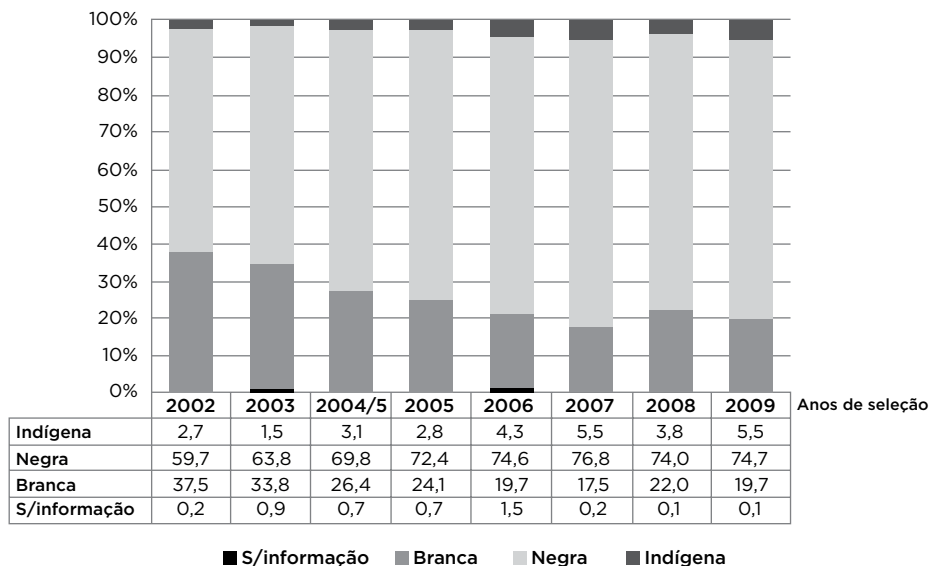
Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Procuramos controlar os dois primeiros vieses, após análises minuciosas, adotando estratégias diferentes: no caso da sobrerrepresentação das mulheres, eliminamos do edital a frase “no Brasil, o Programa, além de estar atento à igualdade de gênero, destina-se, prioritariamente, a...” (ROSEMBERG; ANDRADE, 2008, p. 432), que poderia estar sendo interpretada como se as mulheres fossem sempre um dos grupos-alvo do IFP no Brasil.¹³ No caso da sub-representação dos(as) indígenas, reforçamos a visibilidade pública dos(as) bolsistas indígenas, como por exemplo a de uma das bolsistas, em nível de doutorado, Maria das Dores de Oliveira, cuja sessão de apresentação pública da tese, a primeira indígena brasileira doutorando-se, foi transmitida por noticiário de grande audiência no Brasil. Além disso, efetuamos vários “lançamentos” do Programa em terras indígenas, particularmente na região Norte e participamos de vários eventos sobre ensino superior indígena convidados(as) pelo Escritório do Brasil da Fundação Ford (que intensificara seu foco em projetos voltados a populações tradicionais), por ex-bolsistas indígenas e instituições brasileiras.

¹² Ver Beltrão e Teixeira (2004).

¹³ Essa análise deu origem a um artigo discutindo a tensão gênero-raça/etnia no debate e nas práticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro (ROSEMBERG; ANDRADE, 2008).

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE CANDIDATURAS INDÍGENAS POR SELEÇÃO (%). BRASIL.



Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Em suma: de um lado, a avaliação dos procedimentos e resultados da divulgação durante a implementação do Programa permitiu correções, isto é, as estratégias adotadas na difusão foram adequadas para dispormos de um número bom de candidaturas focalizadas nos grupos-alvo. Porém, a despeito das tentativas, não conseguimos, durante as oito seleções, diversificar mais as áreas (ou campos) de conhecimento e ampliar ainda mais o número de homens negros e de homens e mulheres indígenas candidatos(as) a ponto de flexionar a tendência.

1.2.2. DIFUSÃO DA EXPERIÊNCIA IFP

Além dos materiais relacionados a cada seleção, produzimos outras publicações em papel e para divulgação informatizada, destinadas a um público interno e externo:

- *Circulares* bianuais de divulgação interna (22 números) com matérias produzidas, principalmente, por bolsistas e ex-bolsistas;
- oito volumes da Série Justiça e Desenvolvimento IFP/FCC no formato de coletâneas temáticas compostas por artigos oriundos de teses e dissertações de ex-bolsistas, atividade financiada pelo Escritório do Brasil da FF;
- CDs da Série Multimídia ;
- nove anais impressos e em CD dos Encontros Brasileiros de Bolsistas IFP;
- artigos publicados sobre o IFP em coletâneas e revistas acadêmicas, descrevendo e analisando a experiência brasileira de implementação do Programa no Brasil;
- participação em eventos nacionais e internacionais nos quais a experiência brasileira do IFP foi abordada como tema principal ou ilustração de reflexão sobre ação afirmativa, além de apresentação em pequenas reuniões de trabalho (não registradas) no Ministério da Educação e no Escritório do Brasil da Fundação Ford.

De um modo geral, os eventos nos quais o Programa foi apresentado destinavam-se ao público acadêmico, de gestores de políticas públicas e ativistas, com uma grande variação no número de pessoas participando. Os focos das apresentações e dos artigos, apesar de variados, procuraram destacar as inovações das propostas do IFP no âmbito internacional e das políticas de ação afirmativa, sua articulação com o cenário político e cultural brasileiro, as tensões na implementação e sua viabilidade e oportunidade. Ou seja, a mensagem era: apesar da complexidade e das tensões, experiências de ação afirmativa na pós-graduação são necessárias e factíveis no Brasil contemporâneo, cuidando-se, porém, para não se canalizarem os principais recursos da educação para esse nível educacional.

As apresentações públicas do Programa, bem como os artigos, constituíram ocasiões de escol para refletirmos sobre nossas práticas e submetê-las ao escrutínio externo. Portanto, como ocorre no âmbito acadêmico, apresentações públicas significam interações, trocas, dialogicidade: informamos e aprendemos. Por essa razão, temos afirmado que debates e práticas de ação afirmativa no Brasil no período foram influenciadas por discursos e práticas do Programa, bem como o Programa ostenta marcas de discursos e práticas de ação afirmativa no Brasil do período.

Uma atenção constante nos textos e comunicações que produzimos relacionados ao Programa no Brasil, bem como nas entrevistas concedidas às mídias, foi fugir da estigmatização e vitimização dos(as) bolsistas e tratar o Programa como uma construção coletiva. Por exemplo, evitar a descrição dos(as) bolsistas como “carentes”, ou outros adjetivos que marcassem a extrema pobreza. Se os(as) bolsistas eram originários de famílias pobres, tendo terminado o ensino superior no Brasil, não poderiam ser descritos como “carentes”. Preferimos, sempre que possível, descrições objetivas, mesmo que não tivessem apelo midiático.

Não se pode olvidar que as oportunidades de apresentação pública do Programa ocorreram também em decorrência da trajetória da Fundação Carlos Chagas no campo da produção acadêmica sobre educação e relações raciais, do momento político brasileiro de debate público e implementação de experiências de ação afirmativa na graduação, do intenso envolvimento do Escritório do Brasil da Fundação Ford nessa empreitada do apoio de organizações e lideranças dos movimentos negro e indígena e, evidentemente, do interesse pela novidade.¹⁴

A experiência do IFP no Brasil angariou muita simpatia. Foram poucas, muito poucas, as manifestações de hostilidade mesmo em se considerando que, por vezes, entre alas progressistas e esclarecidas, não se deixe de considerar a Fundação Ford como instituição estrangeira, norte-americana, e às vezes sob suspeita.¹⁵

Os estímulos do Escritório do Brasil da FF e da FCC possibilitaram a implementação de um novo projeto que, de certa forma, dá continuidade ao Programa: trata-se do projeto “Equidade na Pós-graduação” que financia universidades para implementarem cursos preparatórios à seleção na pós-graduação aos segmentos sociais já focalizados pela estratégia de cotas na graduação pelas universidades.

14 Uma carência a ser notada na divulgação do Programa: apesar de nossas práticas terem sido “exportadas”, não tivemos continuadores, nem entre ex-bolsistas IFP. Nenhum bolsista ou ex-bolsista solicitou-nos estágio. A divulgação da experiência brasileira do Programa ocorreu via duas outras atividades: estágio de estudante francesa de mestrado (Université René Descartes, em 2009) e a elaboração de uma tese de doutorado focalizando componentes identitários apreendidos em uma amostra de formulários para candidatura (FERREIRA, 2010)

15 Um pouco antes do início do Programa no Brasil havia sido publicado artigo estridente de Bourdieu e Wacquant (1999) sobre as relações da FF com o movimento negro brasileiro, como exemplo de colonialismo acadêmico e político norte-americano.

2

SELEÇÃO

A **DESCRIÇÃO DA** sistemática adotada na seleção de candidatos(as) à bolsa IFP no Brasil foi organizada em torno de quatro grandes tópicos: ética; divisão de funções e responsabilidades; Comissão de Seleção; etapas de avaliação e seleção dos(as) candidatos(as). O capítulo se encerra com um tópico contendo análises e comentários.

2.1. ÉTICA

A prática das pesquisadoras da Equipe de Coordenação da FCC como assessoras de agências de fomento ou de outras instituições acadêmicas brasileiras orientou-nos no sentido de elaborarmos, rapidamente (já em 2002), um código de ética ou de boas práticas na condução do IFP no Brasil. Havíamos observado que, se as atividades associadas à concessão e ao acompanhamento de bolsas ou de outros auxílios acadêmicos eram regidas por regras estabelecidas, sua transmissão ocorria, até bem pouco tempo atrás, via “boca-orelha”, ou por usos e costumes, raramente por escrito. Assim, o que

denominamos de código de ética do Programa no Brasil foram normas procurando garantir: igualdade de condições para os(as) candidatos(as) concorrerem e serem selecionados dentro do estabelecido pelo edital; transparência e lisura do processo de seleção; proteção do anonimato de pareceristas que avaliaram os pré-projetos dos(as) candidatos(as); sigilo, quando oportuno, para proteção de candidatos(as) e bolsistas; solicitação de assentimento ou consentimento para uso de informações e imagem de candidatos(as) e bolsistas.¹⁶ Dentre as normativas do código de ética, talvez a de maior dificuldade no processo seletivo tenha sido de que os membros não divulgassem eventuais informações (positivas ou negativas) privilegiadas que pudessemos dispor sobre alguns(as) candidatos(as) em particular. Assim, controlar a difusão de tais informações de que dispúnhamos apenas para alguns(as) candidatos(as), e não para todos(as), nem sempre é possível, apesar de esforços constantes. Uma das boas práticas relacionadas à transparência no processo seletivo consistiu na elaboração de atas das reuniões da Comissão de Seleção visando à escolha de candidatos(as).

QUADRO 7 - CÓDIGO DE ÉTICA DO IFP. BRASIL.

- 1 Ex-orientandos/as de integrantes das Equipes da FCC (EFCC) e de Retaguarda (ER), da representante do Escritório do Brasil da Fundação Ford (RFF) e da CS podem se candidatar. As pessoas envolvidas, porém, não avaliam seus dossiês e não participam da discussão do caso (norma CNPq).
- 2 Familiares e orientandos/as atuais das Equipes FCC, ER, da CS e da RFF não podem se candidatar.
- 3 A EFCC, a ER, a CS, a RFF, bolsistas e ex-bolsistas IFP não concedem carta de recomendação aos/às candidatos/as.
- 4 A EFCC, a ER, a RFF e a CS terão conhecimento prévio da lista de candidatos/as e de selecionados/as na primeira fase (Probita e aspectos formais) e informarão sobre pessoas que conheçam e a quem tenham oferecido, previamente, orientação acadêmica, mesmo que informal.
- 5 CS, EFCC, ER e RFF não podem ser assessores *ad hoc*.
- 6 Orientador e pessoas de referência do/a candidato/a não podem ser assessor *ad hoc* do dossiê em questão.
- 7 Assessores *ad hoc* não podem dar parecer para ex-orientandos/as, orientandos/as atuais e pessoas que recomendar.
- 8 Os pareceres dos *ad hoc* são confidenciais.
- 9 A EFCC, a ER e a CS não podem acolher bolsista IFP como orientando/a, durante o período de vigência da bolsa.
- 10 A EFCC, a ER e a CS não podem participar de banca de mestrado ou de doutorado de bolsistas IFP.
- 11 Os resultados serão anunciados sempre publicamente em duas ocasiões: a) ao final da escolha dos/as 75 semifinalistas (e suplentes) para entrevista e b) ao final do processo de seleção, após confirmação de NY. EFCC, ER, CS e RFF guardam sigilo de pareceres e resultados parciais.
- 12 É solicitada permissão aos/às candidatos/as, no Formulário para Candidatura, para que seu nome, como semifinalista ou finalista, seja divulgado publicamente.
- 13 É solicitada permissão aos/às candidatos/as, no Formulário para Candidatura, para que as informações contidas em seu dossiê possam ser usadas como fonte de pesquisa desde que se resguarde sua identificação.
- 14 A CS, a EFCC, a ER e a RFF se comprometem a manter sob sigilo discussões e informações do processo de seleção. Comprometem-se, também, a não divulgar os resultados antes que se tornem públicos.
- 15 Assessores que apoiam o processo de seleção assinam compromisso de manter sob sigilo as atividades executadas.
- 16 Ex-membros da CS ficam sob “quarentena” por duas seleções.
- 17 Bolsistas e ex-bolsistas IFP não podem auxiliar candidatos/as na preparação de suas candidaturas.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Além disso, e na medida em que desde 1996 o Brasil dispõe de regulamentação nacional para pesquisas usando seres humanos (Resolução n. 196 de 1996 do Conselho

Nacional de Saúde atualizada em 2012), os(as) bolsistas eram instados(as) a adotarem padrões éticos regulamentados em suas pesquisas.¹⁷

Foram solicitadas autorizações em diversos momentos para uso da imagem, do texto e de informações fornecidas por candidatos(as) e bolsistas, inclusive para envio de documentação ao Arquivo Global IFP. *Formulários para Candidatura* de candidatos(as) que não autorizaram seu uso anônimo para fins de pesquisa foram retirados do banco de dados destinado a esse fim.

2.2. DIVISÃO DE FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

Uma das regras instituídas pelo IFP estipulava que a seleção dos(as) candidatos(as) seria de responsabilidade da Comissão de Seleção. Nossa prática, em comissões de agências de fomento ou como assessores *ad hoc* em diversas circunstâncias, nos mostra que, em processos seletivos, podem-se diferenciar as funções de *avaliação* e de *seleção*: a primeira emite uma opinião; a segunda decide, escolhe.

Propusemos, então, ao IFP que nossa equipe, denominada Equipe de Retaguarda (ER) ou Equipe FCC (EFCC), participasse do processo de avaliação das candidaturas juntamente com a Comissão de Seleção (e outros profissionais) e que esta última fosse responsável exclusiva pela escolha dos(as) candidatos(as). Era nossa expectativa que essa divisão de funções permitiria aliviar, em parte, certas tensões decorrentes do fato de que membros da Equipe FCC, que acompanhavam de perto as candidaturas e, posteriormente, os(as) bolsistas, não participavam da avaliação. Ao mesmo tempo, considerávamos adequado que a seleção dos(as) candidatos(as) fosse decisão de uma equipe externa à Fundação Carlos Chagas: considerávamos que o olhar externo aumentaria a credibilidade e transparência do processo e que a diversidade de olhares também reduziria nosso poder (o da equipe da Fundação Carlos Chagas) que, caso contrário, poderia ser exorbitante. Isto é, se não dispuséssemos de um olhar externo, seríamos os(as) únicos(as) responsáveis pela difusão, avaliação, seleção e acompanhamento de candidatos(as) e bolsistas, o que redundaria em concentração excessiva de poder em um único grupo. Foi, então, que dividimos as funções do processo seletivo: as avaliações técnicas e a seleção das candidaturas propriamente dita.

QUADRO 8 - FUNÇÕES DE AVALIAÇÕES E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS NOS PROCESSOS SELETIVOS DO IFP. BRASIL.

Avaliação da adequação formal dos dossiês para candidatura	Equipe da Fundação Carlos Chagas
Aferição dos atributos relacionados à pertença aos grupos-alvo e ranqueamento dos(as) candidatos(as)	Equipe da Fundação Carlos Chagas
Avaliação de redação de candidatos(as) a partir de trechos dos Formulários para Candidatura	Maria Thereza Martinho Zambonim
Avaliação dos pré-projetos	Assessores <i>ad hoc</i> brasileiros(as) especialistas em campos de conhecimento específicos
Avaliação da pertinência de candidaturas aos campos de atuação da Fundação Ford	Representante e funcionária do Escritório do Brasil da Fundação Ford
Avaliação da atuação durante dinâmica de grupo	Psicólogas/especialistas de dinâmica de grupo; psicólogos(as) que compunham a Equipe da Fundação Carlos Chagas
Avaliação dos dossiês completos dos(as) candidatos(as) nas duas fases (semifinalistas e finalistas)	Trabalho em dupla: um membro da Comissão de Seleção e um membro da Equipe de Retaguarda
Realização e avaliação das entrevistas dos(as) finalistas	Trabalho em dupla: um membro da Comissão de Seleção e um membro da Equipe de Retaguarda

¹⁶ O documento *Código de boas práticas na pesquisa* data de 2012 (FAPESP, 2012).

¹⁷ O tema da ética na pesquisa foi, também, objeto de matéria publicada na Circular 7.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

A escolha dos(as) semifinalistas e finalistas era de responsabilidade da Comissão de Seleção, escolha realizada em plenárias que contavam com a participação (mas não votação), também, da Equipe de Retaguarda e de representante do Escritório do Brasil da Fundação Ford, algumas vezes de Joan Dassin (Quadro 8).

De nosso ponto de vista, a divisão de funções foi adequada e pudemos manter constância na avaliação/seleção das candidaturas da Comissão de Seleção, que era renovada periodicamente, como veremos a seguir.

2.3. COMISSÃO DE SELEÇÃO

A constituição de comissões de seleção para avaliação de projetos visando a bolsas ou financiamentos é prática corriqueira no Brasil no âmbito da atividade acadêmica. Uma parte de nossa vida acadêmica é destinada a participar de comissões, a avaliar projetos, artigos, teses/dissertações, a emitir pareceres. Talvez, a particularidade da intensa colaboração desta CS tenha sido seu intenso envolvimento com a proposta do Programa e sua própria composição inter-racial, interdisciplinar e inter-regional. Organizamos uma primeira Comissão de Seleção (CS) composta por oito membros, quatro homens e quatro mulheres, residentes nas diferentes regiões brasileiras, provenientes dos segmentos étnico-raciais focalizados pelo IFP no Brasil. Todos os membros da CS associavam, à função docente majoritariamente no ensino superior, um perfil de ativismo e liderança nos diversos campos de conhecimento e intervenção. Ao longo dos anos, 20 pessoas participaram da CS (Quadro 9).

QUADRO 9 – PERFIL DOS MEMBROS DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO. BRASIL.

	N	%
Sexo		
Feminino	12	60,0
Masculino	08	40,0
Total	20	100,0
Região de residência		
NO + NE + CO	12	60,0
SE + S	08	40,0
Total	20	100,0
Raça/etnia		
Branca	09	45,0
Negra + indígena	11	55,0
Total	20	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Para a composição da primeira CS, solicitamos indicação de associações nacionais que atuam em pesquisa e pós-graduação, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Esta foi uma estratégia inicial visando à transparência e o reconhecimento acadêmico do Programa no Brasil.¹⁸ Também, convidamos para participar da CS o professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, que havia sido coautor da primeira proposta para o IFP no Brasil, conforme informado anteriormente.

18 Os demais membros da primeira comissão foram sugeridos pelo Escritório da Fundação Ford no Brasil ou escolhidos pela própria Equipe Brasileira de Coordenação do IFP.

Os membros da Comissão de Seleção foram renovados seja por solicitação de alguns(as) deles(as), seja quando era dissolvida ao final de dois mandatos. No ano seguinte, podíamos manter, ou não, os membros do mandato anterior. Em 2007, convidamos a primeira doutora e ex-bolsista IFP indígena a participar da Comissão de Seleção – Maria das Dores de Oliveira, indígena Pankararu.

De um modo geral, o clima das reuniões de seleção era informal e de colaboração, a despeito de discussões calorosas. Algumas questões provocaram debates mais intensos e tensos: nas primeiras reuniões, o não privilegiamento de candidaturas femininas; se candidatos(as) negros(as) deveriam, ou não, ser militantes do movimento negro; a tensão entre justiça ao grupo e justiça a pessoas; os limites dos campos de atuação da Fundação Ford; a divulgação pública de informações privilegiadas sobre alguns(as) candidatos(as) de conhecimento de certos membros da Comissão; do trabalho da Comissão de Seleção.

A Comissão de Seleção, de início, se reunia três vezes a cada seleção: uma primeira para informarmos os resultados das duas primeiras fases da seleção a cargo da Equipe FCC (filtros formal e de “origem”, indicação de assessores *ad hoc* para analisar os pré-projetos); uma segunda para entrevistar, avaliar e selecionar os(as) que seriam semifinalistas mediante análise de dossiês; uma terceira para avaliar e selecionar os(as) que seriam finalistas. A partir da Seleção 2007, eliminamos a primeira reunião visando à redução dos custos e racionalização dos trabalhos. A indicação dos assessores *ad hoc* passou a ser efetuada, então, pelos membros da CS via internet. Complementarmente, apresentávamos os resultados das primeiras etapas da seleção sob responsabilidade da Fundação Carlos Chagas à representante do Escritório do Brasil da Fundação Ford e ao professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, indicado pela Comissão de Seleção como seu representante. Isso foi possível a partir daquele ano porque os procedimentos para seleção eram “objetivos”, técnicos e que havia, de fato, intenso clima de confiança entre as equipes.

QUADRO 10 – ATIVIDADES DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO. BRASIL.

1	Leitura do informe sobre avaliação formal e selecionados pela origem.
2	Participação na primeira reunião para aprovar o informe em 1 e indicar assessor <i>ad hoc</i> para em torno de 25 dossiês.
3	Avaliação de aproximadamente 25 dossiês e discussão com seu(a) parceiro(a) de dupla visando à seleção dos(as) 75 semifinalistas.
4	Participação na plenária para a seleção dos(as) 75 semifinalistas.
5	Avaliação de aproximadamente 25 dossiês* e discussão com seu(a) parceiro(a) de dupla visando à indicação dos(as) melhores candidatos(as) de seu pacote.
6	Observação da dinâmica de grupo de finalistas.
7	Participação na dupla de entrevistadores(as) e na plenária para avaliação e seleção dos(as) finalistas (entre 38 e 41 bolsistas). Preenchimento, em dupla, das fichas de avaliação do IFP sobre os(as) candidatos(as) designados(as)

* Nessa etapa, cada dossiê era lido por quatro pessoas: dois membros da CS e dois membros da ER.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Para cada reunião, preparamos informes com lembretes sobre a etapa em curso da seleção, instrumentos para avaliação daquela etapa, perfil dos(as) candidatos(as) e agenda dos trabalhos. Esses informes, do mesmo modo que os relatórios do IFP, foram importantes instrumentos para avaliação do processo da implementação do Programa.

Os membros da Comissão participaram de várias atividades do Programa no Brasil, além da seleção propriamente dita: na divulgação, na orientação pré-acadêmica, no acompanhamento, particularmente em situações críticas quando recorriamos a alguns de seus membros. Por exemplo, pelos menos um de seus membros participava das minicomissões organizadas para avaliar e julgar sobre o corte de alguma bolsa, quando ocorria infração ao contrato IFP.¹⁹

¹⁹ Consideramos uma sábia decisão termos um representante da CS fora do momento de seleção propriamente dito.

As relações de trabalho entre alguns membros da Equipe da Fundação Carlos Chagas e da Comissão ultrapassaram e ultrapassam os limites do Programa. Laços anteriores foram fortalecidos durante a vigência do IFP no Brasil; para outros, tais laços foram criados e têm extrapolado a colaboração no contexto do IFP. Assim, ocorreram convites e solicitações para participação da Equipe da Fundação Carlos Chagas em eventos organizados por membros da Comissão de Seleção, bem como alguns membros da Comissão de Seleção foram convidados por nós para outras atividades; membros da CS foram coautores das coletâneas temáticas que publicamos, outros foram autores de artigos para as *Circulares*, órgão de divulgação do IFP entre bolsistas e ex-bolsistas.

Porém, conforme instituído no Código de Ética, membros da CS não podiam ser orientadores(as) ou participar de banca de bolsistas durante a vigência da bolsa. Instituiu-se, para tanto, um período de “quarentena”.

2.4. ETAPAS DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS(AS) CANDIDATOS(AS)

Os principais procedimentos adotados na seleção de candidatos(as) às bolsas IFP perseguiram dois objetivos complementares: o da ação afirmativa, focalizando segmentos sub-representados na pós-graduação; e o de “mérito/potencial” que avaliava as potencialidades acadêmica e de liderança, bem como o compromisso social de cada candidato(a). Esses dois objetivos orientaram as duas fases essenciais da seleção: avaliação de “origem” e avaliação de “mérito” (potencialidades acadêmica e de liderança e compromisso social). Consideramos indispensável separarem-se as duas fases da seleção, pois, do contrário, ou estaríamos apenas selecionando as pessoas mais “discriminadas” e não as “melhores”, com maior potencialidade dentre as sub-representadas; ou apenas selecionando as “melhores”.

A separação das duas fases significou então: seleção do grupo de candidatos(as) com o perfil socioeconômico, regional e étnico-racial focalizado pelo edital constituindo um grupo bastante homogêneo quanto às oportunidades sociais e educacionais progressas; seleção dos melhores indivíduos nesse grupo “bastante homogêneo”.

Os(as) candidatos(as) deviam nos submeter um dossiê contendo, além das respostas a um *Formulário para Candidatura*, vários documentos probatórios. Apesar da complexidade desse dossiê²⁰, procuramos ser o mais equânime possível, adotando a regra de que todas as pessoas deveriam ter igualdade de condições para concorrer ao Programa. Por exemplo: estabelecemos envio do dossiê em papel e por correio para não privilegiar os(as) residentes em São Paulo e aqueles que dispunham de acesso à internet.

A complexidade do dossiê, bem como a extensão do *Formulário para Candidatura*, decorreram de dois aspectos principais: a meta de integrar estratégias de ação afirmativa (que avalia atributos adscritos) a avaliações de mérito/potencial em três aspectos – acadêmico, compromisso social e liderança; a dificuldade de se avaliar a “veracidade” das informações, particularmente a declaração de cor/raça. Com efeito, equilibrar a tensão entre respeitar a autodeclaração dos(as) candidatos(as), conforme a tradição brasileira de denominação de cor/raça, e barrar candidatos(as) que tentassem ultrapassar a “linha da cor” por oportunismo, levou-nos a refinar e multiplicar as perguntas sobre esta condição.²¹

Um dos campos, que solicitava aos(as) candidatos(as) relatos sobre a própria experiência étnico-racial, provocou, por vezes, depoimentos pungentes, bem como

20 A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), situada em Campo Grande, criou um treinamento para indígenas preparem seus dossiês para se candidatarem à bolsa IFP. Quase caímos na tentação de patrocinar cursos de preparação para se candidatar ao IFP. Ponderamos que seria antidemocrático se nós mesmos os fizéssemos.

21 Para uma análise mais completa sobre este tema, consultar Rosemberg (2004) e Ferreira (2010).

fortes experiências de superação das adversidades. Publicamos dois excertos no quadro 11.

QUADRO 11 – RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE VIDA DE CANDIDATOS(AS). BRASIL.

- De família pobre do norte de xx, grávida e casada aos quinze anos com um homem doze anos mais velho e machista que me proibia de estudar, vim morar em xx, longe de minha família onde, com muito custo e tendo que acionar até a promotoria da Infância e da Juventude fiz o Magistério nível médio. A Faculdade foi a gota d'água para o fim do casamento. Tive que dar conta de manter meu filho, pagar aluguel, estudar e pagar a faculdade sozinha. Mulher, pobre, separada e afro-descendente tive dificuldades para tudo, tinha que trabalhar manhã, tarde e noite para não parar totalmente o curso fazendo algumas disciplinas pela manhã. Tive problema de estômago porque tinha que deixar de lanchar para garantir a alimentação do meu filho. Quando pequena comprava meu uniforme e material escolar com a venda de verduras. Ao me engajar na luta por acesso à cultura e à educação para as camadas mais pobres da população me deparei com os entraves do jogo de interesses políticos e comerciais do poder público e das produtoras culturais.
- O desafio maior no percurso educacional, principalmente no curso de comunicação social da xx, em especial da busca pela construção da minha própria identidade como negro. No curso, diurno, era o único negro da turma e o único que trabalhava o restante do dia. Nenhuma disciplina curricular contemplava minhas expectativas, ou seja que tratasse da temática afro-brasileira, o que a meu ver poderia encontrar amparo em vários estudos. A escolha do tema para monografia, a dança Afro no Brasil, causou constrangimento, comentários racistas e uma grande tentativa da professora em mudar o foco de meus objetivos. No percurso social, enfrento dificuldades com amigos, brancos e negros, constantemente, que ainda pregam e afirmam a “democracia racial no Brasil”. Profissionalmente, tenho desempenhado tarefa de relevância no âmbito acadêmico, principalmente onde trabalho. Os resultados de monografias e divulgação, positiva, de trabalhos pedagógicos com a temática afro-brasileira tem me favorecido junto à direção e coordenação da entidade. Creio poder ampliar ainda mais a discussão, ingressando em um curso de mestrado.

[Nomes próprios que pudessem identificar os(as) depoentes foram substituídos por xx.]

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Para processar a seleção, foram utilizados dois tipos de instrumentos: documentos solicitados ao(a) candidato(a) para integrar o dossiê e entrevista. Portanto, para que a parte substantiva da seleção ocorresse, era necessário que a documentação do(a) candidato(a) tivesse sido enviada corretamente. Por isso, o processamento da seleção previa um filtro referente à eliminação de dossiês inadequados do ponto de vista formal. Assim, ocorriam, de fato, três fases na seleção perseguindo objetivos diversos: a de “origem”, a de “mérito” e a formal. Esta última consistia, então, na verificação da adequação formal dos documentos que sustentam a candidatura conforme o exigido pelo edital.

Na avaliação formal, procuramos seguir fielmente o edital em nome do princípio da “igualdade de condições para candidatar-se”. Como as demais etapas da seleção, as exigências e sua explicitação no edital foram revistas, visando ao seu aprimoramento. Como pode ser observado na tabela 1, as ligeiras mudanças introduzidas nas instruções produziram, possivelmente, redução de candidaturas eliminadas por vício de forma no transcorrer das últimas seleções.

TABELA 1: CANDIDATURAS ELIMINADAS POR RAZÕES FORMAIS, POR SELEÇÃO. BRASIL.

Seleção	Total de candidaturas	Candidaturas eliminadas por razões formais	
	N	N	%
2002	1.506	381	32,5
2003	931	212	18,1
2004/2005	1.212	91	7,8
2006	1.219	147	12,6
2007	955	76	6,5
2008	949	88	7,5
2009	1.025	80	6,8
2010 *	925	96	8,2
Total	8.722	1.171	13,4

* A Seleção 2010 destinou-se exclusivamente ao mestrado.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

A determinação da sub-representação na pós-graduação (ou seleção de “origem”) acionava o filtro referente à ação afirmativa, visando escolher os(as) 200 candidatos(as) mais “focalizados(as)” quanto às variáveis socioeconômicas de seus pais/mães, étnico-raciais e regionais.²² Com assessoria de Sergei Soares do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), foi elaborado um instrumento para pontuação das características socioeconômicas, étnico-raciais e regionais dos(as) candidatos(as). A estratégia foi inovadora: os pesos foram obtidos através de processamento da PNAD 96 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que coletou dados sobre mobilidade social, efetuando-se análise multivariada modelo Probit. Os(as) selecionados(as) nessa fase eram denominados(as) semifinalistas.

A avaliação de mérito/potencialidade acadêmica e de liderança, bem como o compromisso social do(a) candidato(a), contemplava três sub-fases: avaliação dos aproximados 200 dossiês selecionados pela “origem” (grupos-alvo) para seleção dos(as) finalistas; entrevista dos(as) 75 finalistas e escolha dos(as) bolsistas designados(as)²³ que seriam denominados, posteriormente, bolsistas eleitos(as).

Selecionados(as) os(as) candidatos(as) mais focalizados(as) nos grupos-alvo, iniciava-se a avaliação dos dossiês visando à seleção dos(as) 75 melhores candidatos(as) que seriam, posteriormente, entrevistados(as). A avaliação dos dossiês consistia em: parecer ao pré-projeto de pesquisa emitido por assessor *ad hoc* especialista no campo de conhecimento em foco;²⁴ avaliação da redação do(a) candidato(a) mediante análise de um campo aberto do *Formulário para Candidatura*; avaliação do conjunto do dossiê efetuado por duplas compostas por um membro da Comissão de Seleção e um membro do que denominamos Equipe de Retaguarda.

Os(as) 75 finalistas participavam de dinâmica de grupo e eram entrevistados(as) por dupla (CS e Equipe de Retaguarda). Após essas atividades, organizava-se uma plenária de avaliação composta por observadores(as) do IFP ou do Escritório da Fundação Ford, pela Comissão de Seleção e pela Equipe de Retaguarda. Após os debates, a Comissão de Seleção escolhia os(as) candidatos(as) indicados(as) ao IFP para a concessão da bolsa: os(as) bolsistas designados(as)

O processo de seleção 2002 e 2003 foi objeto de minuciosa avaliação interna pelas equipes e CS e seus principais instrumentos (*Formulário e Caderno de Instruções*)

22 O número 200 é um limite “teórico” (visando a cálculo de custos), pois, na classificação, ocorria empate no último posto, o que acarretou um número superior de classificados nessa fase, em todas as seleções.

23 Bolsistas designados(as) eram aqueles(as) selecionados(as) pela CS e indicados(as) à aprovação do IFP.

24 Ex-bolsistas IFP doutores também foram convidados para atuar como pareceristas *ad hoc* nas últimas seleções.

foram objeto de avaliação externa. Com base nessas avaliações, foram introduzidas pequenas modificações no material de divulgação (2003 e 2004/2005), bem como melhorias nos procedimentos para avaliação das candidaturas à seleção 2003 e seguintes.

2.5. ANÁLISE E COMENTÁRIOS

Um equívoco recorrente no debate brasileiro refere-se à compreensão (com boa ou má fé) de que programas de ação afirmativa eliminariam a avaliação do mérito individual, quando, de fato, programas de ação afirmativa mantêm avaliação de mérito, mas alteram as regras de seleção do “mercado”. Como salienta Calvès (2004), estratégias de seleção de ação afirmativa corrigem a sub-representação de grupos em determinados nichos ou posições sociais, principalmente nas intervenções que têm por objetivo diminuir desigualdades no acesso a bens socialmente produzidos, como foi o caso deste Programa.²⁵

Porém, para o provimento de postos no mercado de trabalho, ou de vagas no ensino superior e nas pós-graduação ou de bolsas de estudo, os(as) beneficiários(as) são pessoas, indivíduos. E assim sendo, processa-se também uma avaliação individual, seu mérito ou potencial. O pressuposto meta-teórico é que, ao mesmo tempo em que somos produto de nossas condições de origem, somos também agentes, dentro de certos limites, dos caminhos que trilhamos, especialmente quando ultrapassamos as várias barreiras educacionais.

Ocorre, então, na implementação de experiências de ação afirmativa, uma tensão a ser enfrentada entre justiça para o grupo e justiça para o indivíduo, preferência por pessoas que pertencem a certos grupos sub-representados, mas que, além disso, apresentam potencial ou mérito individual. A seleção das pessoas, a partir de seus méritos e potencialidades individuais, se processa mas, agora, entre “iguais” do ponto de vista das condições sociais responsáveis pela desigualdade social. Portanto, não ocorre eliminação de avaliação centrada no indivíduo, mas sim a alteração da composição do grupo de referência. Na ação afirmativa, esta seleção se processa dentro de um grupo mais homogêneo do ponto de vista das oportunidades sociais que lhes foram disponibilizadas.

Como estamos lidando com tensões, a resposta prática a cada uma delas se dá dentro de certos limites de erro e acerto. Exigir de programas de ação afirmativa, desde o início até o fim de sua implementação, apenas respostas corretas às múltiplas tensões da vida social e educacional é tirar-nos do plano humano e situar-nos no plano do divino. Tensões, reclamações e recursos, em processos seletivos, fazem parte do jogo democrático e podem ser enfrentados, desde que o processo seja transparente e monitorado.

Um procedimento adequado na construção de um processo transparente é tornar públicas as estratégias de seleção adotadas. Por exemplo, ao elaborar desde o início, o código de ética (divulgado no *site* do Programa) que procurou sistematizar alguns preceitos, via de regra apenas transmitidos via “boca-orelha”, parece-nos uma boa estratégia para lidarmos com parte dessas tensões.

Uma outra maneira de lidar com a tensão foi a divulgação pública dos resultados no *site* do Programa, imediatamente após cada etapa, divulgação acompanhada de dados estatísticos sobre o perfil dos(as) selecionados(as). Uma outra estratégia foi a de adotar procedimentos de análise/avaliação do processo seletivo (e de outras etapas do Programa). Assim, ocorreram algumas mudanças no processo de seleção ao longo dos anos visando a sua maior eficiência, transparência e racionalidade de tempo e custo.

²⁵ Como salienta Feres Júnior (2008), as justificativas para sustentar programas ou projetos de ação afirmativa podem se centrar na diminuição das desigualdades ou na ampliação da diversidade.

Uma mudança importante, a partir da segunda seleção, foi a de enviar os pré-projetos de pesquisa a apenas um assessor *ad hoc*: além do alto custo da primeira versão, enviada a dois avaliadores, pois a atividade era remunerada, não observamos diminuição da confiabilidade nas avaliações quando enviávamos a apenas um parecerista. Ponderamos, também, que as agências de fomento brasileiras encaminham avaliações de projetos de pesquisa individuais a apenas um assessor *ad hoc*. Digamos que a primeira seleção, como ocorre em situações primogênicas, foi cercada de cuidados talvez excessivos, porque desejávamos diminuir ao máximo a possibilidade de erro.

Nas duas primeiras seleções, os assessores *ad hoc* receberam o dossiê completo do(a) candidato(a), inclusive sua história de vida, o que enviou a atribuição de escores. Com efeito, em decorrência de as histórias de vida serem ricas no plano humano e de muitas retratarem intensa discriminação social e esforço para superá-la, os(as) assessores *ad hoc* tenderam a se envolver com a totalidade das “pessoas” (tarefa da Comissão de Seleção e da Equipe de Retaguarda) e não focalizar, exclusivamente, o pré-projeto de pesquisa, a atividade que lhes solicitávamos. Assim, nas demais seleções, enviamos apenas documentos referentes à vida acadêmica do(a) candidato(a) e seu pré-projeto.

Incluimos nos procedimentos seletivos, em 2005, uma sessão de dinâmica de grupo, realizada por especialistas, observada pela Equipe da Fundação Carlos Chagas e por membros da CS que assim desejassem como filtro para captar indícios de dificuldades de relacionamento e afinar a avaliação do potencial de liderança. A introdução dessa estratégia havia sido intensamente debatida tanto na Equipe da Fundação Carlos Chagas, quanto em reunião da Comissão de Seleção. Sua utilização pareceu-nos adequada, tendo estimulado a observação um pouco mais acurada de componentes emocionais dos(as) candidatos(as) que afloram mais claramente em situação de grupo.²⁶ Além disso, as sessões de dinâmica de grupo foram apreciadas de um modo geral pelos(as) candidatos(as), tendo funcionado como um “aquecimento” para a entrevista individual.

Ao longo das seleções foram efetuados, então, pequenos ajustes nos instrumentos de avaliação, procurando simplificá-los quando possível, mas buscando não perder a sensibilidade. Para processar as mudanças, incluíamos sempre um campo sobre avaliação nos instrumentos ou procedimentos que usávamos: desde as refeições, até a acolhida; desde os Formulários para Candidatura, até o andamento do Programa como um todo. Essa estratégia, entendida como parte da avaliação do processo, foi iniciada desde a implementação do IFP no Brasil. Nessa avaliação do processo incluímos o acompanhamento com processamento e análise de dados referentes a candidatos(as) e bolsistas que eram divulgados em apresentações públicas do Programa, bem como nas reuniões internas e nos relatórios ao IFP.

Em 2007 efetuamos importante mudança na seleção de candidatos(as) indígenas visando ao aumento de seu contingente. Após minuciosa análise, discussão preliminar com Aurélio Vianna, especialista em povos tradicionais do Escritório do Brasil da Fundação Ford, e discussão com aprovação de Joan Dassin, reservamos dez bolsas (oito de mestrado e duas de doutorado) a candidatos(as) indígenas. Isto é, introduzimos estratégias de ação afirmativa em prol dos indígenas dentro do próprio Programa!

Um processo seletivo como este é longo e implica em custos: custos para deslocamento e estadia dos (as) candidatos (as), pois, durante os dias de avaliação dos(as) finalistas, os(as) candidatos(as) eram acomodados(as) em quartos individuais visando à redução do estresse de viagem que, para alguns, podia durar dias. Custos para pagamentos dos pareceres dos assessores *ad hoc* e membros da Comissão de Seleção; custos para pagamento dos(as) especialistas.²⁷

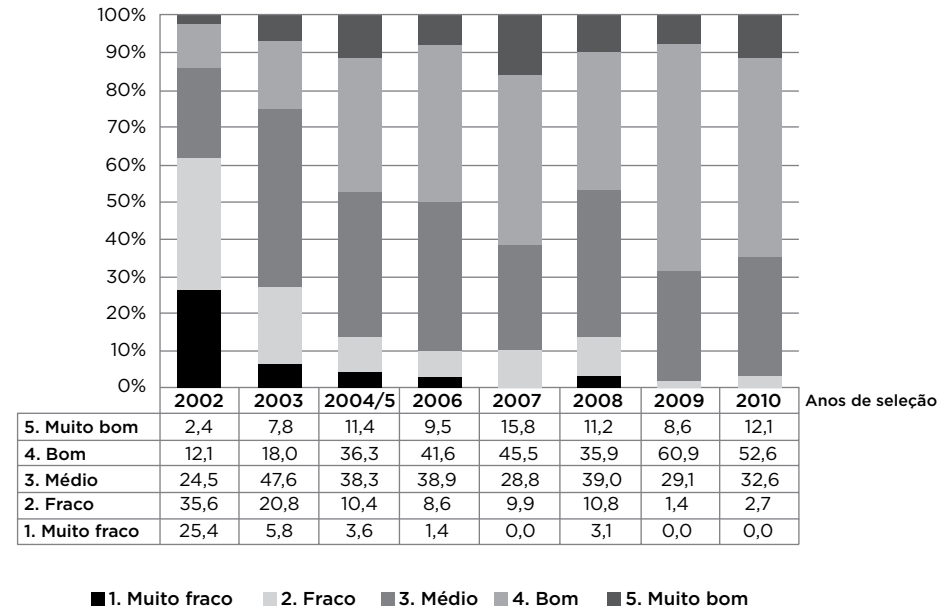
26 A partir da seleção 2008, ela foi realizada por psicólogos(as) atuando na própria Equipe de Retaguarda do Programa.

27 Uma prática não escrita da cultura da pós-graduação brasileira estabelece que a consultoria ou assessoria em comissões de agências de fomento à pesquisa não é paga caso ocorra reciprocidade: o parecerista ou assessor é potencial candidato(a) aos benefícios da agência. Por exemplo, a Fapesp não remunera pareceristas residindo em São Paulo, por serem candidatos potenciais a seus benefícios, mas remunera pareceristas residindo em outros estados que não podem se candidatar a seus benefícios. Adotando esse princípio, não remuneramos ex-bolsistas IFP doutores que atuaram como assessores *ad hoc* ao Programa.

A adoção do “modelo Probit” elaborado por Sergei Soares para a seleção dos(as) candidatos(as) com menor probabilidade de terminar o curso superior foi um dos grandes acertos do processo seletivo: além da sensibilidade, o instrumento não provocava contestações que não pudessem ser verificadas.

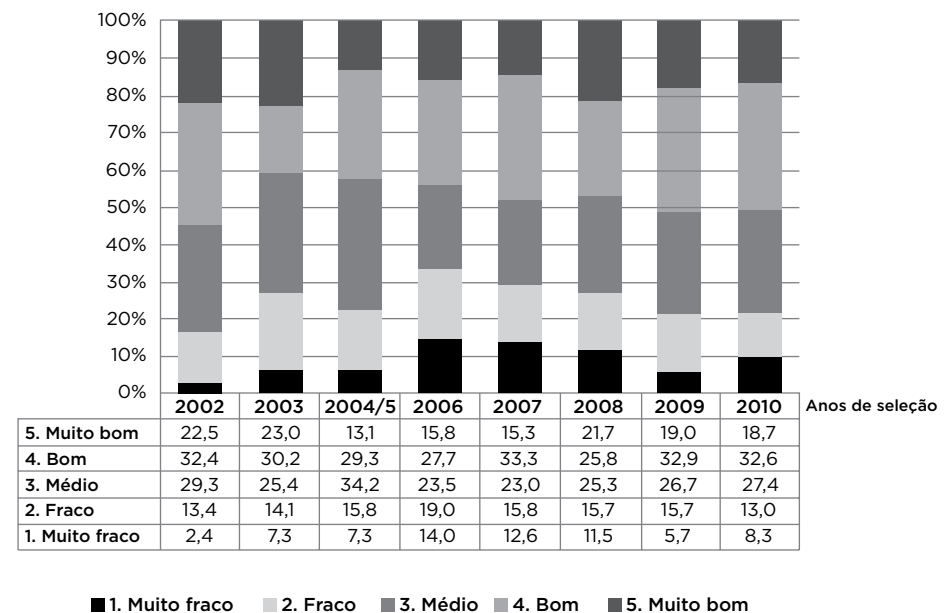
A relativa homogeneidade de origem socioeconômica, étnico-racial e regional não eliminou, porém diferenças individuais nos resultados de instrumentos que aplicamos para aferir, por exemplo, a redação e os pré-projetos.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA (%) DOS ESCORES ATRIBUÍDOS À AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO POR ANO DE SELEÇÃO. BRASIL. *



* A Seleção 2010 destinou-se exclusivamente ao mestrado.
Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA (%) DOS ESCORES ATRIBUÍDOS PELOS ASSESSORES AD HOC AO POTENCIAL ACADÊMICO (PRÉ-PROJETO E CV) POR ANO DE SELEÇÃO. BRASIL.



* A Seleção 2010 destinou-se exclusivamente ao mestrado.
Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

A distribuição dos resultados evidencia que em ambos instrumentos e em cada seleção, dispusemos de dispersão suficiente para selecionarmos as melhores candidaturas. Dificilmente, porém, encontraríamos razões que explicassem pequenas variações nos resultados.

É nossa avaliação que o processo de seleção adotado no Brasil permitiu escolher candidatos(as) compatíveis com os grupos-alvo: bolsistas negros, indígenas, nascidos(as) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, provenientes de famílias com reduzidos recursos são larga maioria entre os(as) selecionados(as) (Quadro 12). Além disso, uma larga maioria desses(as) bolsistas ingressou em bons programas de pós-graduação, titularam-se, realizaram teses e dissertações bem avaliadas e com grande diversidade temática. Além disso, as pesquisas de *follow-up* mostraram que estão se inserindo bem no mundo do trabalho, do ativismo social, em ocupações ou atividades compatíveis com nossas expectativas e as do IFP. Outros continuaram a formação acadêmica, ingressando no doutorado, dispondo de bolsas de agências nacionais de fomento à pós-graduação.

Se o processo seletivo nos pareceu bem-sucedido, devemos destacar que seu aprimoramento só foi possível graças, entre outros aspectos, à longa duração do Programa em cenário internacional: dificilmente disporíamos de uma projeção de pelo menos dez anos para uma experiência piloto brasileira.

Finalmente, parece-nos oportuno destacar que este processo seletivo, longo e complexo por envolver três fases, mas em consonância com a cultura local, teve um impacto inesperado, conforme alguns depoimentos: por vezes facilitou a seleção de alguns de nossos(as) bolsistas em programas de pós-graduação. A notícia de que realizávamos uma seleção “séria”, valorizou candidaturas de alguns(as) dos(as) bolsistas ao ingresso em programas de pós-graduação brasileiros(as).

3

ORIENTAÇÃO, TREINAMENTO PRÉ-ACADÊMICO E INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO

UMA NOVIDADE INTRODUZIDA por este Programa foi a implementação de um período “pré-acadêmico”: o(a) bolsista dispunha de orientação e recursos para preparar-se para o processo seletivo do programa de pós-graduação escolhido. O termo em inglês usado para referir-se a parte dessas atividades é *placement* (colocação), que consiste na elaboração de um dossiê do(a) candidato(a) e a negociação com os programas de pós-graduação que possam se interessar pela candidatura.

De nossa avaliação, o período de formação pré-acadêmica foi uma das condições que permitiu que 92,5% dos(as) bolsistas estudando no Brasil ingressassem em programas de pós-graduação que obtiveram pelo menos nota 4 na avaliação 2007-2010 da Capes.z

3.1. ORIENTAÇÃO INICIAL DOS(AS) BOLSISTAS

Logo após o anúncio dos resultados da seleção, iniciávamos os preparativos para a reunião de orientação inicial dos(as) bolsistas. Essa reunião, obrigatória, com

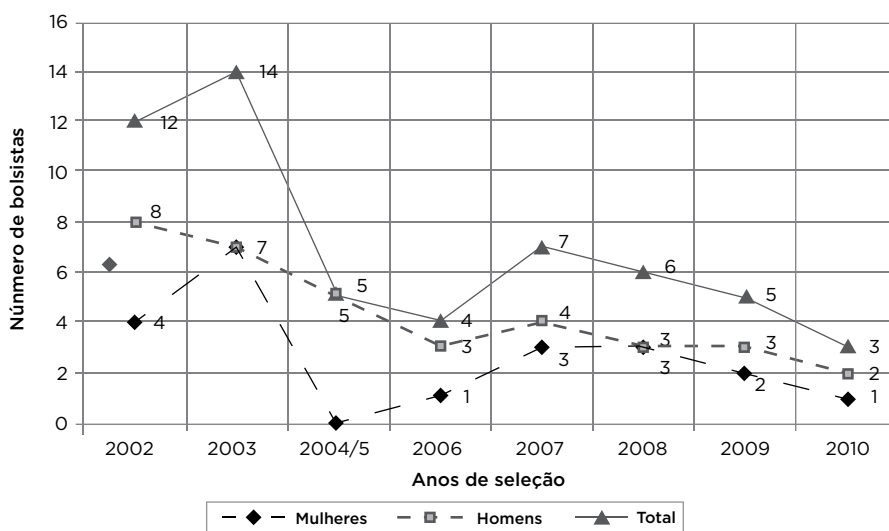
duração de dois ou três dias, destinava-se a informar a nova turma sobre a bolsa, seus direitos e deveres e o período de formação preparatória para as seleções na pós-graduação. Ela se revestia, também, de certa pompa e celebração.

Bem antes do início da reunião de orientação, os(as) bolsistas recebiam instruções a respeito das atividades que iríamos desenvolver. Além disso, recebiam um formulário para atualização de informações e autoavaliação, como por exemplo: se trabalhavam, qual a carga horária e a possibilidade de afastamento do trabalho para a bolsa; se já haviam entrado em programas de pós-graduação, se dispunham de bolsa; se haviam modificado o pré-projeto de pesquisa, entre outras perguntas.

Ao responder o questionário, os(as) bolsistas eram induzidos(as) a uma primeira reflexão a respeito de suas escolhas e de sua preparação acadêmica, além de suas respostas serem importante guia para os(as) orientadores(as) que os(as) encontrariam posteriormente na reunião presencial, aqui denominada reunião de orientação. Esse instrumento, em que os(as) bolsistas declinavam as suas expectativas acadêmicas e reais condições de estudo na fase pré-acadêmica, também permitia efetuarmos uma estimativa de custos para o TPA, bem como vislumbrar a resolução de problemas como dificuldade de acesso à internet e a cursos de idiomas estrangeiros. Os pareceres sobre os pré-projetos que haviam sido elaborados por assessores *ad hoc* durante a seleção eram editados e enviados, antes da reunião, aos(as) bolsistas.²⁸ Tais avaliações serviam para que ponderassem também a respeito das perspectivas futuras no tocante às escolhas de cursos e de orientadores “pré-acadêmicos”.

Para fins de orientação e treinamento acadêmico posterior, bem como ingresso/colocação na pós-graduação, o grupo de bolsistas eleitos(as) era composto por três subconjuntos: os(as) que já haviam ingressado na pós-graduação; os(as) que planejavam estudar no Brasil; os(as) que planejavam estudar no exterior.

GRÁFICO 7 – BOLSISTAS ELEITOS(AS) JÁ INGRESSADOS(AS) NA PÓS-GRADUAÇÃO ANTES DA SESSÃO DE ORIENTAÇÃO. BRASIL.*



* A Seleção 2010 destinou-se exclusivamente ao mestrado.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

A cada seleção, contávamos com um número reduzido de bolsistas que já haviam iniciado a pós-graduação. Nas duas primeiras seleções (Gráfico 8), fomos mais tolerantes com esta condição, tendo concedido mesmo bolsa a candidatos(as) que já haviam cursado mais de um semestre letivo. A partir da seleção 2004/2005, percebemos a inadequação desta prática, na medida em que o IFP calculava a duração da

²⁸ Resguardava-se o anonimato do(a) parecerista.

bolsa a partir do início da pós-graduação. Por exemplo, se o(a) bolsista ingressava no Programa já tendo cursado um ano de mestrado, sua bolsa IFP teria uma duração de apenas 12 meses. Não questionamos a regra, mas nosso “liberalismo”. Assim, se para o doutorado aceitávamos candidatos(as) já cursando, para o mestrado passamos a aceitar apenas aqueles(as) que haviam ingressado na pós-graduação ao final do semestre letivo anterior à reunião de orientação. Ao todo, 56 bolsistas eleitos(as) se encontraram nesta condição: 22 mulheres (39,3%) e 34 homens (60,7%).²⁹

Nas reuniões de orientação, os(as) bolsistas eleitos(as) costumavam ser recepcionados por membros da Equipe da Fundação Carlos Chagas já no aeroporto, pois a maioria vinha de outros estados. Desta feita, diferentemente da reunião de seleção, acomodavam-se em apartamentos duplos (e não individuais) para que houvesse interação entre eles. Recebiam uma agenda das atividades para os dois ou três dias e o *Manual do(a) Bolsista Eleito(a)* que, aprimorado ano a ano, constituiu-se em um guia de preparação para ingresso na pós-graduação.³⁰

A reunião de orientação buscava cumprir duas funções: criar alguma identidade institucional coletiva entre os(as) bolsistas eleitos(as) visando ao germe de um grupo ou rede e seu compromisso com a bolsa; informá-los e orientá-los sobre o que iriam enfrentar, quais seus direitos e deveres. Nosso cuidado e o clima de “solenidade” dessa primeira acolhida foram frequentemente celebrados nas avaliações dos(as) bolsistas sobre a reunião de orientação. Porém, sempre ocorreram críticas, seja sobre a concentração das atividades, seja sobre a insuficiência de atividades culturais. Para vários(as), a viagem de avião e a ida à Brasília ou São Paulo eram novidade.

A orientação durava de dois a três dias, incluía uma “abertura” solene, quando ocorria uma mesa de boas vindas com falas de representantes institucionais. A cada ano, a partir de 2003, um(a) bolsista de turmas anteriores era convidado(a) para uma fala de boas vindas.

Em seguida, os(as) bolsistas eleitos(as) daquele ano apresentavam-se, declinando seu nome, estado de origem e tema de pesquisa que pretendiam desenvolver quando ingressassem em programa de pós-graduação. As sessões foram gravadas em imagem e som. Estas apresentações constituíram um momento ímpar, emocionante, um *flash* da diversidade brasileira, traduzido pela diversidade de nomes, temas de pesquisa, sotaques, cores, rostos, corpos e roupas. A solenidade da apresentação era reforçada pela entrega de um dicionário de língua portuguesa para cada novo(a) bolsista. Nosso intuito era marcar alguns símbolos que representavam nossos objetivos quanto ao Programa e expectativas quanto aos(às) bolsistas.

No plano acadêmico, eram proferidas palestras, em horários alternados, sobre metodologia da pesquisa. Além disso, organizávamos três ou quatro rodas de conversa reunindo, em cada uma, bolsistas eleitos(as) e um(a) bolsista IFP residindo em São Paulo que conversava sobre suas experiências nos períodos pré-acadêmico.³¹

O momento crucial da “reunião de orientação pré-acadêmica” era, porém, a sessão de orientação propriamente dita, realizada individualmente para cada bolsista, sob a responsabilidade de um membro da Equipe da Fundação Carlos Chagas ou da Comissão de Seleção. Assim, em torno de oito professores(as), com experiência em pós-graduação, após análise minuciosa do dossiê do(a) bolsista e de suas respostas ao roteiro de auto-avaliação, conversavam individualmente com cada bolsista eleito(a). Em tal conversa, os(as) orientadores(as) sugeriam melhorias no pré-projeto, pessoas a serem contatadas como pré-orientadores(as) e programas de pós-graduação que considerava adequados a cada caso. Tais orientações eram objeto de uma síntese individual, sob responsabilidade do(a) bolsista que, posteriormente, era entregue à responsável pela “colocação”.

29 Tal discrepância no indicador de homens e mulheres mereceria uma atenção especial na medida em que a tendência é quase totalmente constante no transcorrer das oito seleções. Estudos anteriores mostraram que a trajetória educacional de homens e mulheres apresentam ascensão diferente: mulheres tendem a se atrasar ou interromper a escolaridade entre os níveis escolares (na passagem de um nível para outro); os homens no interior de um nível escolar (ROSEMBERG, 1996).

30 O *Manual do(a) Bolsista Eleito(a)*, preparado pela Equipe da FCC, informava sobre direitos e deveres relacionados a esta fase da bolsa, bem como continha exemplos de modelos para solicitar recursos, e prestar contas.

31 Até a Seleção 2007 realizávamos, na “reunião de orientação”, provas de língua estrangeira (inglês e espanhol), redação em português e uma avaliação no uso da informática. A realização de tais avaliações foi interrompida no momento de certo corte nos recursos decorrentes da crise financeira e do uso relativamente reduzido dos resultados. Com efeito, sua inclusão no processo de orientação de bolsistas eleitos(as) visava a encaminhá-los(as), mais racionalmente, para atividades de formação pré-acadêmica. Porém, logo percebemos, de um lado, que o curso de português instrumental deveria ser oferecido a todos(as); de outro, que as provas de línguas estrangeiras que aplicávamos eram muito básicas para aqueles(as) que pretendiam ir para o exterior.

As sessões, que duravam cerca de 50 minutos, revelaram-se profícuas na maior parte dos casos, pois, para muitos, significou entrever possibilidades antes inimagináveis, como estudar em outro estado ou mesmo no exterior. Ao final da reunião, os(as) orientadores se reuniam para troca final de comentários a respeito dos encaminhamentos gerados nas sessões privadas. As informações serviram de apoio para as etapas seguintes do treinamento pré-acadêmico.

Tais estratégias foram adotadas para os(as) bolsistas eleitos(as) que ainda não haviam ingressado em cursos de pós-graduação. Porém, para o pequeno grupo de bolsistas eleitos(as) que já havia ingressado em cursos de pós-graduação, a equipe discutia a conveniência do curso proposto e decidia-se seja pelo ingresso imediato na pós-graduação ou se aconselhava que participasse do treinamento pré-acadêmico completo e tentasse, posteriormente, o ingresso em outro programa de pós-graduação considerado mais adequado. Para decidir da adequação, ou não, levava-se em conta o perfil do(a) bolsista, sua inserção profissional e militante, seu local de residência e, evidentemente, a qualidade e pertinência do programa de pós-graduação.

Com o retorno dos bolsistas aos locais de residência, encerrava-se a reunião de orientação e seguia-se o contato a distância entre os(as) bolsistas eleitos(as) e a encarregada do treinamento pré-acadêmico.

O fato de as orientações individuais terem ficado sob a responsabilidade de professores(as) com experiência na pós-graduação em diversas áreas foi inestimável. E, para tanto, o conhecimento aprofundado dos(as) candidatos(as) e de seus dossiês – conhecimento decorrente de sua participação nas atividades de seleção – foi de grande utilidade.

Apesar de termos persistido durante os anos iniciais do Programa na realização de provas de conhecimento linguístico e de questionário sobre uso da informática, tais resultados não foram, praticamente, usados para a orientação posterior, a não ser nos raros casos dos(as) bolsistas que desejaram ir para o exterior. Tal abandono não causou impacto na orientação posterior, posto que todos(as) os(as) bolsistas eleitos(as) tiveram, a sua disposição, curso de redação acadêmica *on-line* e de inglês. Os resultados dessas provas podem constituir importante material para pesquisa sobre habilidades no uso de línguas por egressos da graduação de diferentes regiões e Institutos de Ensino Superior (IES) do país.

Um dos instrumentos de avaliação que lastimamos ter sido abandonado foi o laudo de linguista sobre os problemas observados na redação de cada bolsista. Infelizmente, raros(as) bolsistas perceberam a importância desse instrumento. Além disso, as maiores defasagens acadêmicas observadas entre os bolsistas IFP durante todas as etapas do IFP – seleção, orientação, treinamento pré-acadêmico, colocação, acompanhamento e pós-bolsa – referem-se ao uso da linguagem culta escrita e falada. Alguns(as) bolsistas estiveram particularmente atentos(as) a essas defasagens e elaboraram projetos pessoais para superá-las.

Alguns(as) poucos(as) bolsistas tinham metas muito claras para a bolsa, por vezes, rígidas, o que pôde dificultar a negociação na observância das orientações da Equipe da Fundação Carlos Chagas e das regras do Programa.

Algumas vezes ponderamos se a duração de dois ou três dias era suficiente para a reunião de orientação, com tantas metas, acrescidas da descoberta, para muitos(as) deles(as), da grande metrópole. Talvez não tenha sido, mesmo. Talvez pudéssemos ter intensificado as orientações sobre programas de pós-graduação. Mas ponderamos, também, sobre o montante de recursos necessários e que um dia a mais não teria sido suficiente para uma orientação presencial com impacto mais duradouro.

3.2. TREINAMENTO PRÉ-ACADÊMICO (TPA)

Diante das metas do Programa, particularmente a de escolher candidatos(as) que teriam poucas oportunidades para prosseguir sua trajetória acadêmica pós-graduada sem os recursos da bolsa, uma formação preparatória à seleção na pós-graduação era imprescindível. Talvez esta tenha sido a maior inovação do Programa no Brasil: o treinamento pré-acadêmico.

A partir do ajuste do calendário do Programa ao ano escolar brasileiro, o TPA passou a ocorrer entre fevereiro/março e outubro/dezembro de cada ano. Isso não significa que todos(as) os(as) bolsistas eleitos(as) participavam de todo o período de duração do TPA, pois este terminava com o ingresso do(a) bolsista na pós-graduação, que podia ocorrer ao final do primeiro ou do segundo semestre do ano em curso.

Como afirmamos no tópico anterior, nem todos(as) bolsistas eleitos(as) participaram do TPA, na medida em que alguns já haviam ingressado na pós-graduação. E outros(as) sete não puderam ou não se dispuseram a seguir a preparação. Assim, participaram do TPA 280 bolsistas eleitos(as): 154 (55%) mulheres e 126 (45%) homens.³²

O TPA ocorreu sob dois formatos: a distância, tendo abrangido 246 bolsistas brasileiros(as); presencial no Brasil (30 bolsistas), nos EUA (três bolsistas na Universidade do Texas) e no México (um bolsista). Descreveremos e analisaremos as experiências brasileiras relacionadas a esses dois formatos.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE BOLSISTAS ELEITOS(AS) POR TIPO DE PARTICIPAÇÃO NO TPA. BRASIL.

Tipo	N	%
Não participou: já cursando	56	16,3
Não participou: outras razões	07	2,0
Subtotal	63	18,4
Participou a distância	246	71,7
Participou presencial no Brasil	30	8,7
Participou presencial no Exterior	04	1,2
Subtotal	280	81,6
Total geral	343	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

3.2.1. TREINAMENTO PRÉ-ACADÊMICO A DISTÂNCIA

Antes de descrever o TPA, é indispensável destacar alguns pontos do processo seletivo para ingresso na pós-graduação e que envolve a presença do(a) candidato(a) nacional pelo menos para uma entrevista.

Como se sabe, a sistemática da seleção para a pós-graduação varia conforme o curso e o nível, mas, geralmente, ela se baseia em: análise de dossiê que contém, pelo menos, *curriculum vitae* e pré-projeto de tese ou dissertação; provas escritas de conhecimento e, algumas vezes, de língua(s) estrangeira(s); entrevista presencial. Alguns programas de pós-graduação consideram eliminatórias algumas provas (por exemplo, prova de inglês ou de conhecimento). Alguns poucos programas de pós-graduação realizam provas nacionais eliminatórias (como ocorre na Economia).

A seleção para o ingresso na pós-graduação brasileira, bastante competitiva, depende, em cada programa, do número de vagas abertas pelos(as) orientadores(as). Em diversos programas de variadas universidades brasileiras, a preparação de candidatos(as) à pós-graduação ocorre no formato de experiências de iniciação

³² A diferença no percentual por sexo decorre do fato que um número maior de bolsistas homens, como vimos, já haviam ingressado na pós-graduação antes do início do TPA.

científica na graduação, muitas vezes com bolsa. Assim, orientadores(as) bem conceituados(as) de programas de ponta de universidades bem classificadas dispõem de um “celeiro” de candidatos(as) à pós-graduação: os(as) melhores(as) jovens alunos(as) de graduação que participaram de programas de iniciação científica. Isto é, um perfil diferente de nossos(as) bolsistas, por mais que eles(as) tenham participado e por melhor que tenha sido o TPA.

É nossa impressão que se o TPA foi indispensável para nossos(as) bolsistas eleitos(as) ingressassem na pós-graduação brasileira, não foi suficiente para que todos(as) tivessem o nível de competitividade do(a) jovem urbano de família de classe média que frequentou a graduação nas universidades mais competitivas. Por esta razão, o TPA no Brasil, ao mesmo tempo que ofereceu oportunidades para melhorar a competitividade dos(as) bolsistas, orientou-os(as) também no sentido do princípio de realidade: escolher, também, programas de pós-graduação nos quais teriam maior chance de sucesso no processo seletivo.

Após a reunião de orientação, iniciavam-se os contatos por *e-mail* ou telefone que podiam se estender até o final do ano, quando a maior parte das universidades brasileiras realizam seleções para a pós-graduação. Nessas conversas a distância, discutiam-se as reformulações nas escolhas dos quatro programas de pós-graduação aos quais os(as) bolsistas eleitos poderiam concorrer. Levavam-se em conta as sugestões dos orientadores nas sessões de orientação e as novas pesquisas a respeito de outros programas possíveis.

Concomitantemente, discutia-se a escolha de orientadores pré-acadêmicos, professores universitários com experiência em orientação de mestrado e doutorado, que auxiliavam os(as) bolsistas eleitos(as) na reformulação dos pré-projetos de pesquisa e na preparação para os exames presenciais seletivos exigidos em cursos de pós-graduação brasileiros. Após sua indicação, iniciava-se um contato formal, acadêmico e administrativo com os orientadores pré-acadêmicos.

Conversávamos, diretamente, com os(as) orientadores(as) pré-acadêmicos a respeito de questões de encaminhamento do pré-projeto de tese ou dissertação. Muitas vezes, nós mesmos da EFCC fazíamos sugestões de rumos para bolsistas desenvolverem seus projetos.

Um dos pontos centrais do TPA foi o curso de português instrumental elaborado por especialistas do COGEAE (Coordenação Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão) da PUC-SP. Tratava-se de um curso a distância, com a duração de quatro horas semanais, em oito semanas, com início geralmente em abril. Os(as) bolsistas eram divididos(as) em duas turmas. O objetivo principal era aperfeiçoamento da redação acadêmica de gêneros textuais utilizados nos processos de seleção em programas de pós-graduação.

O curso contava com atividades desenvolvidas *on-line* e *off-line*, em espaços interativos variados, que incluíam: atividades de navegação para realização de estudos e aplicações práticas (leitura e produção escrita de gêneros textuais acadêmicos) e discussão sobre as atividades propostas e realizadas, de modo a destacar a interação entre aluno e professor e entre alunos por meio de recursos como *e-mails*, fóruns e *chats*. O curso exigia disciplina individual, pois os(as) bolsistas deveriam segui-lo em suas residências ou em outros locais com acesso a computador e internet. Parte dos(as) bolsistas não pôde frequentá-lo com a regularidade que esperávamos devido à dificuldade no acesso à internet. Alguns dependiam de facilidades nos locais de trabalho e outros de *lan houses*, pagas com os recursos do Programa. Além disso, apesar de nossa atenção, cursos por internet exigem uma disciplina,

por vezes mais intensa que a energia disponível ou canalizada para tanto. Esta é a nossa observação geral na Equipe referente à resposta de bolsistas a nossas ofertas e solicitações pela internet: um índice de respostas inferior ao que gostaríamos ou esperaríamos; um aumento do índice graças a um grande esforço da Equipe, usando, então, variadas estratégias de comunicação e persuasão (telefone, correio e mesmo telegrama).

De forma geral, os resultados do curso de português foram bons, pois os(as) estudantes contavam com a possibilidade de correção por parte dos professores do curso, bem como uma avaliação.

Associada à orientação acadêmica propriamente dita, processava-se à administração dos recursos que permitiriam aos(as) bolsistas o usufruto dos benefícios do TPA. Isso exigiu esforço no que diz respeito à verificação da adequação tanto das solicitações de recursos, quanto de sua prestação de contas. Acrescente-se, a isso, o rigor na prestação de contas exigido por instâncias internas e externas à FCC. A despeito de nossos esforços, não conseguimos convencer os auditores a simplificar, dentro de parâmetros legais transparentes, os procedimentos de transferência e prestação de contas dos recursos doados aos(as) bolsistas eleitos(as).

Sem dúvida nenhuma, o TPA foi uma atividade indispensável para que bolsistas concorressem, com bom ou razoável preparo, a vagas no acirrado processo seletivo da pós-graduação brasileira. Porém, seis meses ou um ano de TPA nem sempre são suficientes para “compensar” deficiências da formação acadêmica progressa. O TPA permitiu melhorar o desempenho, mas não eliminou todos os déficits. Tampouco era nossa expectativa.

O formato implementado no Brasil foi complexo. Dadas algumas restrições institucionais, não encontramos outra solução. Talvez tivesse sido mais adequado realizar um TPA presencial para todos(as) bolsistas eleitos(as) que necessitassem, em uma única universidade por um semestre, antecedendo e ampliando a concessão da bolsa. Para saber da viabilidade dessa alternativa no plano econômico ter-se-ia que efetuar uma avaliação de custos. Mas, esse modelo presencial que foi realizado em outros países como no México, concentrado e centralizado, enfrentaria vários obstáculos além dos custos, como a disponibilidade de os(as) bolsistas se afastarem de suas obrigações por mais de 24 meses no caso do mestrado, tempo de afastamento, geralmente, concedido por instituições públicas para formação de seus funcionários.

Por outro lado, a dispersão – de bolsistas, orientadores(as), cursos –, sem dúvida, dificultou nosso trabalho de acompanhamento e o controle da qualidade dos insuamos recebidos pelos(as) bolsistas. Como já apontamos em outras ocasiões, aqui também enfrentamos tensão que nos parece inevitável.

No Brasil, o TPA teve um impacto não vislumbrado inicialmente: difundir a ideia de sua necessidade e mostrar sua viabilidade e impacto na democratização do acesso à pós-graduação. De fato, de todos os componentes do IFP, o TPA foi o mais valorizado pelo Escritório do Brasil da Fundação Ford que estimulou a Fundação Carlos Chagas a replicá-lo, mas, agora, financiando instituições (e não indivíduos). Assim, desde o final de 2010, a Fundação Carlos Chagas implementa, com o apoio do Escritório do Brasil da Fundação Ford, o projeto “Equidade na Pós-graduação” (*Concurso de Dotações para Formação Pré-acadêmica: Equidade na Pós-graduação*), que apoia 15 universidades brasileiras para implementação de cursos locais presenciais de TPA visando, também, segmentos sociais sub-representados na pós-graduação.³³

33 As 15 universidades parceiras do *Equidade* foram selecionadas de um conjunto de 25 concorrentes. Todas deveriam ter introduzido estratégias de ação afirmativa na pós-graduação.

A continuidade, e por que não superação, da experiência do Programa neste item se atesta não apenas pela penetração da ideia no Brasil, mas também pela adequação de suas estratégias e pela presença de ex-bolsistas IFP em três das propostas vencedoras do projeto *Equidade*.

3.2.2. TREINAMENTO PRÉ-ACADÊMICO PRESENCIAL

Após o treinamento da primeira e da segunda turma, notou-se que havia um grupo de bolsistas eleitos cuja preparação pré-acadêmica seria muito difícil devido à distância de seus locais de residência de centros urbanos e à precariedade das condições de ensino em determinadas regiões ou localidades. Tais circunstâncias eram mais notadas entre bolsistas indígenas que viviam em Terras Indígenas longínquas mas, também, entre residentes em quilombos ou em pequenas cidades. Para esses contextos “compensar”, foi elaborado um plano de treinamento presencial e que foi se aperfeiçoando no decorrer dos anos de funcionamento do Programa.

Em 2005, fez-se um acordo com a PUC-SP para receber bolsistas eleitos(as) com o objetivo de prepará-los(as) de forma intensiva para enfrentar os exames de seleção aos cursos de pós-graduação, nível mestrado, mediante um pagamento especial, inferior ao custo de um aluno regular da pós-graduação.

O acordo incluía, entre outros benefícios, a frequência a uma disciplina para inserção no ambiente acadêmico e acompanhamento de um professor credenciado no curso para auxílio na elaboração de um projeto de pesquisa para a dissertação, exigência comum para ingresso em programas de pós-graduação no Brasil, pelo período de um semestre letivo. Nesse semestre, o(a) bolsista recebia o estatuto acadêmico de “aluno ouvinte” e, conforme as regras de cada programa de pós-graduação, os créditos obtidos poderiam, ou não, ser validados quando do ingresso na pós-graduação. Portanto, durante um semestre letivo, o(a) bolsista eleito(a) se preparava para se submeter ao processo seletivo do programa de pós-graduação escolhido. Nesse semestre, o(a) bolsista eleito(a) já recebia todos os benefícios da bolsa IFP que, nesses casos, passava a ter uma duração de 30 meses para o mestrado, pois todos(as) os(as) bolsistas brasileiros(as) de TPA presencial no Brasil situaram-se em nível de mestrado.

Após o sucesso inicial do treinamento presencial na PUC-SP, ampliou-se o leque de universidades para atender as especificidades temáticas de investigação de cada bolsista. Por exemplo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que dispõe de um excelente centro de estudos em línguas indígenas, recebeu dois estudantes desse campo.

Introduzido na Seleção 2004/2005, o número de bolsistas acolhidos(as) em TPA presencial no Brasil foi aumentando (Gráfico 8). Ao todo, 30 bolsistas se beneficiaram dessa experiência: 16 homens e 14 mulheres. O TPA presencial contribuiu fortemente para o sucesso dos(as) bolsistas eleitos(as) na admissão aos programas de pós-graduação, considerando-se que, dos 30 que receberam esta formação no Brasil, apenas um não ingressou na pós-graduação.

GRÁFICO 8 - NÚMERO DE BOLSISTAS ELEITOS(AS) QUE PARTICIPARAM DE TREINAMENTO PRÉ-ACADÊMICO PRESENCIAL POR SEXO E TURMA. BRASIL.



* A Seleção 2010 destinou-se exclusivamente ao mestrado.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Ao longo dos anos foi possível fazer acordos com 12 universidades brasileiras para o TPA presencial. Observou-se que a maior parte dos bolsistas permaneceu nas universidades onde realizaram os treinamentos presenciais.

Os(as) bolsistas eleitos(as) participando de TPA presencial foram acompanhados(as) como bolsistas plenos, devendo elaborar os mesmos relatórios que os(as) demais, tendo acesso aos mesmos recursos. Tal diferenciação constituiu um exemplo, a nosso ver bem-sucedido, de tratamento com equidade de diversidade constada no grupo de bolsistas. Isto é, como apontamos e ainda apontaremos, mesmo compondo um grupo relativamente homogêneo, foi necessário, por vezes, uma estratégia de “ação afirmativa” dentro das práticas amplas de ação afirmativa do Programa.

Consideramos o TPA presencial uma experiência bem-sucedida. Teria sido melhor que ela tivesse se iniciado desde a primeira turma. Mas, o Programa foi se aperfeiçoando à medida de sua implementação, o que também nos pareceu procedimento adequado. Mas uma das várias tensões enfrentadas e habituais em experiências pioneiras, complexas e de longa duração. Mais um dos vários exemplos da importância de avaliação do processo. As estratégias adotadas durante a reunião de orientação e o TPA, bem como o empenho dos(as) bolsistas, redundaram em grande êxito no ingresso na pós-graduação: dos(as) 280 bolsistas eleitos(as) que ainda não haviam ingressado na pós-graduação quando iniciaram a trajetória no Programa, 271 (96,8%) o fizeram após o TPA. Ou seja, apenas nove bolsistas eleitos(as) preparados não ingressaram ou iniciaram a pós-graduação sob auspícios do IFP.

Além do que avaliamos como sucesso, outra característica notável do IFP no Brasil foi que a grande maioria dos(as) 271 bolsistas que participaram do TPA e ingressaram na pós-graduação estudaram no país: 83,8% (227). Se aos 271 incluirmos os(as) 56 que já haviam iniciado a pós-graduação quando ingressaram no IFP, observamos que 86,5% dos(as) bolsistas que ingressaram na pós-graduação sob os auspícios do IFP o fizeram no Brasil.

A PUC-SP recebeu o maior número de bolsistas, entre universidades brasileiras (71), seguida pela USP (Universidade de São Paulo) com 23. Cerca de um terço das colocações foram realizadas no estado de São Paulo, que dispõe do maior número

de programas de pós-graduação (24,4%). A região Sudeste acolheu 61,1% dos(as) bolsistas brasileiros(as) que estudaram no Brasil. Também no Sudeste se situam 48,1% das universidades nas quais bolsistas IFP estudaram no Brasil. Raras vezes ouvimos críticas a esta “migração” temporária de bolsistas brasileiros(as) para a região Sudeste, com as quais discordamos: não poderíamos colocar um freio na aspiração de bolsistas estudarem em outras regiões do país.

QUADRO 13 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE BOLSISTAS E DE UNIVERSIDADES QUE ACOLHERAM BOLSISTAS POR REGIÃO. BRASIL.

Região	Bolsistas		Universidades	
	N	%	N	%
Sudeste	173	61,1	25	48,1
Nordeste	45	15,9	11	21,1
Sul	30	10,6	07	13,5
Centro-Oeste	27	9,5	06	11,5
Norte	08	2,8	03	5,8
Total	283	100,0	52	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

O elevado número de bolsistas ingressando na PUC-SP deve-se a um conjunto de circunstâncias favoráveis oferecidas pela universidade: tradição de receber estudantes de outros estados, geralmente bolsistas das agências de fomento nacionais (Capes e CNPq); coincidência de campos de estudo incentivados pela Fundação Ford e a oferta de programas de pós-graduação; indicação efetuada por professores e colegas de seus locais de origem; atração da localização dos programas de pós-graduação em São Paulo, cidade que oferece muitas oportunidades para atividades acadêmicas e culturais; acordo celebrado entre a universidade e o IFP Brasil de treinamento pré-acadêmico, muito vantajoso do ponto de vista acadêmico e financeiro; perfil menos “elitista” de seus(as) alunos(as); proficiência em língua estrangeira não considerada eliminatória para o ingresso na pós-graduação.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE BOLSISTAS QUE ESTUDARAM NO BRASIL POR UNIVERSIDADE DE ESTUDO. BRASIL.

Universidades	Bolsistas	
	Total	%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	71	25,1
Universidade de São Paulo (USP)	23	8,1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	14	4,9
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Federal Fluminense (UFF)	12	8,4
Universidade de Brasília (UnB)	11	3,9
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ)	10	7,0
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	8	5,6
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	7	2,5
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Ceará (UFCE)	6	3,6
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	5	7,0
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	4	4,4
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade de Sorocaba (Uniso), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	3	2,8
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- MINAS), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)	2	2,4
Outras	1	4,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

3.2.3. COLOCAÇÃO NO EXTERIOR

A “colocação” (*placement*) no exterior constituiu experiência completamente nova para a Equipe da FCC, na medida em que o ingresso na pós-graduação brasileira ocorre por processo seletivo presencial para os residentes.

Em decorrência da novidade, e do reduzido número de candidatos(as) aos estudos no exterior, a colocação no exterior foi um dos pontos que recebeu grande atenção da Equipe da Fundação Carlos Chagas. Já nas reuniões prévias da Equipe e nas sessões de orientação discutiam-se as possibilidades para cada bolsista eleito(a) estudar no exterior. Portanto, a colocação de apenas 42 bolsistas brasileiros(as) no exterior reflete palidamente o interesse da Equipe da FCC e os esforços despendidos. O fato de os(as) bolsistas brasileiros(as) preferirem estudar no país foi recorrentemente discutido por membros da equipe do IFF, especialmente por aqueles que não conhecem a pós-graduação brasileira, solicitando mais esforços de nossa parte. E assim procedemos: realizamos, para a turma de 2004/2005, um curso intensivo de inglês destinado a prováveis candidatos(as) à colocação nos EUA; efetuamos um périplo nas principais universidades portuguesas.

O impedimento mais forte para a colocação em países anglófonos ou francófonos foi, sem dúvida, a precariedade de conhecimentos de inglês dos(as) bolsistas, dificuldade que atinge a maioria dos(as) estudantes brasileiros(as), e que causa preocupação na seleção que vem sendo feita de candidatos ao recém instalado programa

“Ciência Sem Fronteira”. O não domínio de outra língua estrangeira acarretou o fato de que o maior número de bolsistas que estudaram no exterior se dirigiram a Portugal (21 bolsistas ou 47,7% dos que estudaram no exterior).

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DO NÚMERO DE BOLSISTAS “COLOCADOS” NO EXTERIOR POR PAÍS DE ESTUDOS. BRASIL.

Países	Bolsistas					
	N			%		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Portugal	10	11	21	22,7	25,0	47,7
Estados Unidos	5	5	10	11,4	11,4	22,7
Espanha	-	8	8	-	18,2	18,2
África do Sul	-	1	1	-	2,3	2,3
Alemanha	1	-	1	2,3	-	2,3
Canadá	-	1	1	-	2,3	2,3
México	-	1	1	-	2,3	2,3
Costa Rica	-	1	1	-	2,3	2,3
Total	16	28	44	36,4	63,6	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Alguns aspectos chamam a atenção: a nítida preferência pela Europa, particularmente Portugal, o reduzido número de opções pela América Latina (apenas um bolsista); o número reduzido de países; o grande “hiato de gênero” (as mulheres representam apenas 36,4 de bolsas no exterior). Algumas dessas tendências foram reduzidas ao se incluírem as bolsas sanduíche.

Outra limitação decorreu das exigências da Capes para reconhecimento de programas de mestrado estrangeiros e de teses/dissertações defendidas no exterior. Por outro lado, não aceitamos cursos de mestrado e doutorado apenas tutoriais (como o doutorado em Portugal) na medida em que consideramos indispensável o fortalecimento de conhecimentos via participação em disciplinas.

Além de fatores associados à “carência”, deve-se considerar que o nível de institucionalização e a qualidade da pós-graduação brasileira podem ter estimulado a permanência de bolsistas no Brasil. Pode-se aventar, ainda, o rico momento político em torno do tema das ações afirmativas que pode ter incitado bolsistas a permanecerem no país.

A turma 2004/2005 foi a que teve maior número de bolsistas estudando no exterior (doze), turma que recebeu formação complementar de inglês, conforme mencionado. Porém, é difícil saber se esta formação complementar provocou (foi causa) ou foi provocada (foi consequência) por nós ou pela expectativa dos(as) bolsistas. Além disso, foi uma das turmas que recebeu um dos maiores números de bolsas.

A preferência por Portugal e Espanha é explicada pela proximidade dos idiomas falados nesses países. Em Portugal, além da Universidade de Coimbra, bolsistas foram colocados nas Universidades de Porto, Évora, Minho e na Universidade Técnica de Lisboa. A preferência pela Universidade de Coimbra deveu-se ao fato de oferecer programas de interesse dos(as) bolsistas nas áreas de Sociologia e Ciência Política, com foco em temas de governança e comunidades. Nos Estados Unidos, a Universidade do Texas, devido a acordos com o IFP, ofereceu as melhores condições para ingresso dos(as) brasileiros(as), particularmente no programa de *latin studies* apesar de, como veremos, o nível de titulação não ter sido favorável.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE BOLSISTAS COLOCADOS NO EXTERIOR, POR UNIVERSIDADE. BRASIL.

Universidades	Países	Bolsistas	
		N	%
Universidade de Coimbra	Portugal	16	36,4
Universidade do Texas	Estados Unidos	06	13,6
Universidade Autônoma de Barcelona	Espanha	03	6,8
Universidade do Porto	Portugal	02	4,7
Universidade de Barcelona	Espanha	02	4,5
Universidade de Cape Town	África do Sul	01	2,3
Universidade de Kassel	Alemanha	01	2,3
Universidade Laval	Canadá	01	2,3
Universidade Carlos III de Madri	Espanha	01	2,3
Universidade Politécnica da Catalunha	Espanha	01	2,3
Universidade Rey Juan Carlos de Madri	Espanha	01	2,3
The New School of Social Research	Estados Unidos	01	2,3
Universidade Howard	Estados Unidos	01	2,3
Universidade da Califórnia	Estados Unidos	01	2,3
Universidade da Flórida	Estados Unidos	01	2,3
Universidade Iberoamericana	México	01	2,3
Universidade Técnica de Lisboa	Portugal	01	2,3
Universidade de Évora	Portugal	01	2,3
Universidade do Minho	Portugal	01	2,3
CATIE - Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza	Costa Rica	01	2,3
Total	10	44	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Os dados assinalam dispersão em dez universidades apesar de certa concentração na Universidade de Coimbra e na Universidade do Texas. Tal aspecto se deve à preocupação em colocar os(as) bolsistas em programas de pós-graduação que atendessem às especificidades dos temas de pesquisas que pretendiam desenvolver nas respectivas dissertações de mestrado ou teses de doutorado, bem como às exigências brasileiras para reconhecimento do título acadêmico.

A colocação em universidade estrangeira obedeceu a protocolo administrativo específico, tendo sido orientada por especialistas de duas importantes instituições internacionais: o *Institute of International Education* (IIE) e o *Netherlands Organization for International Cooperation in Higher Education* (NUFFIC), instituições que participam atualmente do programa Ciência Sem Fronteira.

4

O PERÍODO ACADÊMICO: ACOMPANHAMENTO DOS(AS) BOLSISTAS

A ATIVIDADE DE acompanhamento dos(as) bolsistas constituiu a pedra de toque da implementação do Programa no Brasil, tendo merecido grande atenção da Equipe da Fundação Carlos Chagas. É nosso entendimento que um programa de ação afirmativa deve estar particularmente atento ao acompanhamento, pois é ele que viabiliza, em grande parte, a permanência e o sucesso dos(as) bolsistas selecionados(as), bem como cria e reaviva os objetivos políticos e programáticos. Neste sentido, consideramos que o bom desempenho dos(as) bolsistas brasileiros(as) constituiu a melhor propaganda do IFP e da ação afirmativa na pós-graduação.³⁴

O acompanhamento é o foco deste capítulo para o qual elaboramos novas informações e reflexões. Com efeito, foi somente neste momento da trajetória do Programa no Brasil que nos formulamos perguntas mais analíticas sobre a equidade no usufruto de oportunidades pelos(as) bolsistas e sobre variáveis relacionadas a seu desempenho acadêmico. Foi apenas em 2012 que efetuamos, por assim dizer, um “acompanhamento do acompanhamento”, avaliando o quanto no período acadêmico a bolsa foi equânime, criando oportunidades iguais para todos(as). Tais temas foram tratados nos dois últimos tópicos do capítulo, que foram precedidos de uma

³⁴ A literatura brasileira sobre o acompanhamento e o desempenho de estudantes cotistas na graduação vem se avolumando nos últimos anos (VELLOSO, 2009).

descrição geral das atividades desenvolvidas no acompanhamento (tópico 4.1) e do estilo brasileiro de monitorar os(as) bolsistas IFP (tópico 4.2.).

4.1. ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO DOS(AS) BOLSISTAS

Como vimos, a grande maioria dos(as) bolsistas estudou no Brasil. Os que estudaram no país saíram, via de regra, de sua região e migraram para o Sudeste (Quadro 14). No Sudeste, a grande maioria dos(as) bolsistas estudou em universidades paulistanas: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade de São Paulo (USP). Isto é, ocorreu um processo de migração interno com consequências nos indicadores que iremos analisar adiante. Além disso, a cidade de São Paulo, onde se situa a sede da Fundação Carlos Chagas, contava com a presença de um número significativo de bolsistas, o que nos permitiu, sem onerar o orçamento, convidar várias turmas para participar de reuniões de orientações administrativas sobre a bolsa, de outras mais acadêmicas e para recepção aos(às) bolsistas calouros.

QUADRO 14 - INFORMAÇÕES SELETAS SOBRE LOCAIS DE ESTUDOS DOS(AS) BOLSISTAS. BRASIL.

	NA	%	NA	%
Estudaram no exterior	43 (343)	12,5 (100)	42 (306)	13,7 (100)
Estudaram no Brasil	281 (343)	81,9 (100)	264 (306)	86,3 (100)
• saíram de sua região de nascimento	147 (281)	52,3 (100)	140 (264)	53 (100)
• saíram de sua região de residência	144 (281)	51,2 (100)	138 (264)	52,3 (100)
• estudaram na região Sudeste	173 (281)	61,6 (100)	166 (264)	62,9 (100)
• estudaram em São Paulo	124 (281)	44,1 (100)	120 (264)	45,4 (100)
na PUC-SP	70 (124)	56,4 (100)	68 (120)	56,7 (100)
na USP	23 (124)	18,5 (100)	21 (120)	17,5 (100)

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

O reduzido número de bolsistas que saiu do Brasil para estudar não significou, porém, ausência de experiência no exterior, posto que o IFP ofereceu outras oportunidades (Quadro 15).³⁵

QUADRO 15 - NÚMERO DE BOLSISTAS POR TIPO DE EXPERIÊNCIA NO EXTERIOR. BRASIL.

	Total
Seminários e <i>workshops</i>	54
Curso de inglês do SILC – Spring International Language Center (Arkansas, EUA)	92
Bolsa sanduíche no exterior *	44

* Incluindo as seis bolsas Fulbright.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

O acompanhamento, do ponto de vista de direitos e deveres de bolsistas, foi orientado pelo *Manual do Bolsista IFP*, elaborado pelo IFF (com apoio das instituições parceiras), traduzido ao português e atualizado periodicamente.³⁶

O acompanhamento se desenvolveu em torno de atividades rotineiras, de emergência e excepcionais. As atividades rotineiras relacionaram-se, principalmente, a orientações sobre como solicitar e elaborar relatórios referentes aos diversos fundos, acompanhar e avaliar relatórios semestrais, bem como auxiliar e avaliar planejamento e relatório referentes ao recesso escolar. Pelo fato de os recursos da bolsa serem enviados diretamente aos(às) bolsistas, foi necessária, em alguns casos, nossa intermediação entre bolsistas e rede bancária, entre bolsistas e setor financeiro das universidades particulares e o IFP/ IIE/Nova York.

35 A discussão referente aos diferenciais por sexo e outras variáveis ocorrerá adiante.

36 Para os(as) bolsistas brasileiros(as), o manual pareceu bastante complexo, sua complexidade decorrente de seu foco principal ser em estudos no exterior, a despeito das adaptações incorporadas pelo IFF. Porém, foi importante, imprescindível mesmo, dispor-se de um *Manual* com formatação única para todos(as) os(as) bolsistas IFP: isso permitiu que bolsistas e equipes nacionais tivessem sido orientados(as) por regras comuns.

QUADRO 16 – ATIVIDADES ENVOLVIDAS NO ACOMPANHAMENTO. BRASIL.

I	RELATÓRIOS. Solicitamos relatórios preliminar, semestrais e final. Adaptamos os formulários do IFP para o Brasil. Os relatórios eram avaliados pela Equipe da Fundação Carlos Chagas, que emite parecer individualizado seguindo um padrão pré-fixado. Uma cópia do parecer era enviada ao orientador do bolsista. Os relatórios evidenciavam bom aproveitamento dos bolsistas que relatam progresso em vários aspectos da vida acadêmica. As sugestões e avaliações eram sistematizadas e incluídas no relatório da Equipe da Fundação Carlos Chagas ao IFP e na Circular aos/as bolsistas.
II	AVALIAÇÃO DE FUNDOS. Foram elaboradas orientações específicas para cada um dos Fundos, que foram incorporadas, como anexos, à versão brasileira do Manual dos/as Bolsistas IFP. Nelas foram destacadas as razões de ser dos Fundos para que os pedidos decorressem de opções coerentes com o plano de estudo e pesquisa de cada bolsista e viessem a contribuir significativamente no processo de superação de possíveis defasagens culturais. Nessas orientações foi também enfatizada a maneira correta de solicitar e de prestar contas dos recursos.
III	PROGRAMA SANDUÍCHE. As solicitações eram avaliadas por uma comissão da EFCC (Maria Luisa Santos Ribeiro e Fúlvia Rosemberg). Foram elaboradas normas. Auxiliamos os bolsistas em todas as etapas do processo.
IV	EX-BOLSISTAS. Os ex-bolsistas elaboraram relatórios finais que eram avaliados e cujos pareceres lhes eram enviados. Preparamos um certificado de fim de bolsa IFP. Mantivemos contato com os ex-orientadores.
V	Avaliação e emissão de parecer sobre planejamento e relatório referentes ao recesso escolar, atividade que ganhou maior ênfase a partir de 2010 como tentativa para que os/as bolsistas, efetivamente, estudassem/pesquisassem durante 23 dos 24 meses de mestrado e durante 34 dos 36 meses do doutorado. Isto é, que usufruissem de um mês de férias por ano, sendo os demais usados exclusivamente para atividades acadêmicas.
VI	EMERGÊNCIA. Especialmente resolução de questões relacionadas ao seguro saúde e depósito da bolsa.
VII	EXCEPCIONAIS. Formação de redes e enriquecimento das experiências. Cancelamento de bolsas. Apoio ao IFP nas solicitações a bolsistas e ex-bolsistas.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Os relatórios ocuparam boa parte de nossa atenção no acompanhamento: durante os quase 13 anos de vigência do IFP no Brasil, foram emitidos 1.505 pareceres aos diversos tipos de relatório (Tabela 6).

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE PARECERES EMITIDOS POR TIPO DE PARECER E TURMA. BRASIL.

Tipo de parecer	Turmas								Total
	2002	2003	2004/2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	
Preliminar	42	41	33	34	38	33	40	39	300
Anual	42	49	47	56	55	47	50	49	395
Semestral	86	73	90	100	84	77	95	82	687
Final	23	29	28	26	21	25	28	20	200
Sanduíche	11	12	3	3	5	0	1	2	37
Total	202	204	201	219	203	182	214	192	1.619

* A Seleção 2010 destinou-se exclusivamente ao mestrado.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Apesar de nosso controle intenso (e cobrança), nem todos(as) os(as) bolsistas enviaram todos os relatórios, particularmente o final. Porém, nenhum bolsista IFP ficou sem nos enviar pelo menos um relatório e receber pelo menos um parecer.

QUADRO 17 - PARECER SOBRE RELATÓRIO DE BOLSISTA IFP. BRASIL.

BOLSISTA: _____						
TIPO DE BOLSA: MESTRADO	DURAÇÃO: 24 MESES					
TIPO DE RELATÓRIO: SEMESTRAL	PERÍODO: 1º/ 2011					
PARECERISTA: <i>PARECER (O parecer abaixo refere-se apenas aos aspectos narrativos, ficando, para outra ocasião, o parecer sobre prestação de contas)</i>						
<p>Bom relatório: circunstanciado e reflexivo. Boa redação, a notar, talvez por ora e vez, dificuldades na pontuação (quebra de frase com ponto final). O relatório informa bom aproveitamento referente ao 1º semestre letivo: participou de três disciplinas (avaliações A e 100% de frequência) e de curso de inglês para o TOEFL. Dispôs de orientação semanal. Está atento a cuidados éticos na pesquisa. Está reenviando o projeto ao Comitê de Ética e enfrentando os diferentes dilemas de acertar o foco. Planeja bolsa sanduíche no próximo ano para os AAA*. O planejamento do estágio sanduíche vem sendo acompanhado por Maria Luisa e por mim.</p> <p>Observações: solicite sempre o consentimento livre e esclarecido. Enviou relatório adequado sobre o recesso escolar.</p>						
<table border="1"><thead><tr><th>Conclusão</th></tr></thead><tbody><tr><td><input checked="" type="checkbox"/> relatório aprovado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> relatório aprovado com advertência</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> relatório não aprovado devendo ser refeito</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> suspender a bolsa</td></tr></tbody></table>		Conclusão	<input checked="" type="checkbox"/> relatório aprovado	<input type="checkbox"/> relatório aprovado com advertência	<input type="checkbox"/> relatório não aprovado devendo ser refeito	<input type="checkbox"/> suspender a bolsa
Conclusão						
<input checked="" type="checkbox"/> relatório aprovado						
<input type="checkbox"/> relatório aprovado com advertência						
<input type="checkbox"/> relatório não aprovado devendo ser refeito						
<input type="checkbox"/> suspender a bolsa						
DATA: 25/8/2011	ASSINATURA: _____					
<p>Observação: suas sugestões, avaliações e comentários sobre a Bolsa IFP serão comentados em circular coletiva a ser-lhe enviada oportunamente.</p> <p>NÃO ESQUECER DE INCLUIR O CRÉDITO AO PROGRAMA IFP EM TODAS AS PUBLICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES DECORRENTES DE SUA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO/TESE DE DOUTORADO SOB A BOLSA IFP: <i>Este trabalho foi realizado durante o período em que o/a autor/a foi Bolsista Internacional da Fundação Ford.</i></p>						
<p>*As letras AAA substituem informações que permitiriam a identificação do(a) bolsista.</p>						

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Os pareceres seguiam roteiro pré-estabelecido; uma cópia era enviada ao(a) bolsista e outra a seu(a) orientador(a). A partir da turma de 2005, para renovação anual da bolsa, e conforme recomendação do IFP, passou-se a solicitar do(a) orientador(a) o envio da ficha de avaliação do(a) bolsista durante o ano em curso. Apesar de nem sempre ter sido preenchida de modo realista, essa ficha era analisada juntamente com o relatório anual do(a) bolsista para recomendar a renovação da bolsa.

As avaliações relacionadas às solicitações de fundos também foram numerosas: 1.978. O fundo para aperfeiçoamento profissional, o mais solicitado, foi destinado, na maioria das vezes, à participação em eventos e no mestrado foi também destinado ao trabalho de campo, visto que apenas no doutorado dispunha-se de fundo específico para tal. Os fundos para curso de idioma também foram muito solicitados e a verificação do aproveitamento dos(as) bolsistas minuciosamente seguida. O mais frequentemente, os(as) bolsistas estudaram inglês. O nível de aprovação nos cursos foi alto. Portanto, se o aproveitamento deixou a desejar, isso decorreu da dificuldade de se aprender a segunda língua neste momento da vida e da qualidade dos cursos brasileiros.³⁷

Observamos duas tendências que não conseguimos explicar: a redução de solicitações de fundos nas coortes 2007, 2008 e 2009; uma posição de destaque da coorte 2004/2005 que se repetirá em outros momentos desta análise.

37 A despeito de nossa busca, não localizamos estudos de avaliação de cursos particulares de inglês ministrados no Brasil. Por esta razão, Maria Malta Campos elaborou um "guia" para auxiliar os(as) bolsistas a escolherem tais cursos.

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES DE FUNDOS POR TIPO DE FUNDO E TURMA. BRASIL.

Fundos	2002	2003	2004/ 2005	2006	2007	2008	2009	2010*	Total
Família	62	60	84	58	51	51	62	38	466
Pesquisa de campo (doutorado)	4	2	14	5	3	3	4	0	35
Treinamento de idioma	92	103	114	76	70	67	60	67	649
Aperfeiçoamento profissional	125	109	116	87	77	81	76	52	723
Necessidades especiais	3	0	0	3	0	0	0	0	6
Total	286	274	328	229	201	202	215	243	1.978

* A Seleção 2010 destinou-se exclusivamente ao mestrado.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

A bolsa sanduíche foi uma alternativa para que brasileiros(as) estudassem no exterior. Deve-se mencionar, ainda, o acordo entre a FCC, o IFP e a Fulbright para a concessão de bolsas sanduíches para bolsistas IFP estudarem nos EUA. Em decorrência de particularidades do acordo, durante a bolsa Fulbright, a bolsa IFP era suspensa, o que permitia estender seu prazo de duração. De início, era destinada a mestrado e doutorado, tendo se restringido ao doutorado posteriormente. Usufruíram da bolsa Fulbright seis bolsistas IFP, três mulheres e três homens.

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE BOLSAS SANDUÍCHE POR LOCAL DE ESTUDOS E TURMA. BRASIL.

Coorte	Nº de bolsistas**	Exterior***	Brasil	Total%	
2002	35	7	2	9	25,7
2003	37	9	1	10	27,0
2004/2005	33	9	-	9	27,3
2006	34	5	-	5	14,7
2007	31	5	1	6	19,4
2008	27	3	-	3	11,1
2009	29	2	-	2	6,9
2010 *	38	4	1	4	10,5
Total	264	44	5	49	18,2

* A Seleção 2010 destinou-se exclusivamente ao mestrado. ** Excluindo bolsistas que não terminaram a bolsa e os(as) que estudaram no exterior. *** Incluindo as seis bolsas Fulbright.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

As atividades excepcionais no acompanhamento foram de dois tipos: aquelas que visaram à organização e sustentação de redes entre bolsistas e ex-bolsistas; aquelas relacionadas à interrupção da bolsa, seja por desistência do(a) bolsista, seja por nossa indicação para cancelamento. Ao todo, foram interrompidas 37 bolsas: 19 por desistência e 18 por cancelamento. As principais razões para o término da bolsa estiveram associadas a motivações laborais, à vida particular e, para bolsistas eleitos(as), o fato de não terem sido selecionados(as) em programas de pós-graduação no prazo previsto. Para o cancelamento de bolsas, adotamos procedimentos formalizados. Tínhamos claro que nossa função era apenas a indicação e que o efetivo cancelamento era da responsabilidade do IFP, instituição que concede a bolsa.

É necessário assinalar que os indicadores objetivos de término ou interrupção da bolsa, bem como outros usados para avaliar desempenho dos bolsistas (por exemplo, tempo médio de titulação, titulação ou não durante a vigência da bolsa), devem ser interpretados com cuidado, na medida em que, nem sempre, indicam falha ou

problema. Por exemplo: alguns bolsistas interromperam a bolsa por oportunidades laborais (incompatível com a bolsa IFP), mas continuaram a pós-graduação e defenderam suas teses/dissertações com sucesso; uma bolsista não defendeu a dissertação durante o mestrado porque prosseguiu diretamente ao doutorado após o término da bolsa IFP; um bolsista atrasou-se na defesa da dissertação porque participou de dois cursos de mestrado (sem nosso conhecimento inicial!); para outra bolsista eleita, liderança com reconhecimento nacional, sugeriu-se, durante a reunião de orientação e negociações, que a bolsa seria mais compatível com suas necessidades familiares e que exorbitava os limites da bolsa IFP.

Como anunciamos, introduzimos atividades excepcionais de acompanhamento que visaram à construção e ao fortalecimento de redes entre bolsistas e ex-bolsistas, e que também procuraram enriquecer experiências acadêmicas e curriculares. Nesse conjunto de atividades excepcionais de acompanhamento, incluímos: os 22 números da Circular para bolsistas e ex-bolsistas; os nove Encontros Brasileiros de Bolsistas IFP, bem como seus Anais; a publicação de oito coletâneas temáticas com artigos de ex-bolsistas provenientes de suas teses/dissertações; cursos de férias relacionados ao tema das relações étnico-raciais na pesquisa, tema recorrente em projetos de teses e dissertações; o *workshop* sobre elaboração de projeto.³⁸

QUADRO 18 - ENCONTROS BRASILEIROS DE BOLSISTAS IFP. BRASIL.

RELAÇÕES RACIAIS E DE GÊNERO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES I Encontro: Rio de Janeiro, 16 a 18 de junho de 2004
TERRA, TERRITÓRIO: RECURSOS, PROTEÇÃO E DIREITOS II Encontro: São Paulo, 1 e 2 de agosto de 2005
DIREITOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO: TEMAS EMERGENTES III Encontro: São Paulo, 17 a 19 de maio de 2006
PRÁTICAS CULTURAIS, COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM IV Encontro: São Paulo, 30 de maio a 2 de junho de 2007
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE V Encontro: São Paulo, 3 a 5 de junho de 2008
FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE VI Encontro: São Paulo, 25 e 26 de junho de 2009
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: O APORTE DE JOVENS PESQUISADORES(AS) VII Encontro: São Paulo, 4 e 5 de novembro de 2010
PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESIGUALDADE E DIVERSIDADE VIII Encontro: São Paulo, 12 e 13 de abril de 2011
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E CULTURA IX Encontro: São Paulo, São Paulo, 23, 24 e 25 de abril de 2012

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

4.2. NOSSO ESTILO DE ACOMPANHAMENTO

Entendemos o acompanhamento dos(as) bolsistas IFP como uma avaliação formativa que permitiu melhorar o desempenho dos atores envolvidos na implantação do Programa IFP no país, apesar de notarmos algumas lacunas como apresentaremos adiante. O acompanhamento teve por objetivo cuidar para que os direitos e deveres dos(as) bolsistas IFP fossem cumpridos com justiça e a contento, isto é, que todos(as) os(as) bolsistas dispusessem de mesmas oportunidades e que estivéssemos

³⁸ Em abril de 2013, quando se prepararia a última versão deste texto, a nona coletânea estaria sendo organizada: *Trajetórias de pesquisadores indígenas brasileiros(as) contemporâneos*.

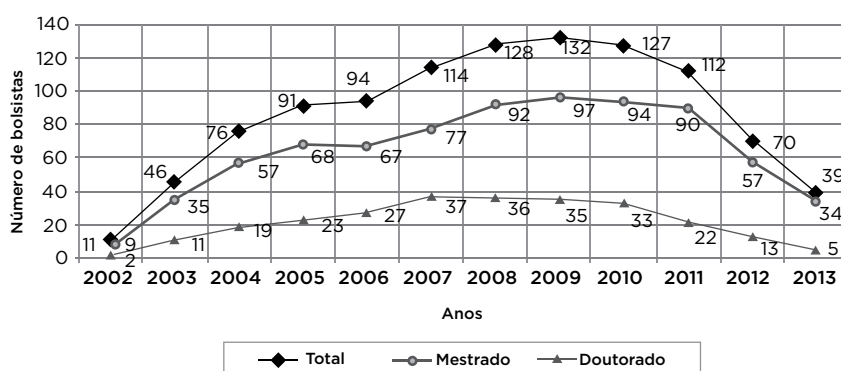
oferecendo condições para que a meta do Programa fosse atingida: formação acadêmica de qualidade para líderes com compromisso social provenientes de segmentos sociais sub-representados na universidade.

Certamente, as atividades envolvidas no acompanhamento de bolsistas brasileiros (as) não apresentaram novidade: responder à demanda de bolsistas em situação de emergência; solicitar e avaliar relatórios; manter cadastros de informações atualizados; propiciar o usufruto dos diversos fundos como vimos. O que nos parece importante destacar, contudo, é o estilo que desenvolvemos: muito atento ao desempenho individual de cada bolsista – nos vários planos e não apenas acadêmico –, procurando responder rapidamente a suas demandas individuais, sem paternalismo ou vitimização, procurando controlar o *tokenismo* e a exotização.

Algumas pré-condições sustentaram nosso estilo:

- a Equipe da Fundação Carlos Chagas que efetuava o acompanhamento foi composta por pessoas com larga experiência na pós-graduação, sendo também, em sua grande maioria, ativistas em diferentes áreas de Direitos Humanos;
- a grande maioria dos(as) bolsistas brasileiros(as) permaneceu no Brasil, isto é, frequentaram uma pós-graduação que conhecemos;
- as turmas de bolsistas brasileiros(as) foram bastante grandes, variando de 40 a 48 o que acarretou pico de 132 pessoas sendo acompanhadas (Gráfico 9);
- os recursos disponibilizados pelo Programa IFP foram adequados para que bolsistas usufríssem de uma experiência pós-graduada de qualidade;
- a permanência (durabilidade) do Programa (13 anos), os recursos e o diálogo entre instituições parceiras locais e a equipe central do IFP permitiram um aprimoramento constante.

GRÁFICO 9 - NÚMERO DE BOLSISTAS ACOMPANHADOS(AS) POR ANO E POR NÍVEL. BRASIL.



Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Foi logo de início que percebemos ser o acompanhamento a pedra de toque do Programa. Isso fez com que, já no segundo ano de sua implantação, tivéssemos efetivado uma divisão de trabalhos e responsabilidades na equipe: uma mais envolvida com a seleção e outra com o acompanhamento. Porém, a divisão de responsabilidades não significou atividades estanques, pois o acompanhamento alimentava a seleção e a seleção também orientava o acompanhamento. Explicando melhor: como todos sabemos, a concepção de qualquer programa ou projeto envolve algumas tensões que devem ser enfrentadas. Isso não é crítica, apenas constatação de tensões inevitáveis. Uma delas decorria do fato de que as pessoas que tinham a responsabilidade pela

seleção dos(a) bolsistas, a Comissão de Seleção, não eram as pessoas que assumiram responsabilidade pelo acompanhamento. Portanto, para que não ocorresse cisão, as observações no acompanhamento foram compartilhadas com a Comissão de Seleção para que aperfeiçoássemos a seleção. Em situações críticas no acompanhamento, incluíamos representantes da Comissão de Seleção ou solicitávamos seu auxílio e conselhos. Foram inúmeros os encontros e conversas entre a Equipe da FCC e membros ou o representante da Comissão de Seleção.

Por outro lado, se o acompanhamento previa condições para que os(as) bolsistas usufríssem de experiências educacionais de qualidade, era necessário que a seleção já se orientasse para isso. Por exemplo, a inclusão da sessão de dinâmica de grupo na avaliação de finalistas decorreu da percepção de que o quão difícil é propiciar as melhores experiências de pós-graduação para pessoas que evidenciam muito baixa resistência à frustração.

Uma outra tensão que percebemos decorre do fato de que o acompanhamento é individual, porém para um grupo de pessoas entre as quais se quer fortalecer vínculos de pertença, e que, ao mesmo tempo, se encontram dispersas pelo território nacional ou internacional. Trata-se de um grupo *sui generis*. Isso implicou em construir estratégias, sempre em processo e sujeitas a revisão. Alguns exemplos: reforçar a identidade visual dos(as) bolsistas para eles(as) próprios(as) (agenda anual, fotos do grupo) e para a Equipe da Fundação Carlos Chagas (distribuímos painéis de fotos individuais dos bolsistas – “quem é quem” – para nosso uso); circular informações gerais para eles(as), sobre eles(as) e entre eles(as); conviver com o princípio de que algumas regras devem ser seguidas no espírito e não na letra, etc. Pode-se imaginar que esta última estratégia, muitas vezes, gerou ansiedade, especialmente no início, quando o desconhecimento sobre as pessoas era maior e a Equipe estava mais insegura quanto à filosofia internacional do Programa e a “cara” nacional que se queria imprimir.

Uma terceira tensão que observamos provém do fato de se tratar de um Programa internacional, que tem metas e estratégias globais, mas que, por opção política e para sua implementação eficiente, deveria se ajustar a características locais. Aqui, as estratégias que usamos foram a adaptação e o diálogo. Do lado do IFP, recebemos acolhida e compreensão. Adaptamos algumas exigências e instrumentos de acompanhamento às necessidades e cultura dos(as) bolsistas brasileiros(as). O ajuste significou acatar as diretrizes do IFP e, de um modo geral, fazer mais. Assim, fomos rigorosos na aferição de que o(a) bolsista residisse na cidade de estudos e que tivesse dedicação exclusiva aos estudos. O roteiro de relatório preliminar, semestral e final dos(as) bolsistas era mais completo que o recomendado pelo IFP. Todos os relatórios eram avaliados no plano formal, acadêmico e do uso de recursos da bolsa (parecer cuja cópia era enviada ao bolsista e ao orientador), permitindo de fato um acompanhamento do(a) progresso de cada bolsista.³⁹

Nosso acompanhamento não implementou apenas o exigido contratualmente pelo IFP. Inovou ao organizar encontros anuais de bolsistas; elaborar anais desses encontros; promover cursos sobre relações raciais; preparar e publicar coletâneas temáticas com textos de ex-bolsistas; publicar bianualmente a Circular com matérias de bolsistas e ex-bolsistas; organizar *workshops* e cursos; preparar e enviar agenda anual com foto e coordenadas de bolsistas e ex-bolsistas; abrir espaço institucional na Fundação Carlos Chagas a bolsistas e ex-bolsistas; festejar sempre que possível, fortalecendo, então, a rede de bolsistas e ex-bolsistas; convidá-los(as) para integrar atividades.

Além do ajuste, o diálogo. O diálogo foi constante com os(as) bolsistas: solicitando avaliações e sugestões, sistematizando-as e transmitindo-as ao IFP nos relatórios; respondendo, rapidamente, suas dúvidas; explicitando-lhes a racionalidade de algumas das regras do Programa; informando sobre melhoras no Programa. Também

o diálogo foi constante com o IFP e IIE, diálogo de nossa parte e dessas instituições para conosco, procurando explicitar avanços do Programa no Brasil, mas também problemas e dificuldades. Diálogo com a Comissão de Seleção, enviando-lhes, além dos informes, relatórios dos(as) bolsistas, notícias, pareceres e publicações.

Também mantivemos diálogo com os orientadores acadêmicos, enviando-lhes informações sobre o Programa no geral, sobre seus(suas) orientandos(as) individualmente e convidando-os(as) para eventos que organizamos. Diálogo com os representantes do Escritório do Brasil da Fundação Ford que tiveram uma participação constante em nossas atividades. Diálogo com o movimento social envolvido com os segmentos sociais focalizados pelo Programa no Brasil, diálogo com as várias instâncias da Fundação Carlos Chagas.

Algumas poucas vezes observamos relações tensas entre bolsistas e orientadores(as), ou vice-versa: avaliação, por vezes, de certo *laissez aller* acadêmico, de atraso na entrega ou avaliação de trabalhos; poucas vezes sobre o número insuficiente de sessões de orientação. Procurávamos não enfrentar o(a) orientador(a), aconselhando ao(à) bolsista que conversasse com o(a) coordenador(a) do programa de pós-graduação. Além disso, solicitamos sempre, de todos os atores envolvidos, avaliações que foram sistematizadas, incorporadas (quando possível) e divulgadas. E, quando necessário, pedimos socorro. Nessas ocasiões sempre dispusemos de escuta reflexiva e troca de pontos de vista das instituições envolvidas.

Quando destacamos o diálogo como uma estratégia usada na implementação do Programa, sobretudo no acompanhamento, não estamos valorizando um pretensão “espírito democrático”. Ele decorreu das condições de implementação do Programa no Brasil: foi sendo operacionalizado à medida em que ia sendo implantado. No início, ninguém tinha certeza de muita coisa, de quase nada. Isso teve desvantagens e vantagens: porém, a avaliação do processo passou a ser indispensável. Nosso exercício de procurar entender a racionalidade de regras e procedimentos das diversas instituições envolvidas foi boa estratégia a orientar nossa ação.

Um exemplo do acompanhamento, no ano 2004, sobre esta avaliação de processo: planejamos e orçamos um encontro de bolsistas e ex-bolsistas tendo por meta principal a constituição de rede; em sua montagem (que seguiu as regras de um encontro acadêmico), percebemos a necessidade de fortalecimento teórico dos(as) bolsistas estudando relações raciais; organizamos (com a colaboração de bolsista) um curso sobre relações raciais aproveitando as férias acadêmicas e a volta de vários bolsistas de atividades de formação de liderança realizadas nos EUA. Isso abriu, para alguns(as) bolsistas, uma vaga em seminário acadêmico na USP, dirigido pelo professor Antônio Sergio A. Guimarães (que fora da Comissão de Seleção) e, inicialmente, destinado apenas a seus(as) orientandos(as) naquela universidade.

É evidente que para esse encadeamento de atividades foram necessários recursos materiais e humanos, colaboração, uma cultura não burocrática na implementação do Programa tanto em nível central do IFF quanto local. Tal estilo de funcionamento, rico e criativo a nosso ver, é também exigente. Consideramos que manter tal estilo por muitos anos e para um grupo de pessoas bastante extenso (mais de 300 no caso brasileiro) tem sido desgastante para a Equipe. Isto é: parece-nos difícil manter uma atenção individualizada e, portanto, inovadora para um grupo que não é mais um “pequeno grupo”, mas também não é uma massa anônima.

Pensamos que este é um aspecto que mereceria ser investigado com maior atenção. Algumas questões: como manter disponibilidade individualizada e para o novo depois de quase 13 anos de experiências? Quais os riscos (e como enfrentá-los) de

39 Os relatórios fugiram do modelo de múltiplas escolhas, adotando roteiro com perguntas abertas.

burocratizar a implementação de uma experiência como a do IFP se durasse mais tempo? Se envolvesse mais bolsistas?

Uma outra tensão que nos inquietou relaciona-se ao perfil econômico dos(as) bolsistas. Apesar de o Programa não ter sido destinado “aos pobres dentre os pobres”, muitos(as) bolsistas viveram história de carência econômica, não só em sua infância, mas em seu passado recente. Alguns desenvolveram eficientes estratégias de sobrevivência em meio urbano para lidar com poucos recursos econômicos. A promessa e a disponibilidade de recursos da bolsa, em valores trimestrais (o que aumenta o volume), pôde representar um montante de dinheiro nunca antes disponível para alguns(as). Os impactos (pessoais, familiares e grupais) – que não foram objeto de avaliação – podem ter sido numerosos e conflitantes, nos planos emocional, acadêmico, político e ético. Além do significado simbólico associado ao recebimento de recursos em dólares norte-americanos. Desde cedo estivemos atentos(as) às dimensões política e ética dessa questão, dando destaque ao planejamento e ao uso adequado dos recursos da bolsa e da prestação de contas. Só mais tarde ficamos mais atentos(as) à dimensão psíquica, uma das razões que nos levou a introduzir a sessão de dinâmica de grupo na fase da seleção de semifinalistas, procurando apreender particularmente o manejo de regras e a resistência a frustrações, mesmo que superficialmente.

O acompanhamento apresentou, ainda, outras situações de tensão que não tiveram o sabor de desafio. Por vezes, excesso de trabalho, por vezes ainda dificuldades estruturais e contingenciais decorrentes da “centralização descentralizada” do Programa: por exemplo, o fato (que não criticamos) de os recursos das bolsas individuais terem sido liberados via instituição norte-americana acarretou uma parafernália burocrática (com ônus e bônus) para os(as) bolsistas, particularmente aquelas associadas ao recebimento de dólares norte-americanos nas agências bancárias brasileiras. Restrições institucionais da FCC (compreensíveis) também geraram outra parafernália burocrática para prestação de contas dos(as) bolsistas eleitos(as). Se tais contingências administrativas, muitas delas inevitáveis e necessárias, tornaram o acompanhamento uma atividade complexa para nossa equipe e para os(as) bolsistas, ampliaram, também, o leque de experiências burocráticas dos(as) bolsistas.

É nossa opinião compartilhada na Equipe que se conseguimos avançar no acompanhamento em vários aspectos, um deles continua problemático: a adequação do planejamento de atividades e da prestação de contas por parte dos(as) bolsistas, particularmente no que diz respeito aos recursos monetários (Quadro 19). Apesar de termos tentado de muitas maneiras fortalecer estratégias e competências para o planejamento e a prestação de contas,⁴⁰ com frequência essas atividades permaneceram pouco transparentes. Também é consenso na Equipe que o formato do seguro saúde foi um equívoco para o caso brasileiro.

QUADRO 19 - A QUESTÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. BRASIL.

A concessão de recursos para o que se poderia chamar de suporte para as atividades acadêmicas (equipamento de informática, livros, material de papelaria, fotocópias), bem como de complementação da formação acadêmica (estudo de idioma estrangeiro, participação em eventos, pesquisa de campo) constituiu-se num dos importantes diferenciais da bolsa de estudos concedida pelo Programa. Para que tal concessão realmente produzisse uma diferença significativa na formação dos novos mestres ou doutores, a Equipe FCC, desde logo, deu início ao trabalho de orientação dos bolsistas, alertando-os para a necessidade de um bom planejamento de gastos. Além disso, entendeu ser da máxima importância exigir a prestação de conta, mesmo daqueles recursos que a instituição financiadora dispensava.

A orientação de como encaminhar o pedido e de como prestar conta começava com o destaque de alguns princípios básicos de conduta, como expressão da preocupação da equipe de deixar clara

a necessidade de que se tenha ou de que se aprimore uma conduta pautada por procedimentos éticos no trato do financiamento externo de atividades sob nossa responsabilidade. Tinha-se consciência que se estava diante de uma tarefa de dimensão pedagógica pela frente. Do que não se tinha consciência era do grau de dificuldade que se enfrentaria; daí a surpresa diante da quantidade de bolsistas que chegaram ao fim do período de bolsa sem ter concluído o processo de prestação de contas; daí a preocupação por se tratar de pessoas que exercem funções de liderança ou com potencial para exercê-las e que, portanto, têm ou terão a responsabilidade de dar conta de recursos, público ou particulares, sem os quais muitas de suas atividades não se sustentam.

Tal preocupação levou-nos a considerar a possibilidade de tomar o “caso” como objeto de um estudo cuidadoso, que resulte num texto para discussão interna, envolvendo a equipe, bolsistas, membros da Comissão de Seleção e tantos outros que se considerar adequado, como maneira de tentar alcançar resultados mais próximos ao esperado. Os resultados, por ora, indicam que a tarefa de dimensão pedagógica referida não pode ser dada por encerrada. Pelo contrário, está a exigir reflexão e criatividade na construção de novos mecanismos de enfrentamento do desafio de tornar realidade a conduta pautada por procedimentos éticos no trato do financiamento externo de atividades sob nossa responsabilidade. Maria Luisa Ribeiro, abril de 2013.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Como foram muito poucos(as) bolsistas brasileiros(as) que estudaram no exterior, o repatriamento foi tratado caso a caso, do mesmo modo que tratamos os(as) brasileiros(as) estudando fora de suas regiões. Isto é, os(as) bolsistas foram sempre informados(as) de quando seria o término da bolsa, de seus direitos (passagem e recursos). Providenciávamos as passagens conforme as diretrizes do IFF e IIE. No mesmo sentido, não efetuamos atividades específicas de reinserção após o término da bolsa. Isso não nos pareceu necessário para os(as) brasileiros(as). Ir além do que executamos, parecia-nos ultrapassar o limite de um cuidado “não paternalizado” para com os(as) bolsistas.

Finalmente, apreendemos uma característica de nosso estilo brasileiro de acompanhamento dos(as) bolsistas apenas notado na elaboração da primeira versão do relatório final: a avaliação em processo focalizou os(as) bolsistas individualmente mais do que seu grupo de origem. Isto é, durante este período do acompanhamento, praticamente não atentamos se os diferentes grupos (e não mais as pessoas individualmente) de bolsistas estavam dispostos de modo equânime das oportunidades do Programa e se os indicadores de desempenho grupais eram equivalentes. Isso nos levou a efetuar análises sobre o usufruto das oportunidades por bolsistas a partir de variáveis selecionadas (nível, sexo, raça/etnia, região geográfica de origem). Após essa primeira análise realizada no primeiro semestre de 2012, foi possível desenvolver ações para melhorar a equidade no usufruto das oportunidades. Nesta versão do texto, apresentamos os resultados após o monitoramento e as intervenções realizadas para melhorar os indicadores de equidade durante o período do segundo semestre de 2012-2013.

4.3. OPORTUNIDADES E EQUIDADE

Ao elaborar a primeira versão do relatório final, colocamo-nos, então pela primeira vez, a questão: o usufruto de oportunidades oferecidas pelo Programa (universidades frequentadas, atividades realizadas e fundos obtidos) se distribuíram equitativamente entre bolsistas provenientes dos diferentes segmentos sociais?

Antes de apresentarmos os resultados, parece-nos necessário refletir por que apenas no momento final colocamo-nos a questão da equidade interna na distribuição de benefícios e oportunidades quando tínhamos pouca disponibilidade de

40 Realizamos um *workshop* no I Encontro Brasileiro de Bolsistas IFP sobre administração de projeto.

tempo para corrigir eventuais vieses. Temos três respostas complementares: em decorrência do rigor no processo de seleção, acreditávamos que o grupo de bolsistas era homogêneo; como o contrato de bolsista informava sobre todas as oportunidades, informações que foram repetidas em inúmeras circunstâncias, imaginávamos que todos(as) participariam/solicitariam de modo equânime; ausência de um olhar atento a nos fustigar com esta questão, seja em nossa própria equipe, seja entre bolsistas e ex-bolsistas, seja entre parceiros do IFP, seja entre colegas da Fundação Carlos Chagas ou ainda a partir do olhar de avaliador externo.

Analisamos quatro conjuntos de oportunidades que nos pareceram relevantes: as universidades onde os(as) bolsistas estudaram, os programas de pós-graduação onde estudaram, o uso dos fundos e as atividades complementares. Vejamos como cada um desses conjuntos de oportunidades foram usufruídas por nível de bolsa (quando possível) e pelos diferentes agrupamentos de bolsistas: sexo, raça/etnia e região de nascimento, em acordo com as variáveis focalizadas pelo Programa no Brasil.

4.3.1. UNIVERSIDADES

Quanto às universidades cursadas, uma primeira diferenciação a ser feita se refere ao local: Brasil e exterior (Tabela 9).

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE BOLSISTAS POR CONDIÇÃO E VARIÁVEIS. BRASIL.

Variáveis	Total de bolsas completas		Estudaram no exterior		
	N	%	N	%	
Nível	Mestrado	248	81,0	36	85,7
	Doutorado	58	19,0	6	14,3
	Total	306	100,0	42	100,0
Sexo	Feminino	154	50,3	16	38,1
	Masculino	152	49,7	26	61,9
	Total	306	100,0	42	100,0
Região de nascimento	NO, NE e CO	187	61,1	26	61,9
	SE e SU	119	38,9	16	38,1
	Total	306	100,0	42	100,0
Cor/raça/etnia	Branca	13	4,2	3	7,1
	Negra	252	82,4	37	88,1
	Indígena	41	13,4	2	4,8
	Total	306	100,0	42	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Notamos que entre doutorandos, mulheres e indígenas estiveram sub-representados entre os(as) bolsistas que estudaram no exterior. Como veremos adiante, as mulheres e os doutorandos compensaram este déficit com uma maior participação entre bolsistas que usufruíram de bolsa sanduíche no exterior. Porém, bolsistas indígenas não compensaram tal déficit.

Uma outra possibilidade de análise refere-se à posição ocupada pelas universidades nos *rankings* de avaliação. Dentre os diversos *rankings* disponíveis – como o *Times Higher Education (THE)*, famoso e com credibilidade, mas que classifica apenas 400 universidades –, optamos pelo *Ranking Web of World Universities 2012*⁴¹ que inclui mais de 20 mil universidades do mundo, tendo sido possível localizar a posição de

quase todas aquelas nas quais bolsistas brasileiros estudaram: para apenas três delas não conseguimos esta informação (Tabela 10).

TABELA 10 – NÚMERO DE BOLSISTAS POR CLASSIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ESTUDOS E VARIÁVEIS SELECIONADAS. BRASIL.

Universidades								
Variáveis	Melhores 100 %		Acima de 1000 %		Demais %		Total %	
Nível								
Mestrado	27	10,9	60	24,3	160	64,8	247	100,0
Doutorado	10	16,9	9	15,3	40	67,8	59	100,0
Sexo								
Feminino	18	11,7	36	23,4	100	64,9	154	100,0
Masculino	19	12,5	33	21,7	100	65,8	152	100,0
Região de Nascimento								
CO/NO/NE	15	8,0	53	28,3	119	63,6	187	100,0
SE/SU	22	18,5	16	13,4	81	68,1	119	100,0
Cor/raça/etnia								
Branca	0	0,0	2	15,4	11	84,6	13	100,0
Negra	33	15,8	51	24,4	125	59,8	209	100,0
Indígena	4	4,8	16	19,0	64	76,2	84	100,0
Total	37	12,1	69	22,5	200	65,4	306	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Distribuindo as universidades em três níveis hierárquicos – as que atingiram as melhores posições, as que atingiram as piores posições e as que atingiram as posições medianas – observamos uma tendência, a que a maior parte dos(as) bolsistas (65,4%) estudaram em universidades situadas em posições intermediárias, o que é válido para todas as variáveis consideradas. Alguns grupos se destacam: os brancos e os indígenas estiveram sobrerrepresentados nesta categoria de universidades e os negros sub-representados.

Ou seja, dentre os nove grupos sociais aqui analisados, apenas brancos, negros e indígenas discreparam da porcentagem média: negros, mais que os demais, tenderam a frequentar universidades situadas nos extremos do *ranking da web*; brancos e indígenas tenderam, mais que os demais, a estudar em universidades situadas em *ranking* mediano.

Analisando, agora, a distribuição para as universidades melhor situadas no *ranking web*, observamos que bolsistas nascidos no Sul/Sudeste, cursando o doutorado e se auto-identificando como negros(as) atingiram maiores percentuais. Por outro lado, os(as) bolsistas brancos(as), indígenas e nascidos nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (em conjunto) são os que atingiram percentuais inferiores nessas universidades.

Quando analisamos a presença desses grupos nas universidades, ocupando as derradeiras posições, observamos que bolsistas nascidos no Norte/Nordeste/Centro-Oeste, auto-declarados(as) negros(as), estudando no mestrado e de sexo feminino estão aí sobrerrepresentados.

Nossa interpretação desses dados associa a posição que as universidades brasileiras ocupam nesses *rankings*, sua localização geográfica e a direção do fluxo migratório de bolsistas no país. Assim, como vimos, a maior “migração” de bolsistas foi do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em direção a universidades do Sudeste e Sul que ocupam as melhores posições (USP e UFRGS) nesses *rankings*. Raramente ocorreu sentido inverso de “migração”: de bolsista residente no Sul/Sudeste ter migrado para o Norte/Nordeste seja antes da bolsa, seja para estudar durante a bolsa.

Em suma, descrever e entender em maior profundidade o usufruto diferencial das oportunidades do Programa requereria uma sofisticação de análise e de processos migratórios anteriores à concessão da bolsa e decorrentes da própria bolsa, o que não foi previsto pelo Programa. Poderia ter sido realizado, quem sabe, se tivéssemos recorrido a uma avaliação externa durante a implementação do Programa. Fica o alerta para instituições que implementam projeto de ação afirmativa: as oportunidades usufruídas pelos selecionados para participar do projeto devem ser monitoradas de perto!

4.3.2. PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Para bolsistas que estudaram no Brasil foi possível efetuar uma análise complementar: a da pontuação obtida pelos programas de pós-graduação (PPG) que frequentaram. Como se sabe, nas avaliações trienais, a Capes confere uma nota aos PPG autorizados a funcionar em escala que vai até 7.

Para expedir diploma de mestrado e doutorado pelo MEC por meio do Conselho Nacional de Educação é necessário que o PPG tenha obtido pelo menos nota 3. Esse valor orientou a decisão do Programa IFP no Brasil de não encaminhar bolsistas a PPG com nota inferior a 3. Porém, o cálculo para verificar a equidade no usufruto das oportunidades do Programa foi efetuado com base na avaliação do triênio 2007-2010. Isto acarretou três consequências: a primeira é que as notas aqui analisadas podem não coincidir com as notas obtidas pelos PPG quando do ingresso do(a) bolsista; alguns PPG disponíveis anteriormente, deixaram de constar da lista disponibilizada pela Capes; alguns poucos PPG para os quais encaminhamos bolsistas IFP no período 2003-2010 apresentaram nota 2 na avaliação de 2007-2010.

Tendo explicitado essas informações (e cautelas) metodológicas, alertando que se trata de avaliação aproximada, é possível apresentar os dados obtidos referentes a 264 bolsistas que estudaram no Brasil e cujos PPG estavam incluídos na lista da Capes em abril de 2013 referente à avaliação 2007-2010.

O procedimento adotado foi buscar a nota no portal da Capes de cada um dos PPG que acolheram os(as) bolsistas IFP e efetuar análises nos moldes das já efetuadas aqui, procurando responder à pergunta: ocorreu equidade na qualidade dos PPG (tal como aferida pela Capes) frequentados pelos bolsistas IFP conforme o nível de titulação e as variáveis focalizadas pelo Programa?

Iniciamos a análise com a posição relativa dos PPG frequentados por bolsistas brasileiros(as) IFP no cômputo geral dos cursos analisados pela Capes.

O *Relatório de Divulgação dos Resultados Finais da Avaliação Trienal 2010* (CAPES, 2010) indica que a maioria do PPG obteve, naquele período, avaliações situadas entre 4 e 6 (83,4%), portanto nos valores médios da escala de 1 (nota outorgada a apenas 0,2% dos PPG) e 7 (concedida a 4,3% dos PPG), conforme Tabela 11.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DOS PPG POR NOTAS DE AVALIAÇÃO TRIENAL 2007-2010. BRASIL.

Notas	PPG	
	N	%
1	6	0,2
2	55	2,0
3	858	31,6
4	922	33,9
5	556	20,5
6	204	7,5
7	117	4,3
Total	2.718	100,00

Fonte: Capes (2010, p. 2) acionado 30/04/2013.

A unidade de medida de nossa avaliação de equidade não foi o PPG mas o(a) bolsista. Assim, dispomos de dados para 264 bolsistas IFP de mestrado e doutorado que estudaram no Brasil (Tabela 12).

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE BOLSISTAS POR NOTAS DE AVALIAÇÃO 2007-2010 DOS PPG EM QUE ESTUDARAM. BRASIL.

Notas	Bolsistas	
	N	%
2	2	0,7
3	16	6,1
4	72	27,3
5	108	40,9
6	40	15,2
7	24	9,1
Sem informação	2	0,7
Total	264	100,00

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Os dados da Tabela 12 indicam que a grande maioria dos(as) bolsistas IFP (89,5%) estudou em PPG tendo obtido notas entre 4 e 6, sendo inferior o número daqueles que estudaram em PPG com notas 2 e 3 (6,8%) do que aqueles que frequentaram programas com nota 7 (9,1%). Portanto, a extensa maioria dos(as) bolsistas IFP estudou nos melhores PPG brasileiros conforme avaliação da Capes 2007-2010.

Quando analisamos a distribuição das avaliações conforme o perfil dos(as) bolsistas, percebemos que para todas as variáveis, o padrão se mantém, isto é, a extensa maioria dos(as) bolsistas estudaram em PPG que obtiveram entre 4 e 6. Por outro lado, foram os homens, os(as) brancos(as) e residentes na região Sudeste os(as) bolsistas que, em maior número, frequentaram PPG com nota 7, portanto, os melhores na escala da Capes (Tabela 13).

Esses dados estimulam nossa reflexão sobre as eventuais diferenciações internas em um programa de ação afirmativa. Por outro lado, sua apreciação com acuidade deveria considerar as associações entre notas auferidas pela Capes, as áreas de conhecimento e a localização dos PPG. Em complemento, dever-se-ia analisar a associação entre as variáveis aqui focalizadas e as opções efetuadas pelos(as) bolsistas pelas diferentes áreas de conhecimento. Isso abre uma larga vereda para alimentar os debates de 2013 sobre ação afirmativa no ensino superior – graduação quando estão sendo focalizados os resultados obtidos pelos(as) estudantes “cotistas”. Ou seja, a variação dos resultados de desempenho é medida por diferentes variáveis adscritas e motivacionais associadas à pessoa, ao curso, à instituição e à própria região.

TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DO NÚMERO DE BOLSISTAS POR NOTAS OBTIDAS PELOS PPG EM QUE ESTUDARAM SEGUNDO VARIÁVEIS SELECIONADAS. BRASIL.

Variáveis		Notas obtidas na avaliação 2007-2010														Total	
		2		3		4		5		6		7		Sem informação			
		NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%		
Nível	doutorado	–	–	–	–	10	19,2	21	40,4	16	30,8	5	9,6	–	–	52	100,0
	mestrado	2	0,9	16	7,5	62	29,2	87	41,0	24	11,3	19	9,0	2	0,9	212	100,0
Sexo	feminino	1	0,7	10	7,2	36	26,1	61	44,2	19	13,8	10	7,2	1	0,7	138	100,0
	masculino	1	0,8	6	4,8	36	28,6	47	37,3	21	16,7	14	11,1	1	0,8	126	100,0
Cor/raça	branca	–	–	–	–	2	20,0	5	50,0	–	–	2	20,0	1	10,0	10	100,0
	indígena	–	–	3	7,7	17	43,6	14	35,9	1	2,6	4	10,3	–	–	39	100,0
	parda	2	3,8	5	9,4	13	24,5	24	45,3	7	13,2	2	3,8	–	–	53	100,0
	preta	–	–	8	4,9	40	24,7	65	40,1	32	19,8	16	9,9	1	0,6	162	100,0
Região de nascimento	Centro-Oeste	–	–	2	4,8	13	31,0	18	42,9	5	11,9	4	9,5	–	–	42	100,0
	Nordeste	1	1,3	6	7,6	21	26,6	37	46,8	7	8,9	6	7,6	1	1,3	79	100,0
	Norte	–	–	6	15,0	14	35,0	16	40,0	3	7,5	1	2,5	–	–	40	100,0
	Sudeste	1	1,2	2	2,4	19	22,4	30	35,3	21	24,7	12	14,1	–	–	85	100,0
	Sul	–	–	–	–	5	27,8	7	38,9	4	22,2	1	5,6	1	5,6	18	100,0
Total		2	0,8	16	6,1	72	27,3	108	40,9	40	15,2	24	9,1	2	0,8	264	100,0

Fonte: As notas da avaliação 2007-2010 foram obtidas no portal da Capes (www.capes.gov.br). Acesso em: 17 abr. 2012 a 2 jan. 2013.

4.3.3. O USO DOS FUNDOS

Uma outra forma para verificar se os(as) bolsistas usufruíram equitativamente das oportunidades da bolsa, foi analisar a retirada dos diversos fundos pelas mesmas variáveis (sexo, raça/etnia e região de nascimento) para o mestrado e para o doutorado separadamente.⁴²

Apesar de todos(as) bolsistas disporem de fundos equivalentes, certos fundos dependiam, para sua retirada, da iniciativa do(a) próprio(a) bolsista.⁴³ Isto é, não eram

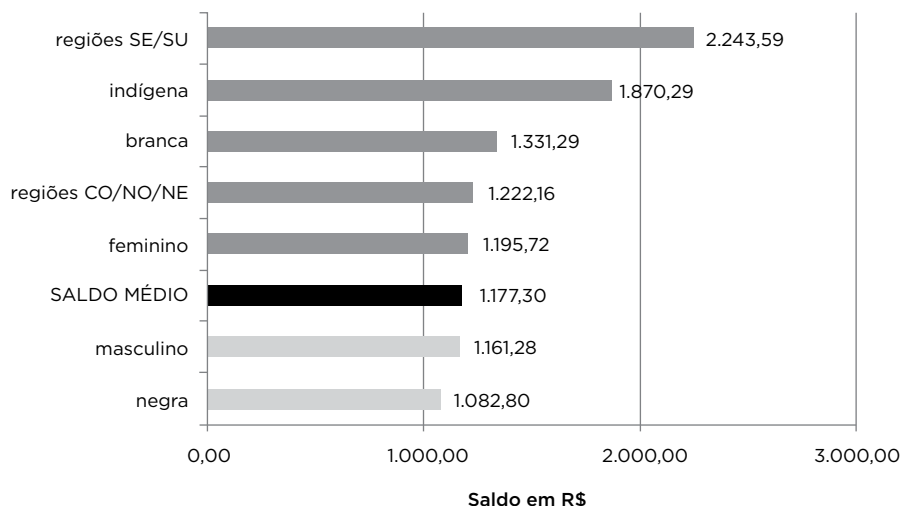
⁴² O doutorado dispunha de um fundo e um ano a mais que o mestrado. Por isso os cálculos foram feitos separadamente.

⁴³ São eles: aperfeiçoamento profissional para família, treinamento de idioma e para pesquisa de campo, no doutorado.

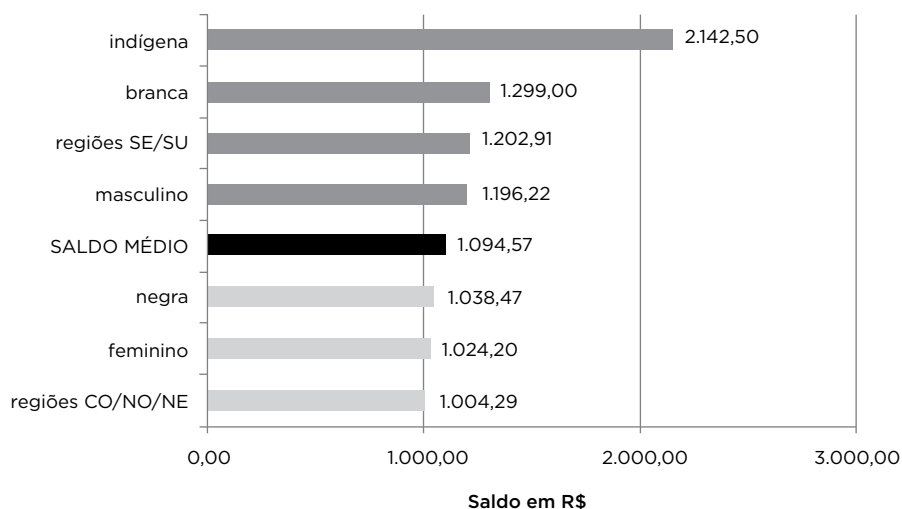
compulsoriamente alocados. Como nosso controle focalizava o saldo restante de cada ex-bolsista referente aos diversos fundos ao término da bolsa, apresentamos os dados usando como indicador o montante não gasto, isto é, o saldo. Portanto, quanto menor o saldo maior foi o uso dos fundos pelos(as) bolsistas. Os resultados estão apresentados no conjunto de gráficos 1.

CONJUNTO DE GRÁFICOS 1 - SALDO DOS FUNDOS DE EX-BOLSISTAS POR VARIÁVEIS SELECIONADAS. EM REAIS (30/6/2012). BRASIL.

1. MESTRADO



2. DOUTORADO



Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

A média de saldo desses fundos foi ligeiramente maior no mestrado (R\$1.177,30) que no doutorado (R\$1.094,57), o que pode ser o resultado de complexa equação entre maior necessidade e maior conhecimento das oportunidades. Além disso, destacamos que no doutorado e no mestrado, a média do saldo não utilizado foi bem maior entre os indígenas. Nos demais segmentos sociais, não observamos tendência constante, tampouco no mesmo sentido que o das discriminações sociais do “mercado”.

Portanto, no tocante ao uso de fundos, observamos que os indígenas estiveram em desvantagem quando comparados aos demais subgrupos. Como dentre os fundos encontra-se aquele destinado ao estudo de idioma estrangeiro, lembramos que dentre os(as) 47 bolsistas indígenas, 17 não têm o português como língua materna. Porém, apenas esse fundo não explica o diferencial observado.

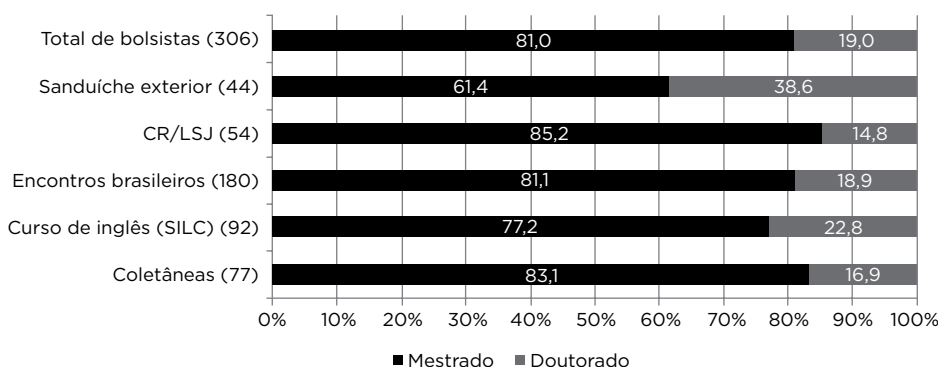
4.3.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O terceiro indicador analisado referente ao usufruto das oportunidades do Programa reuniu um conjunto de atividades complementares: bolsa sanduíche no exterior, eventos realizados na Costa Rica e nos Estados Unidos para aprimoramento de competências de liderança (*Leadership for Social Justice/LSJ*), curso de inglês intensivo no *Spring International Language Center* (SILC, em Arkansas – EUA), Encontros Brasileiros de Bolsistas IFP e publicação de artigos nas oito coletâneas temáticas que organizamos.⁴⁴

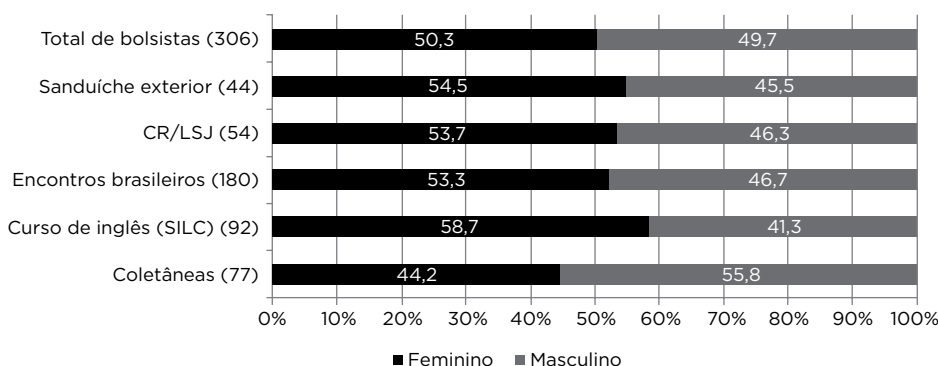
Os resultados estão apresentados no conjunto de gráficos a seguir.

CONJUNTO DE GRÁFICOS 2 – USUFRUTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES POR VARIÁVEIS SELECIONADAS REFERENTES AOS(ÀS) BOLSISTAS. BRASIL.

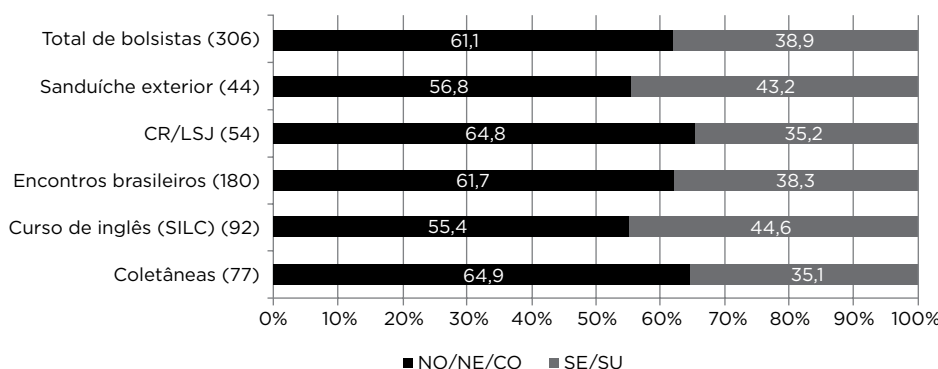
1. NÍVEL



2. SEXO

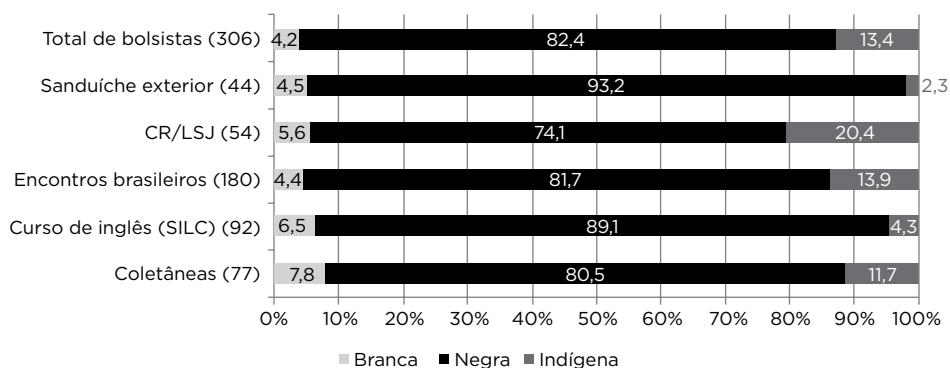


3. REGIÃO DE NASCIMENTO



⁴⁴ Conforme informado, ao terminarmos este texto, estava em preparação a nova coletânea, contemplando apenas artigos de bolsistas indígenas.

4. COR/RAÇA/ETNIA



Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Adotando para comparação a distribuição dos(as) 306 bolsistas que não tiveram sua bolsa interrompida, aqui também não observamos um padrão constante quanto ao maior ou menor usufruto de oportunidades do Programa, com exceção do grupo de indígenas.

- Em relação ao nível de bolsa, notamos que mestrandos – que representaram 81,0% dos(as) bolsistas – estiveram ligeiramente sobrerrepresentados em dois tipos de oportunidades e sub-representados em outros dois, sendo que nos Encontros Brasileiros o número de mestrandos e doutorandos foi idêntico. Portanto, não nos deparamos com uma tendência constante favorável ao mestrado ou ao doutorado.
- Em relação à variável sexo, notamos que as mulheres (que representam 50,3% dos que terminaram a bolsa) estiveram sobrerrepresentadas em quatro das oportunidades, com exceção de serem autoras das coletâneas. Portanto, uma certa vantagem para as mulheres, de certa forma compensada pelo fato de não terem cursado mestrado ou doutorado no exterior, como visto anteriormente.
- Em relação à região de nascimento, observamos que os(as) bolsistas provenientes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – que representaram 61,2% dos(as) bolsistas cuja bolsa não foi interrompida – estiveram sobrerrepresentados em três tipos de oportunidades e sub-representados em duas, o que também não configura uma tendência uniforme.
- Quanto ao usufruto de oportunidades entre bolsistas negros(as), ou seja, pretos(as) e pardos(as), que representaram 82,3% dos que concluíram a bolsa, observamos que estiveram sobrerrepresentados em três oportunidades e ligeiramente sub-representados em duas, portanto, aqui também não se observa uma tendência constante.
- Os indígenas constituíram o único grupo de bolsistas para o qual a distribuição das oportunidades apresenta nítida tendência à sub-representação: em quatro dos cinco tipos de oportunidades analisadas estiveram sub-representados. Pouquíssimos usufruíram das oportunidades de estudar fora do Brasil.

Talvez possamos justificar ou interpretar esse indicador pelo fato de que a maioria dos(as) bolsistas indígenas são moradores de Terras Indígenas e tiveram como língua materna outro idioma que não o português. Além disso, muitos indígenas residentes em área urbana provêm de municípios do Alto Rio Negro (estado do

Amazonas), situados mais próximos das fronteiras Norte do que das áreas metropolitanas e da capital federal. A migração para as regiões Nordeste, Sudeste ou Sul para estudarem pode, praticamente, equivaler a uma mudança de país.

Diante desses resultados, nos últimos semestres demos prioridade à participação de ex-bolsistas indígenas nos eventos finais do Programa para corrigir tal distorção. Isso foi possível em três oportunidades e significou sua reorientação: participação no encontro *Equidad y diversidad en la formación de posgrado: experiencias, aportes y reflexiones desde el IFP en América Latina* (na Costa Rica); participação na última turma do curso de inglês em Arkansas e na última coletânea da Série *Justiça e Desenvolvimento* como autores(as) de textos.

4.4. INDICADORES DE DESEMPENHO ACADÊMICO

Decidir quais indicadores utilizar para avaliar o desempenho acadêmico dos(as) bolsistas exigiu algumas reflexões, ajustando-se o ideal (com maior sensibilidade estatística), ao possível (porque disponível e exequível). Descartamos, de imediato, as notas parciais e finais em decorrência da intensa dispersão do significado que lhe é atribuído pelas diversas universidades. Além disso, no Brasil, muitas universidades não mais adotam graus ou notas para avaliar teses e dissertações, contentando-se com a indicação aprovado/reprovado.

Assim, resolvemos adotar dois indicadores: o primeiro, bastante “grosseiro”, foi calcular qual a taxa de titulação, ou seja, o percentual de bolsistas que se titularam; o segundo, mais sensível, refere-se ao tempo médio para titulação.

4.4.1. RESULTADOS GERAIS

De um modo geral, consideramos os resultados alcançados pelos(as) bolsistas brasileiros(as), no plano acadêmico durante a vigência da bolsa e no plano de sua (re)inserção profissional após a bolsa, bastante satisfatórios. Assim, das 343 bolsas concedidas, 305 (88,9%) chegaram a seu término; por outro lado, 268 bolsistas que concluíram a bolsa obtiveram o título almejado (maio de 2013).

Nosso acompanhamento acadêmico extrapolou a fase em que eram bolsistas: os(as) “retardatários(as)”, que não defenderam teses/dissertações no período previsto, têm sido contatados(as) periodicamente, mesmo após o término da bolsa e, para alguns poucos casos previamente analisados, a Fundação Carlos Chagas concedeu recursos adicionais para o término dos estudos.

É muito difícil, se não impossível, com os instrumentos de análise disponíveis, avançar qualquer hipótese sobre condições mais ou menos favoráveis ao desempenho acadêmico dos(as) bolsistas brasileiros(as). Isso porque elas estão muito conectadas, inclusive, com o próprio potencial do(a) bolsista quando se integrou ao Programa. Por exemplo, o fato de estudar em dada universidade (no Brasil ou no exterior) pode estar associado à potencialidade do(a) bolsista e, assim, seus resultados acadêmicos, ao final, refletirem mais o que já trazia consigo de início do que um impacto exclusivo ou principal de práticas e recursos propiciados por determinada universidade. Além disso, o nível de exigência das universidades varia muito, como pode variar também de programa para programa de pós-graduação, ou ainda como podem variar a disponibilidade e atenção dos(as) orientadores(as) dentro de uma mesma universidade ou programa. Por exemplo, alguns(as) bolsistas conseguiram avançar em universidades menores, com menor reputação, porque tiveram orientadores(as) muito presentes, exatamente por atuarem em universidades menores e de menor reputação.

Aparentemente, e isto é apenas nossa impressão, bolsistas IFP estudando em universidades onde sua presença era numerosa puderam desenvolver ligações um pouco mais intensas e, por vezes, mais solidárias entre si. Mesmo assim, tais associações e interações, inclusive as acadêmicas, não se dão espontaneamente: é notável, nos artigos preparados para as coletâneas temáticas e nas comunicações apresentadas nos Encontros Brasileiros, o quão pouco os(as) bolsistas citaram seus colegas do IFP.⁴⁵

Para processar uma análise de eventuais impactos de condições de estudos e da bolsa IFP na trajetória acadêmica de bolsistas, poderíamos recorrer ao relatório final, no qual algumas questões pretendem investigar essas associações. Porém, a partir de impressões que havíamos guardado das 200 avaliações desses relatórios, bem como de uma análise sistemática de uma amostra de 35 deles (25% dos que haviam sido enviados até final de abril de 2013), confirmamos, mais uma vez, a pequena sensibilidade estatística de escalas de avaliação subjetiva no Brasil.

Com efeito, durante toda a experiência do IFP no Brasil, usamos inúmeras vezes escalas de quatro ou cinco pontos para avaliações da performance de pessoas ou instituições: por exemplo, avaliação sigilosa de candidatos(as) efetuada por professores(as), de bolsistas, de professores(as), de cursos, de eventos, de instrumentos, etc. Observamos que, de um modo geral, o(a) brasileiro(a) é generoso(a) em suas avaliações. Por exemplo, no caso específico de avaliações sigilosas de candidatos(as), a quase totalidade das mais de 1000 cartas respondidas por avaliadores(as) atribuiu sempre as mais altas pontuações para todos(as) os quesitos. Muito interessante, ainda, a constatação de alguns(as) de nós na apreciação dos pareceres de assessores *ad hoc* aos pré-projetos, quando o texto, que assinalava falhas metodológicas importantes, discrepava da avaliação na escala, a qual atribuía uma classificação final muito boa ao(à) candidato(a).

Observamos o mesmo nas avaliações contidas nos relatórios finais de ex-bolsistas no campo “Experiências durante o período como bolsista IFP”. Analisando as perguntas de 1 a 6 (“se aplicável, qual a importância e a utilidade de...” mencionando fundos ou práticas do IFP no Brasil) e a pergunta 7 (“De modo geral, você sente que recebeu das pessoas abaixo toda a orientação de que precisava ...”), notamos que foram muito poucos os questionários que não responderam “muito útil”, para as perguntas de 1 a 6 e “sim” para a pergunta 7.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS 1 A 6 DO RELATÓRIO FINAL POR CATEGORIA. BRASIL.

Perguntas 1 a 6	N	% 1*	% 2**
Muito útil	104	95,4	59,4
Relativamente útil	4	3,7	2,3
De pouca utilidade	1	0,9	0,6
Inúteis	-	-	-
Subtotal	109	100,0	62,3
Não se aplica ou não usou	60	-	34,3
Em branco	6	-	3,4
Total	175	100,0	100,0

* % calculada sobre respostas válidas.

** % calculada sobre o total de respostas incluindo as categorias não se aplica, não usou, em branco.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

⁴⁵ Tal carência de citações foi tão notável que, a cada Encontro, trazia-se o tema para debate.

A análise dos 35 relatórios apontou que apenas uma vez um(a) ex-bolsista usou a categoria “de pouca utilidade” e nenhum(a) usou a categoria “inútil”.

Analisando, agora, a pergunta 7 do relatório final (“você sente que recebeu toda a orientação que precisava?”) na mesma amostra, encontramos resultados equivalentes (Tabela 15). Apenas o(a) orientador(a) recebeu um pouco mais de avaliações negativas (14,3% dos questionários em 15/3/2012).

TABELA 15 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS À PERGUNTA 7 DO RELATÓRIO FINAL POR TIPO E PESSOA. BRASIL.

Pessoa	Resposta				Total	%
	Sim	%	Não	%		
Pessoa de contato	34	97,1	1	2,9	35	100,0
Orientador	30	85,7	5	14,3	35	100,0
Total	64	91,4	6	8,6	70	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Por essa razão, optamos por relacionar os indicadores de desempenho acadêmico já mencionados – taxa de titulação e tempo médio para titulação – a outras variáveis que aquelas sugeridas no roteiro para relatório final: aquelas relacionadas ao local de estudos e aquelas relacionadas aos segmentos sociais focalizados pela bolsa.

TABELA 16 – INDICADORES DE DESEMPENHO ACADÊMICO POR TIPO DE UNIVERSIDADE. BRASIL.

Local de estudo por indicadores de desempenho	Total	Brasil								Exterior							
		PUC-SP		Outras Brasil		Total Brasil		EUA		Portugal		Outros países		Total exterior			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Taxa de titulação	Sim	268	87,9	58	85,3	176	89,8	234	88,6	4	44,4	19	90,5	11	100,0	34	82,9
	Não	37	12,1	10	14,7	20	10,2	30	11,4	5	55,6	2	9,5	0	0,0	7	17,1
	Total (N)	305	100,0	68	100,0	196	100,0	264	100,0	9	100,0	21	100,0	11	100,0	41	100,0
Tempo médio para titulação*	Mestrado (em meses)	27,4		26,7		27,5		27,3		29,3		28,7		25,3		27,9	
	Doutorado (em meses)	46,3		44,4		46,8		46,5		–		–		(37,0)**		(37,0)**	
Total de bolsas que foram até o fim	Mestrado	248	81,3	60	88,2	152	77,6	212	80,3	6	66,7	20	95,2	10	90,9	36	87,8
	Doutorado	57	18,7	8	11,8	44	22,4	52	19,7	3	33,3	1	4,8	1	9,1	5	12,2
Total		305	100,0	68	100,0	196	100,0	264	100,0	9	100,0	21	100,0	11	100,0	41	100,0

* Para este cálculo foram excluídos os meses de pré-acadêmico presencial.

** Refere-se a uma única bolsa.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Os indicadores de desempenho acadêmico relacionados às universidades brasileiras são muito próximos e melhores, em média, que os de universidades estrangeiras, com exceção das portuguesas. Notamos, em abril de 2013,⁴⁶ que os(as) ex-bolsistas que estudaram nos EUA apresentaram o que podemos considerar como os piores resultados: se nenhuma das bolsas foi cancelada, por outro lado, nenhum(a) ex-bolsista de doutorado, na mesma data, conseguira se titular.

46 Nessa data, 37 ex-bolsistas não haviam defendido teses e dissertações. Desses 37, 26 tinham informado previsão de data entre 2013 e 2014.

Particularidades do doutorado norte-americano, principalmente sua duração longa para estudantes brasileiros(as) que devem refazer o mestrado, podem explicar esse índice, associado ao alto índice de desistência de doutorandos naquele país. Quando focalizamos a atenção no tempo médio para titulação, notamos, no mestrado, um desempenho próximo entre as universidades brasileiras e estrangeiras com exceção das norte-americanas que ostentam tempo médio superior (30,8 meses).

Por outro lado, notamos, também, que bolsistas brasileiros(as) estudaram em universidades norte-americanas muito bem situadas nos ranqueamentos internacionais. Por exemplo, a Universidade do Texas/Austin. Além disso, os desafios para estudar nos EUA, particularmente o conhecimento de inglês, a distância da família, ou diferenças no estilo de acompanhamento podem, talvez, explicar esses resultados.

Como complemento, analisamos indicadores de desempenho acadêmico pelas variáveis focalizadas pelo Programa: nível da bolsa, sexo, região de nascimento e cor/raça/etnia. Iniciamos por dois indicadores: o percentual de bolsistas que completaram a bolsa e as taxas de titulação, isto é, o percentual de ex-bolsistas que se titularam sobre o total de bolsistas que completaram a bolsa em cada conjunto de variáveis (Tabela 17).

TABELA 17 - INDICADORES DE DESEMPENHO ACADÊMICO POR VARIÁVEIS DE TITULAÇÃO SELECIONADAS. BRASIL.

Variáveis		Bolsas concedidas	Bolsas que foram até o fim		Taxas de titulação	
		N	N	%*	N	%**
Nível	Doutorado	72	57	79,2	43	75,4
	Mestrado	271	248	91,5	225	90,7
Sexo	Feminino	173	154	89,0	133	86,4
	Masculino	170	151	88,8	135	89,4
Região de nascimento	NO, NE e CO	220	186	84,5	165	88,7
	SE e SU	123	115	93,5	103	89,6
Cor/raça/etnia	Branca	16	13	81,3	12	92,3
	Negra	280	251	89,6	221	88,0
	Indígena	47	41	87,2	35	85,4
Total		343	305	88,9	268	87,9

* A base para o cálculo das porcentagens foi o número de bolsas concedidas.

** A base para o cálculo das porcentagens foi o número de bolsas que foram até o fim (não interrompidas).

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Quanto ao nível da bolsa, ambos indicadores assinalam coerentemente melhores resultados para os(as) bolsistas de mestrado que os(as) de doutorado. Uma pequena explicação simples provém da duração de ambos os níveis nos PPG brasileiros e da bolsa: no mestrado ocorreu uma convergência entre a duração da bolsa e do curso; no doutorado ocorreu discrepância. Assim, a bolsa de mestrado durava 24 meses e, em média, a prescrição de duração do mestrado brasileiro também é de 24 meses. Isso permitiu um tempo médio de titulação, como vimos, muito próximo

47 A PUC-SP autorizava depósito tardio de teses e dissertações (até 31 de março e 30 de agosto) sem penalizar o estudante ou exigir pagamento de nova semestralidade.

desta temporalidade: 27,3 meses.⁴⁷ No doutorado, a bolsa IFP durava 36 meses, ou seja, 12 meses a menos que a duração prescrita na maioria dos PPG brasileiros de doutorado; o tempo médio para titulação dos(as) bolsistas de doutorado foi 46,3 meses, ou seja, 10,3 meses a mais que a duração da bolsa. Para terminar o doutorado, vários bolsistas IFP que estudaram no Brasil obtiveram um ano complementar de bolsa brasileira, seja da Capes, seja do CNPq.

Portanto, ao encerrar o Programa ao final do primeiro semestre de 2013, ainda contávamos 37 ex-bolsistas que não haviam se titulado, 26 com previsão de defesa. Em termos estratégicos, em uma eventual replicação do Programa seria conveniente refletir-se com mais acuidade sobre a duração da bolsa de doutorado. Aparentemente seu impacto foi negativo nos indicadores de titulação, além da particularidade já apontada de não titulação até abril de 2013 de nenhum dos(as) bolsistas IFP que frequentaram o doutorado nos Estados Unidos.

As variações nos indicadores de titulação quanto ao sexo, região de nascimento e cor/raça/etnia foram reduzidas e pouco convergentes: diferenças negligenciáveis entre os indicadores de homens e mulheres; indicadores um pouco melhores para bolsistas nascidos nas regiões sul e sudeste; pequenas e não homogêneas diferenças entre indicadores de negros, indígenas e brancos.

TABELA 18 - INDICADORES DE DESEMPENHO ACADÊMICO POR REGIÃO. BRASIL.

Regiões	Bolsas concedidas	Bolsas que foram até o fim*		Taxas de titulação**	
	N	N	%	N	%
CO/Centro-Oeste	54	48	88,9	44	91,7
NE/Nordeste	113	95	84,1	82	86,3
NO/Norte	53	43	81,1	39	90,7
SE/Sudeste	100	96	96,0	83	86,5
SU/Sul	23	23	100,0	20	87,0
Total	343	305	88,9	268	87,9

* A base para o cálculo das porcentagens foi o número de bolsas concedidas.

** A base para o cálculo das porcentagens foi o número de bolsas que foram até o fim (não interrompidas)

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

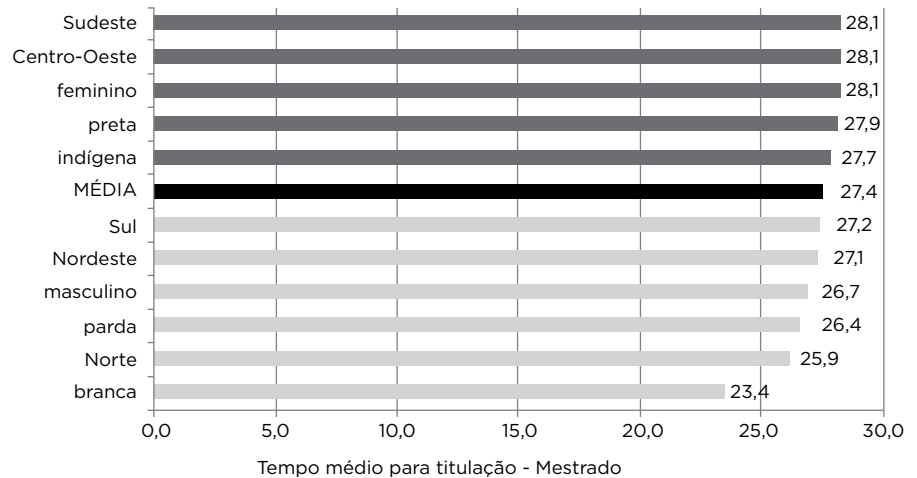
Em suma, a análise desses indicadores de desempenho aponta para uma pequena variação nos resultados, que não é intensa conforme as variáveis selecionadas e que tampouco apresenta tendência uniforme ou privilegia, sistematicamente, os mesmos grupos de bolsistas.

O outro indicador de desempenho acadêmico utilizado foi o tempo médio para titulação dos ex-bolsistas (Tabela 16 e Conjunto de Gráficos 3). O início do período foi fixado como sendo o início da bolsa com exceção daqueles(as) bolsistas que fizeram pré-acadêmico presencial, cuja bolsa se iniciou seis meses antes. Portanto, para esses bolsistas, diminuímos, no cálculo, os meses de pré-acadêmico. O término do período foi fixado no dia da defesa da tese ou dissertação. Alertamos que esta forma de calcular pode aumentar, ligeiramente, o tempo médio para titulação de alguns na medida em que a bolsa se iniciava, sempre, um pouco antes do início do ano letivo. Por outro lado, tende a diminuir o tempo daqueles(as) das primeiras turmas que ao iniciarem a bolsa

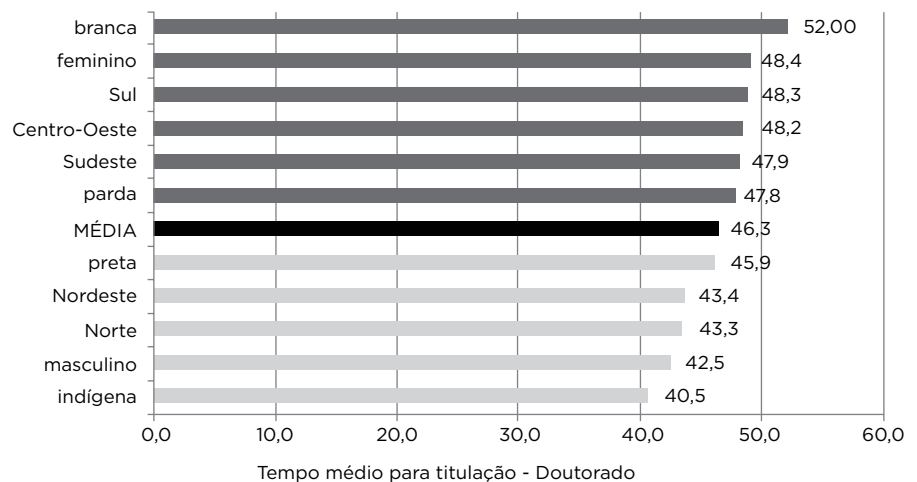
já haviam iniciado o mestrado ou doutorado. Os resultados estão apresentados no Conjunto de Gráficos 3.

CONJUNTO DE GRÁFICOS 3 - TEMPO MÉDIO PARA TITULAÇÃO DE EX-BOLSISTAS POR VARIÁVEIS SELECIONADAS. BRASIL.

1. MESTRADO



2. DOUTORADO



Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Para o mestrado, o tempo médio de titulação foi 27,4 meses para o conjunto de ex-bolsistas; os melhores resultados (menor tempo médio) foram obtidos pelos bolsistas brancos(as) e pardos(as), residindo nas regiões norte, nordeste e sul, e de sexo masculino. Ou seja, esses grupos de bolsistas foram mais rápidos na titulação que seus colegas pertencentes aos outros grupos sociais: aqueles nascidos no Sudeste, Centro-Oeste, as mulheres e os(as) que se autodeclararam pretos(as) e indígenas. Os extremos no mestrado foram ocupados por bolsistas brancos(as), os(as) mais rápidos(as), e os(as) residentes no Sudeste, os(as) mais demorados para se titularem. Para o conjunto dos(as) bolsistas de doutorado, o tempo médio para titulação foi 46,3 meses (portanto 10,3 meses a mais que a duração da bolsa) e menor para homens, nascidos(as) no Norte e Nordeste, declarados(as) pretos(as) e indígenas. Na interpretação dos indicadores desses últimos é necessário destacar que apenas dois indígenas foram doutorandos(as) bolsistas IFP.

Comparando-se o tempo médio de titulação entre os diversos grupos sociais no mestrado e no doutorado, observa-se que não ocorre uma equivalência perfeita. Com

efeito, a posição dos grupos nem sempre é a mesma no mestrado e no doutorado, o que, para nós que efetuamos o acompanhamento, é um sinal positivo no sentido de que não ocorreu um viés sistemático favorável a este ou a outro grupo de bolsistas. Se tal viés tivesse sido observado, deveríamos nos preocupar com eventual iniquidade no acompanhamento. Também chamamos a atenção que tanto no mestrado, quanto no doutorado não observamos uma tendência constante de que os “piores” indicadores estivessem associados aos grupos socialmente discriminados.

Para que essa análise fosse aprofundada teríamos que efetuar cruzamentos com os locais de estudo não só na confrontação entre os que permaneceram no país e os que foram para o exterior, mas também entre os que permaneceram e saíram de seus locais de moradia ou nascimento, além da análise dos cursos que frequentaram, atentando para a nota obtida na avaliação da Capes, bem como as áreas de conhecimento. Também seria interessante efetuarem-se análises associando esses indicadores de desempenho acadêmico aos de usufruto das oportunidades oferecidas pelo Programa. Porém, teríamos que ter adotado indicadores mais sensíveis do que os que utilizamos aqui.

Outros indicadores de desempenho dos(as) bolsistas poderiam ter sido avaliados de modo sistemático, mas não o foram. Para a realização deste relato, a partir da leitura e avaliação de seus relatórios semestrais, é possível afirmar que bolsistas enriqueceram seus *curricula vitae* com atividades extra curriculares várias e que muitos participaram de atividades de liderança estudantil na pós-graduação (representantes discentes). Alguns(as) bolsistas informaram sobrecarga e estresse decorrentes de exigências próprias, do programa de pós-graduação e nossa. Alguns homens e mulheres explicitaram sofrimento em decorrência de afastamento dos(as) filhos(as) e familiares. Trata-se de tema que vem entrando muito vagarosamente na produção reflexiva sobre a pós-graduação brasileira e que mereceria maior atenção.

A larga maioria de teses e dissertações versou sobre temas ou questões relacionadas aos problemas sociais que ocupam destaque nas agendas dos movimentos sociais e do Estado/Governo na primeira década dos anos 2000, associados à políticas distributivas e de reconhecimento.

Um texto tão analítico quanto este, pouca ideia dá do empenho e compromisso dos(as) bolsistas em estudar com afinco, terminar com sucesso o curso e, quiçá, continuar em outros níveis. Escutemos as vozes de duas bolsistas capturadas em seus relatórios finais.

Quanto a mim, seja quanto bolsista IFP seja como aluna do IESP, acho que cumpri os objetivos traçados, fazer bem o curso e defender o meu título de mestre em sociologia, além de, ao longo da minha formação, agregar outros valores, como por exemplo, o estudo de uma nova língua estrangeira, domínio de outros instrumentos de trabalho, construção de novas possibilidades de imersão no mercado de trabalho formal. Tudo isso que de modo bem combinado possa me ajudar a contribuir com o desenvolvimento social do meu país e, principalmente para a bandeira de luta na qual acredito e que foi capaz de me mover até aqui, qual seja, a bandeira de luta da população negra nas suas mais variáveis linhas de ação [...]

Ao término do meu período como bolsista IFP, prossegurei com a minha formação profissional como estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas e Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O meu

projeto de doutorado segue a linha de estudo desenvolvida no mestrado, qual seja: a questão da juventude relacionada à criminalidade e violência na periferia da cidade de Salvador, agora, entretanto, incluindo o tema da segurança pública. Nesse sentido, acredito poder tratar de forma mais responsável o aspecto da justiça social com um enfoque sobre as juventudes negras das periferias dos grandes centros urbanos do Brasil. *Rosana Silva Chagas. Turma 2009.*

As etapas do processo de elaboração da dissertação foram longas, árduas, suadas e de muita angústia. Com os encontros e discussões feito com o orientador, tudo colaborou para sanar as dúvidas e as dificuldades. Confesso que, de início, tive algumas dificuldades e posso dizer que é cultural, porque o distanciamento de debates sobre gênero, em minha cultura, é muito forte. Esse foi o primeiro obstáculo a ser superado. Os encontros de orientação ocorreram de início mensal, posteriormente, foram quinzenal quando foram escritas as primeiras páginas da dissertação [...]

A minha perspectiva em relação o pós-bolsa é contribuir para a Educação entre os professores indígenas. Através do trabalho realizado, minha missão é apresentar os resultados às mulheres Terena dirigentes e membros das associações existente nas aldeias. Acredito que esse trabalho irá fortalecer suas atuações como chamo de “as guardiãs de seu povo”. Meu maior anseio também se faz em cursar o doutorado o mais breve possível e conquistar um espaço futuramente no Educação Superior. Atualmente recebi um convite para assumir a coordenação da educação indígena do município de Aquidauana. Vejo nisso meu reconhecimento por parte de nossos gestores municipais e nossas lideranças indígenas, o que torna gratificante. *Lindomar Lili Sebastião. Turma 2009.*

O desejo de Lindomar Lili Sebastião em cursar o doutorado logo após o término do mestrado foi realizado por muitos ex-bolsistas conforme informaremos no próximo capítulo sobre ex-bolsistas e pós-bolsa.

5

PÓS-BOLSA E EGRESSOS

ESTE CAPÍTULO SOBRE pós-bolsa e egressos foi organizado em torno de três tópicos: relacionamento mútuo, seguimento de egressos e associação de ex-bolsistas.

5.1. RELACIONAMENTO MÚTUO

Mesmo antes do encerramento de suas bolsas, bolsistas e ex-bolsistas foram instados(as), por diferentes estratégias, a manter vínculos com seus(as) colegas, com a associação de ex-bolsistas e com o Programa.

Boa parte de nossos apelos institucionais aos(às) ex-bolsistas se referiu ao envio de documentos, por exemplo, o diploma/certificado de titulação e o relatório final de bolsa. Outras vezes, o contato era estabelecido para que ex-bolsistas respondessem a *surveys* sob responsabilidade nossa – o *follow up* dos(as) egressos(as) – ou da instância contratada pelo IFF (CHEPS – *Center for Higher Education Policy Studies*) para avaliações periódicas. Também solicitamos que atualizassem endereços e telefones.

Esses contatos foram, via de regra, desgastantes pelo baixo índice de resposta que se obtém inicialmente.

Nosso desgaste não decorre apenas do trabalho, mas da frustração pelo desbalanço que percebemos na regra da reciprocidade: na condição de bolsista receberam intensa atenção de nossa parte. Imaginávamos que fosse recíproco recebermos atenção em resposta a nossas solicitações.

Em contrapartida, as respostas foram generosas e rápidas quando abrimos oportunidade de participação de ex-bolsistas em atividades presenciais e profissionais relacionadas ao Programa. Com efeito, ex-bolsistas foram convidados(as) para diversas atividades tendo sempre respondido positiva e prioritariamente: acolher bolsistas eleitos(as) ou bolsistas em eventos; emitir pareceres sobre pré-projetos e comunicações; escrever artigos para as coletâneas temáticas e as *Circulares*; participar de eventos organizados pelo Programa e pela Fundação Carlos Chagas, como os Encontros Brasileiros de Bolsistas IFP, ou mesmo acolherem colegas em suas residências em situações excepcionais (“acolhida solidária”).

Também ex-bolsistas têm sido generosos(as) em compartilhar seu sucesso profissional e acadêmico, enviando-nos espontaneamente informações que divulgamos com entusiasmo na rede e compartilhamos com os responsáveis institucionais.

Durante praticamente toda vigência do IFP no Brasil, procuramos propiciar e fortalecer vínculos entre bolsistas e ex-bolsistas. As condições para que isso ocorresse eram, ao mesmo tempo, propícias e desfavoráveis. Boa parte dos(as) bolsistas ao chegarem ao Programa já haviam desenvolvido vínculos fortes com organizações do movimento social. As relações instauradas via Programa eram circunstanciais, temporárias e, por vezes, atravessadas por divergências relacionadas aos vínculos pré-existentes com os movimentos sociais.

Além disso, apesar de uma certa concentração em São Paulo e na PUC-SP, os(as) bolsistas se encontravam dispersos(as) em regiões, estados, cidades, universidades e programas. Ou seja, não dispunham de muitas oportunidades de convivência para além do contato propiciado por encontros, cursos, etc. Isso não significa que ficaram isolados: temos conhecimento de algumas experiências de minirredes, grupos de apoio envolvendo bolsistas e ex-bolsistas e de, aparentemente, uma intensa troca de mensagens via internet entre alguns. Por conversas, aqui e ali, observamos relações de amizade e mesmo amorosas. Além disso, em relatos pessoais, temos tido acesso a informações referentes à manutenção de colaboração entre ex-bolsistas, por exemplo, em convites para bancas de mestrado ou doutorado.

Também é necessário informar para que se construa uma imagem equilibrada, que a perda total de contato ocorre com relação a muitos poucos bolsistas, em torno de dez no conjunto dos 305 que haviam terminado a bolsa em maio de 2013.

O “baixo” índice⁴⁸ ou morosidade de respostas de ex-bolsistas a nossas demandas institucionais pode ser explicado por diferentes razões: excesso ou desinteresse pelas demandas, excesso de trabalho e preocupações, tipos diversos de envolvimento com o Programa. Destacaremos esta última que nos parece relacionar-se, também, à diversidade de estilos dos bolsistas IFP. Assim, apenas baseados(as) em nossas impressões, observamos estilos diferentes entre os(as) bolsistas IFP no que diz respeito à relação com o Programa, com a bolsa e com nossa Equipe:

- um pequeno grupo de líderes expressivos dos movimentos negro e indígena, que, antes de se candidatarem, muito provavelmente poderiam ter obtido bolsa de outra instituição, e que mantiveram pouco ou instável contato com a Equipe da Fundação Carlos Chagas e o Programa no geral;

48 É difícil saber qual seria o bom índice. Não foram localizados estudos sistemáticos com a questão, sendo esparsas as informações sobre retorno em pesquisas específicas via internet.

- um grupo que participou ativamente da bolsa desde o período de bolsista eleito(a) e que mantém um contato que qualificamos de constante, generoso e afetuoso. Parece que mantém uma relação de reciprocidade e colaboração conosco. Talvez, em média, mais jovens que os anteriores, também ativistas de movimentos ou causas, mas sem ocupar, ainda, posição nacional de liderança no momento de seleção ao Programa;
- um grupo que reivindicou intensamente benefícios durante o período de bolsista (“tenho direito a tudo o que não tive acesso durante minha trajetória escolar”) e que manteve e mantém contato com o Programa na medida de suas necessidades e interesses. Se nossas demandas correspondem a suas necessidades ou interesses, respondem e expressam reconhecimento.

Aprendemos, então, pouco a pouco e sem juízo de valor, que bolsistas e ex-bolsistas entraram no Programa por razões diversas. Isso não era um pressuposto desde o início. Tal percepção foi sendo construída no decorrer da relação e, para alguns(as) de nós, tal apreensão pode ter sido dolorosa inicialmente. Talvez tenhamos entrado na experiência do IFP com uma perspectiva “salvacionista” ou do “bom selvagem”. Talvez não tenhamos nos desembaraçado totalmente do *tokenismo*. Este é um tema que deveria merecer e ter merecido maior atenção: semelhanças e diferenças entre situações exemplares e *tokenismo* na implementação desse Programa no Brasil e, quiçá, no exterior. Talvez as armadilhas do paternalismo e assistencialismo rondem mais intensamente experiências como essas do que imaginávamos. Procuramos enfrentá-las com discursos e práticas da ética e do cuidado no trato com as pessoas, dos direitos e deveres e das responsabilidades e liberdades individuais.

É difícil, porém, estabelecer limites claros (até mesmo para si próprio) entre o exercício da autoridade e o autoritarismo, do cuidado e do paternalismo. Com certeza, alguns(as) bolsistas terão construído imagens de paternalismo e autoritarismo de nossa equipe, ou pelo menos, de sua coordenação. Outros, talvez, interpretaram o acompanhamento “ombro a ombro” como cuidado e exercício de autoridade. Um(a) deles(as), por exemplo, no relatório final, avaliou o controle das saídas do local de estudo para o local de origem para visitar a família “excessivo, beirando ao autoritarismo”.⁴⁹

Porém, como ato, os(as) bolsistas sempre foram generosos em participar de atividades (seminários, encontros), sempre pediram mais e reconhecem nossos esforços.

Waldimir Rodrigues Viana. Turma 2009. O Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford foi para mim um extraordinário aliado para a formação em alto nível. De fato considero que este Programa realmente traz no seu conceito e na prática o sentido de ações afirmativas. Quanto ao programa de pós-graduação que participei na Faculdade de Educação da UFMG posso afirmar que se trata de um programa de alta qualificação tendo a nota máxima de avaliação no Brasil. É notável a qualidade do corpo docente, a estrutura geral da faculdade bem como o funcionamento administrativo e operacional daquele centro formativo. Da minha parte cumpri rigorosamente com os prazos daquela instituição tendo muita proximidade com alunos e professores, tirando proveito do máximo de recursos disponíveis na UFGM.

⁴⁹ No Brasil, o Programa exigia que o(a) bolsista residisse durante a vigência da bolsa no local de estudos.

As sugestões ao IFP por ocasião dos relatórios finais são variadas, indicando a diversidade de estilos e preocupações dos(as) egressos(as) ao terminarem este ciclo de suas trajetórias, para com suas carreiras e para com o coletivo.

QUADRO 20 - EXCERTOS DE SUGESTÕES DE EX-BOLSISTAS A PARTIR DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS FINAIS. BRASIL.

- Disponibilizar informações sobre bolsas/intercâmbios com universidades norte-americanas aos ex-bolsistas que tenham interesse em dar continuidade aos estudos nos Estados Unidos e promover encontros entre ex-bolsistas de diferentes países como estratégia de efetivar vínculos e trabalho contínuo.
- Acompanhamento presencial dos bolsistas e não apenas por *e-mail*, caso o IFP retorne.
- Indicar os ex-bolsistas para o mercado de trabalho.
- Contribuir para manter viva a rede de ex-bolsistas IFP.
- Ajuda financeira anual para participação em, pelo menos um, Congresso Internacional.
- Ajudar com subsídios aos membros da ABRAPPS para viabilizar projetos.
- Entrar em contato com os ex-bolsistas, principalmente via *e-mail*, informando sobre novas oportunidades que surgirem.
- Promover eventos (tais como: congressos, seminários, simpósios, cursos de pequena duração) envolvendo os ex-bolsistas, bem como enviar informações que auxiliem na atualização profissional e na colocação profissional, quando for o caso.
- Tentar acompanhar os ex-bolsistas para, entre outras coisas, perceber o retorno social do investimento.
- Criar uma revista científica.

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Frente à diversidade de perfis, estilos, inserções e lealdades de ex-bolsistas prévias à integração ao IFP, vale destacar a pertença étnico-racial: durante a vigência da bolsa, apesar de esforços de integração, observamos pouco intercâmbio entre bolsistas e ex-bolsistas negros(as) e indígenas. Isso não é específico ao Programa, posto que a agenda política de ambos movimentos sociais com respeito à pós-graduação nem sempre foi ou é convergente.

Ou seja, nossa hipótese é que a inserção ativista e profissional de ex-bolsista ocorrerá ou está ocorrendo no âmbito de suas lealdades políticas prévias, de suas particularidades pessoais e de suas aspirações construídas também com o aporte da bolsa IFP.

Os laços estabelecidos entre ex-bolsistas foram, porém, suficientes para a criação de uma associação – Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social (ABRAPPS) e que contava, em abril de 2013, com 80 associados(as).

QUADRO 21 – SOBRE A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORAS(ES) PELA JUSTIÇA SOCIAL.



ABRAPPS
Associação Brasileira de Pesquisadoras(es) pela Justiça Social

ABRAPPS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA LUTA PELA JUSTIÇA SOCIAL

A Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social (ABRAPPS) é uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 08 de junho de 2008, com sede na cidade de São Paulo e atuação em todo Brasil. Está devidamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, ocorrido em 29 de março de 2012, sob n. 15.077.929/0001-96.

A ABRAPPS tem como objetivo a promoção e apoio à justiça social por meio de elaboração de projetos, consultorias, programas e assessorias nas mais diversas áreas de conhecimento humano – desde que, para isso, o seu fim seja a equidade, a igualdade e a justiça social.

A ABRAPPS foi fundada por ex-bolsistas do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, mas é aberta a todos os profissionais, de qualquer área, que estejam interessados em agregar pesquisa, ciência, e tecnologia em prol de uma sociedade mais justa. Atualmente, conta com a filiação de 80 associados, mas em processo de expansão.

Administrativamente a Associação está organizada em uma diretoria geral e cinco coordenações regionais (uma para cada região do Brasil) que também são órgãos de assessoria da Diretoria e tem caráter deliberativo nos casos referentes à sua região.

Uma das inovações da ABRAPPS é o formato de decisões e deliberações frente às novas tecnologias da comunicação. Seu estatuto e Regimento interno inovaram ao abrir espaço para interação dos seus associados em tempo real, por meio das mídias sociais. Isso torna sua gestão mais ágil, prática e em sintonia com os novos tempos. Enquanto não tem seu *site* próprio a Associação criou o blog: <http://blogdaabrapps.blogspot.com>, no qual os associados e demais pessoas podem acompanhar as ações desenvolvidas. Uma das recentes novidades neste campo, foi a criação do Jornal Eletrônico (BOLETIM ABRAPPS) totalmente gratuito e, por enquanto, mensal e com acesso via *e-mail*.

Importa ressaltar, ainda, que todas as pesquisadoras e pesquisadores da ABRAPPS são mestres e doutores de diversas áreas do conhecimento. Estes têm vínculos com instituições de ensino superior (federais, estaduais e privadas); além de organizações governamentais e não governamentais vinculados à defesa, proteção e garantia de direitos; também com órgãos governamentais de planejamento e implantação de políticas públicas. Essa diversidade é reflexo do perfil heterogêneo dos associados, que abre espaço para o engajamento de diversos outros setores e interessados da sociedade brasileira.

Finalmente, cabe também destacar o apoio que sempre recebeu da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas - essenciais, desde a gestação da ABRAPPS até a fase atual. Os interessados em ter acesso ao BOLETIM ABRAPPS, filiação ou qualquer outra informação podem nos contatar via: diretoriaabrapps@gmail.com

Fonte: Base de dados do programa IFP (2013);

5.2. SEGUIMENTO DE EGRESSOS

Até 2012, havíamos realizado três seguimentos (*follow up*) de ex-bolsistas no âmbito de suas atividades laborais. Os resultados obtidos foram animadores, conforme se observa nas Tabelas 20 e 21.⁵⁰ Apresentaremos, a seguir, os resultados da pesquisa de 2011, quando o questionário foi enviado aos egressos(as), dentre os(as) quais 160 (72,4%) responderam, o que pode ser considerado um bom retorno. É muito difícil estabelecer comparação com outros esparsos estudos nacionais, na medida em que aqueles focalizam, geralmente, egressos de um único nível (mestrado ou doutorado) e de um único curso ou PPG.

Antes de apresentar a situação laboral, é necessário informar que entre os(as) bolsistas que terminaram o mestrado com bolsa IFP, em 2011, 39% continuaram a formação acadêmica no doutorado.

50 Ao preparar este texto, estávamos coletando dados do que será o último *follow up* deste Programa.

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE EX-BOLSISTAS POR NÍVEL DA BOLSA E ATIVIDADE LABORAL. SEGUIMENTO 2011. BRASIL.

Trabalho	Nível de bolsa IFP		Total
	Doutorado	Mestrado	
Sim	18,1	58,2	76,3
Não	4,4	19,3	23,7

Fonte: Seguimento 2011. N = 160 respostas. Base de dados do Programa IFP (2013).

No conjunto de 160 ex-bolsistas, 76,3% estavam trabalhando (Tabela 19), em sua maioria e especialmente egressos de doutorado em instituições públicas com ingresso via concurso. Dentre elas, destacam-se as universidades federais, particularmente aquelas que se expandiram via interiorização dos *campi*.

TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA POR TIPO DE INSTITUIÇÃO ONDE OS EX-BOLSISTAS EXERCEM A ATIVIDADE DE TRABALHO. BRASIL.

Instituição	Doutorado N = 29	Mestrado N = 88	Total N = 117
Pública concursado	72,4	47,7	53,8
Pública não concursado	13,8	15,9	15,4
Pública sem informação	0,0	1,1	0,9
Privada	3,4	18,2	14,5
Sem fins lucrativos	10,3	10,2	10,3
Mais de uma instituição	0,0	3,4	2,6

Fonte: Seguimento 2011. N = 117 respostas (total dos que trabalhavam). Base de dados do Programa IFP (2013).

Observamos, ainda, que alguns(as) ex-bolsistas atuam em instituições donatárias do Escritório do Brasil da Fundação Ford, inclusive três deles(as) estão diretamente envolvidos(as) no projeto “Equidade na Pós-graduação” (projeto coordenado pela Fundação Carlos Chagas), participando da implementação de cursos de formação preparatória a processos seletivos na pós-graduação, focalizando preferencialmente grupos sociais ali sub-representados. Isto é, participam da construção e manutenção do legado do IFP. Também, a destacar, ex-bolsistas IFP de mestrado que seguiram carreira muito rápida, cursando o doutorado e assumindo posição de comando em algumas universidades.

6

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, AVALIAÇÕES DO PROGRAMA E O CONTEXTO NACIONAL

NESTE ÚLTIMO CAPÍTULO integramos os temas relacionados a políticas institucionais, avaliações e mudanças no contexto sociopolítico e educacional brasileiro.

6.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As relações institucionais foram francas, adequadas, amistosas, dialógicas e eficientes. Difícil estabelecer uma estimativa do número ou frequência de contatos entre as equipes local e central. Talvez tenham sido mais frequentes no início da implementação do Programa e em situações de “crise”. Também procuramos comunicar os “sucessos” do Programa no Brasil à equipe central, transmitindo para a Secretaria Técnica “casos” ou histórias interessantes (um pouco de *tokenismo*?) envolvendo ex-bolsistas.

A disponibilidade de contato com instituições parceiras regionais colaborou na formação inicial do IFP no Brasil e em subsídios para seu desenvolvimento. Os En-

contros Regionais periódicos e os Internacionais, mais raros, estimularam a reflexão sobre as práticas nacionais e a troca de experiências internas. Foram poucas, porém, as oportunidades de apresentação e discussão do Programa com interlocutores internacionais fora do âmbito do IFP. Não houve estímulo para isso, o que pode ter acarretado um certo isolamento em plano internacional e acadêmico. Afinal, muito provavelmente, as instituições parceiras dispunham de contatos internacionais que poderiam ter sido mais aproveitados sob os auspícios do IFP. Tais práticas poderiam ter auxiliado a divulgação do Programa e oferecido um *feedback* a partir de olhar externo mais expandido.

O fato de os encontros internacionais e regionais terem sido todos mediados pela Secretaria Técnica, com agenda direcionada à pauta interna de implementação, talvez tenha dificultado a possibilidade de troca mais profunda, visando refletir mais sobre nossa prática. Sentimos falta de estratégias para ultrapassar barreiras regionais e termos tido oportunidade de estágio em instituições de outras regiões que implementaram o IFP. Porém, o estágio inicial realizado na instituição parceira chilena e o acompanhamento da segunda seleção Chile-Peru foram de extrema relevância para a implementação do Programa no Brasil.

O modelo de implementação internacional do IFP – “centralizado com descentralização” – foi inovador, rico e complexo, riqueza e complexidade aumentadas por seu caráter internacional. Até então, nunca participáramos ou tivéramos notícia de uma experiência educacional internacional tão extensa – 22 países envolvidos –, durando tantos anos (13) e com esse modelo de gestão aqui denominada “centralizada-descentralizada”.

Dentre os componentes internacionais mais complexos, destacamos o formato adotado pelo seguro-saúde que ficou sob responsabilidade de firma europeia. Diferentemente de nossa prática brasileira de um plano de assistência à saúde, o modelo adotado foi “seguro”, isto é, focalizado em emergência. Tal particularidade, associada à carga administrativa pesada, o seguro-saúde, apesar de indispensável, constituiu uma sobrecarga penosa para nós e foi avaliado como inadequado pelos(as) bolsistas. As respostas de bolsistas sobre o seguro saúde no relatório final constituem um indicador dessa nossa ponderação. Os dados transcritos na Tabela 21 referem-se a uma amostra de 30 ex-bolsistas.

TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÕES DE AMOSTRA DE EX-BOLSISTAS SOBRE O SEGURO-SAÚDE. BRASIL

Seguro-saúde	N	%
Não usou seguro IFP	10	33,3
Usou seguro IFP e avaliação satisfatório	08	26,7
Usou seguro IFP e avaliação insatisfatório	06	20,0
Usou seguro IFP e avaliação contraditória	06	20,0
Total	30	100,0

Fonte: Base de dados do Programa IFP (2013).

Observamos nessas respostas: 1/3 dos(as) 30 bolsistas respondeu que não usou o seguro; dos 20 que usaram o seguro-saúde, apenas oito consideraram o seguro satisfatório. Os(as) demais, ou avaliaram negativamente, ou avaliaram positivamente, mas seus comentários foram negativos (categoria denominada “avaliação contraditória”).

Para as pessoas da Equipe FCC, a intermediação entre a seguradora e os(as) bolsistas constitui uma atividade desgastante seja por ter coincido com casos familiares de doença, seja pelo desconforto de termos que entrar em contato com a intimidade pessoal dos(as) bolsistas, desconforto decorrente, em parte, por não sermos profissionalmente preparadas para essa atividade (ninguém na Equipe é assistente social ou tem formação em saúde).

Assim, ao entrarmos em contato com os problemas de saúde dos(as) bolsistas e as dificuldades de comunicação com a seguradora e de resolução das pendências, não dispúnhamos de ferramentas profissionais que permitissem um certo distanciamento. Tratávamos o caso quase no âmbito do privado, do pessoal, e não do público, profissional. Daí o desgaste, o desconforto e a depreciação da atividade.

6.2. AVALIAÇÕES DO PROGRAMA

Talvez a melhor estratégia na experiência do IFP no Brasil tenha sido a adoção de avaliação da implementação, uma modalidade de avaliação formativa que ocorreu durante toda a trajetória do Programa, envolvendo todos(as) os(as) participantes: dos(as) candidatos(as), à Comissão de Seleção; dos(as) assessores(as) *ad hoc*, aos(as) bolsistas; da equipe local (FCC) à central (IFF). Isto é, sistematicamente solicitávamos avaliações de nossas práticas, sistematizávamos as avaliações, refletíamos sobre elas, respondíamos e implementávamos mudanças sempre que possível e a partir de críticas que nos pareciam pertinentes. Porém, contamos apenas uma vez com uma limitada avaliação externa referente aos instrumentos adotados nas seleções 2002 e 2003.⁵¹

Consideramos ter desenvolvido três bons instrumentos de avaliação do processo de implementação do Programa no Brasil: a sistematização das avaliações de bolsistas, ex-bolsistas e colaboradores, os relatórios narrativos para a Secretaria Técnica e os informes para a Comissão de Seleção. Isso instigou-nos em vários momentos a que corrigíssemos rotas em todas as etapas, correções que envolveram desde a alteração do calendário, até estratégias para melhorar as refeições no hotel onde ocorriam as reuniões com bolsistas; desde eliminar pequena frase no edital não mais acenando para “atenção especial” às mulheres, até alterar o processo de seleção dos(as) indígenas; desde enviar o pré-projeto dos(as) candidatos(as) a apenas um assessor *ad hoc*, até compor um cadastro de assessores, mais restrito e selecionado. As inúmeras avaliações redundaram, pois, em inúmeras e por vezes pequenas modificações na implementação do Programa. Mas faltou-nos uma avaliação externa, que nos apontasse aspectos a melhorar, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento, não o individual, mas o de grupo como o que foi efetuado no capítulo 4 deste texto. Talvez a avaliação externa pudesse ter avançado a pergunta crucial, instigante e oportuna, efetuada por Joan Dassin à primeira versão deste texto: qual a importância ou impacto da experiência internacional na implementação do Programa no Brasil?

Outra vez, nossa reflexão envolve a reflexão sobre a experiência internacional em sua singularidade: o Programa não foi proposto por uma instituição internacional qualquer, mas pela Fundação Ford que dispõe de uma intensa e bem valorizada experiência no Brasil, particularmente no campo das relações étnico-raciais; não foi uma experiência internacional da FF envolvendo uma equipe ao acaso, mas a equipe que se constituiu no IFF em torno de Joan Dassin; não foi uma experiência internacional como qualquer outra, mas envolvendo 22 países, previsão de duração inicial de dez

⁵¹ Planejamos uma avaliação externa do Programa no Brasil em 2007. Contatamos uma pesquisadora, professora da USP. Esboçamos uma pré-proposta, que não foi aprovada pela Secretaria Técnica do IFP.

anos, prorrogada para 13, com recursos compatíveis para a implementação de proposta original e ambiciosa (no bom sentido). Não foi uma experiência imposta de cima para baixo, mas adotou um modelo de gestão “centralizado-descentralizado”.

Ou seja: dificilmente uma instituição nacional brasileira planejaria, naquele momento, a implementação de uma experiência de ação afirmativa na pós-graduação e que tivesse tão longa perspectiva de vida. Aqui, nesta experiência, estivemos longe das instabilidades nacionais decorrentes de contingências político-partidárias-eleitorais e de ocupação de cargos. A longa duração da experiência, a nosso ver, dificilmente seria possível com uma administração nacional. E essa duração foi também crucial para a experiência.

Para além da singularidade desta experiência concreta, a dimensão internacional constituiu importante fator de legitimidade do Programa no Brasil, inclusive para bolsistas e ex-bolsistas, principalmente nesse momento de busca de “internacionalização” da pós-graduação brasileira (ver Brasil, *Programa Nacional de Pós-graduação, 2011-2020*).

Mas a dimensão internacional por si só não seria bem vinda se o IFF não tivesse adotado o modelo “centralizado com implementação descentralizada”, com diálogo aberto entre parceiros locais e a equipe central. Se a coordenação internacional tivesse imposto de cima para baixo um modelo a ser implementado, a história do IFP no Brasil teria sido outra; se as singularidades das equipes fossem outras, a história também seria outra. Pudemos mencionar “zonas cinzentas” e tensões nesta narrativa porque outras cores e luminosidades permearam a construção dessa experiência nacional.

Neste tópico sobre avaliações apontamos, ainda, nossa aspiração não concretizada de submeter teses e dissertações de egressos(as) do Programa a um experimento de avaliação externa, incluindo comparação com grupo controle. Tal avaliação poderia ter sido um experimento exemplar para a pós-graduação brasileira e para o próprio IFP. Como teses e dissertações permanecem, quiçá volveremos a elas nos próximos anos!

6.3. O CONTEXTO NACIONAL

Terminaremos o texto voltando-nos ao contexto brasileiro para destacar alguns marcos desta década. Entre 2001, ano de início do Programa no Brasil, e maio de 2013, quando terminávamos a última versão deste texto, muitas mudanças ocorreram no cenário da educação superior brasileira, da pós-graduação e das relações étnico-raciais. Nesses quase 13 anos – a Presidência da República tendo sido ocupada por três presidentes – iniciativas importantes foram introduzidas no que diz respeito ao reconhecimento do racismo brasileiro e às estratégias para sua superação, entre elas a adoção de políticas de ação afirmativa.

Se é verdade que se podem localizar, no Brasil, algumas iniciativas de discriminação positiva desde os anos 1930 (por exemplo, a “Lei dos Dois Terços” – Lei n. 5452/1943 – visando a garantir a presença de 2/3 de trabalhadores brasileiros nas empresas) e que a Constituição de 1988 – a denominada Constituição Cidadã – avançou algumas medidas para superar discriminações de gênero, étnico-raciais e em relação à pessoa com deficiência física, foi somente no final da década de 1990 que o Governo Federal se envolveu com o tema das ações afirmativas.

A marca de origem provém do “Seminário internacional multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos” (BRASIL,

1996), cujas comunicações e debates não só sacudiram as bases da crença na democracia racial brasileira, mas também apresentaram via de combate ao racismo por meio de políticas de ação afirmativa.

A participação do Brasil na “III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata” (2001) foi precedida de intensa movimentação nacional, secundada por análises sociodemográficas realizadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), que elaborou descrições e interpretações contundentes sobre a discriminação étnico-racial na educação (HENRIQUES, 2001).

Assim, já havia clima, em 2003, para que a Assembleia Estadual do Rio de Janeiro aprovasse lei obrigando a adoção de cotas para o ingresso de estudantes provenientes da escola pública e autodeclarados “negros e pardos” nas universidades fluminenses.

O sistema foi implementado em 2004, na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e na UnB (Universidade de Brasília), algum tempo após a implementação do IFP no Brasil. De lá para 2010, Jodas e Kawakami (2011) contabilizaram 115 instituições de ensino superior (IES) no Brasil que introduziram sistema de cotas, ou seja, 44,7% das IES brasileiras, incluindo nesse total as 67 licenciaturas interculturais para povos indígenas, novidade também do período, sendo que a modalidade mais adotada nessas experiências no período foi a de reserva de vagas (cotas), principalmente para estudantes que frequentaram a rede pública no ensino médio. O número de IES públicas e privadas que adotaram estratégias de ação afirmativa evidencia uma progressão crescente entre 2002-2010, apesar da violência do debate midiático (FERES JÚNIOR, 2008), a despeito da ação de inconstitucionalidade de cotas raciais interposta pelo Partido Democratas (DEM) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, não obstante, em abril de 2012, votou no sentido de sua constitucionalidade.

O debate e as práticas envolvendo as ações afirmativas, principalmente na modalidade de cotas, estiveram sob o foco dos holofotes particularmente em três momentos históricos nesse período: quando das votações do Estatuto da Igualdade Racial (2010), do mencionado reconhecimento de constitucionalidade pelo STF, precedido de audiências públicas durante três dias, divulgadas pelas mídias em extensa cobertura; da aprovação da Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012 – conhecida como a “lei de cotas” –, que instituiu novo sistema de ingresso nas universidades e instituições federais de ensino técnico. A partir dessa lei, essas instituições reservam 50% de suas vagas a egressos(as) do ensino médio público, 50% das quais destinadas a famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita e em proporção variável conforme a presença na universidade federada, de autodeclarados pretos(as), pardos(as) e indígenas. A aprovação dessa lei abriu perspectiva para que redes estaduais de ensino superior também vislumbassem essa iniciativa, reelaborada à luz das particularidades locais, como vem sendo discutido no estado de São Paulo.

Todas essas iniciativas vêm se refletindo num alto índice de crescimento de estudantes negros, homens e mulheres, no ensino superior (Tabela 22). Esse aumento decorreu, também, de outras estratégias adotadas pelo governo Lula da Silva, como a interiorização dos *campi* de universidades federais, de bolsas de estudos para universitários em IES privadas (Prouni) e o das licenciaturas interculturais para estudantes indígenas (Prolind).

Para o contingente estudantil na graduação, o aumento espetacular de 116,4% entre 2000 e 2010 ainda pouco alterou seu percentual no conjunto da população: em

2000 o percentual de estudantes no ensino superior atingia apenas 1,7% dos(as) brasileiros(as) e, em 2010, 3,2%. Analisando-se o impacto das iniciativas anteriores à lei de cotas, observa-se um aumento significativo de homens e mulheres negros(as) frequentando a graduação em 2010. Isto é, observa-se um aumento significativo para os quatro segmentos sociais focalizados nas Tabelas 22 e 23, mas principalmente entre homens e mulheres negros. Porém, esse aumento não foi suficiente para flexionar a curva: homens e mulheres brancos(as) continuam a representar uma intensa maioria entre os(as) estudantes de graduação.

TABELA 22 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR E DA POPULAÇÃO POR SEXO E COR/RAÇA. BRASIL 2000 E 2010.

Sexo/cor/ raça	Estudantes na graduação					População geral				Variação (2-1)
	2000		2010		Variação (2-1)	2000		2010		
	(1)	%	(2)	%		(1)	%	(2)	%	
Homem branco	984.079	34,4	1.718.764	27,7	74,7%	43.818.985	25,8	43.426.738	22,8	-0,9%
Homem negro	234.955	8,2	904.471	14,6	285,0%	38.444.203	22,6	48.588.437	25,5	26,4%
Total homem*	1.244.796	43,5	2.667.420	43,0	114,2%	83.602.317	49,2	93.406.634	49,0	11,7%
Mulher branca	1.265.076	44,2	2.187.400	35,3	72,9%	47.479.057	27,9	47.194.337	24,7	-0,6%
Mulher negra	324.951	11,3	1.283.236	20,7	294,9%	37.428.213	22,0	48.582.748	25,5	29,8%
Total mulher*	1.619.250	56,5	3.529.896	57,0	118,0%	86.270.527	50,8	97.348.530	51,0	12,8%
Total	2.864.046	100,0	6.197.316	100,0	116,4%	169.872.844	100,0	190.755.164	100,0	12,3%

* Total por sexo incluindo todos os estudantes.

Fonte: Microdados Censo Demográfico 2000 e 2010 - IBGE - Tabela 2.20 do anexo (ROSEMBERG; ARTES, 2013).

Paralelamente, o sistema de pós-graduação brasileiro vem apresentando uma curva ascendente no que diz respeito ao número de cursos, docentes e discentes e, também, no número de bolsas. Apesar dos indicadores de expansão (variação de 57% entre 2000 e 2010), a pós-graduação brasileira continua ostentando o mesmo perfil de desigualdade de acesso para negros(as) conforme Tabela 23.

TABELA 23 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES DE MESTRADO E DOUTORADO E DA POPULAÇÃO POR SEXO E COR/RAÇA. BRASIL 2000 E 2010.

Sexo/cor/ raça	Estudantes na pós-graduação					População geral				
	2000		2010		Variação (2-1)	2000		2010		Variação (2-1)
	(1)	%	(2)	%		(1)	%	(2)	%	
Homem branco	65.681	40,4	87.180	34,2	32,7%	43.818.985	25,8	43.426.738	22,8	-0,9%
Homem negro	10.436	6,4	29.684	11,6	184,4%	38.444.203	22,6	48.588.437	25,5	26,4%
Total homem*	78.015	48,0	118.794	46,5	52,3%	83.602.317	49,2	93.406.634	49,0	11,7%
Mulher branca	71.321	43,9	99.738	39,1	39,8%	47.479.057	27,9	47.194.337	24,7	-0,6%
Mulher negra	11.130	6,8	33.863	13,2	204,2%	37.428.213	22,0	48.582.748	25,5	29,8%
Total mulher *	84.496	52,0	136.441	53,5	61,5%	86.270.527	50,8	97.348.530	51,0	12,8%
Total	162.511	100,0	255.234	100,0	57,0%	169.872.844	100,0	190.755.164	100,0	12,3%

* Total por sexo incluindo todos os estudantes.

Fonte: Microdados Censo Demográfico 2000 e 2010 - IBGE Tabela 2.2 do anexo (RICOLDI; ARTES, 2013).

Nessa massa anônima encontram-se os(as) bolsistas IFP, para os(as) quais procuramos prover a melhor experiência acadêmica possível nos limites institucionais e cientistas que prosseguirão na busca de maior justiça social, diminuindo, ou quiçá eliminando, esta desigualdade histórica brasileira.

A reduzida presença numérica frente à extensão da pós-graduação brasileira na primeira década do terceiro milênio ganha novo sentido ao atentarmos não apenas para composição étnico-racial desse grupo, mas também aos temas que carregaram consigo. A dupla perspectiva acadêmica e de comprometimento social da trajetória dos(as) bolsistas redundou na elaboração de teses e dissertações tratando de problemas sociais brasileiros que vêm ocupando a agenda dos movimentos sociais e das políticas públicas nas últimas décadas e, mais parcimoniosamente, da universidade brasileira. Assim, com nítida predominância de temas sociais, teses e dissertações focalizaram, desde *A vida dos moradores da comunidade Santa Rica com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM* até *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*; do *Protagonismo das mulheres rurais na produção orgânica em Baraúna-RN* ao *Projeto político-pedagógico – a experiência na Escola Municipal Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa, na aldeia Cachoeirinha, município de Miranda, Mato Grosso do Sul*; de *Pegando vidas nas mãos: um olhar etnográfico sobre saberes e práticas das parteiras tradicionais nos circuitos do Amapá em mudanças à (In)diferença e (des)igualdade: um olhar sobre a questão racial no cotidiano escolar*; da *Gestão democrática do conselho municipal do orçamento participativo de Campina Grande: impasses, desafios e avanços*.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema De Poli. O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira — uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, Ipea, out. 2004.
- BERNARDINO, Pedro; MARQUES, Rui Cunha. Academic rankings: an approach to rank portuguese universities. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 29-48, jan./mar. 2010.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. On the cunning of imperialist reason. *Theory, Culture & Society*, v. 16, n. 1, p. 17-32, 1999.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Estatuto da Igualdade Racial*. Brasília, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Brasília, 2012.
- BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 2002.
- CALVÈS, Gwénaële. *La discrimination positive*. Paris: PUF, 2004.
- CAMPOS, M. M. M. From science teacher training to education reform. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNKY, Mary (Org.). *The Ford Foundations 40 years in Brazil: a partnership for social change*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2002. p. 323-351.
- CARVALHO, Marília Pinto de; PINTO, Regina Pahim. *Mulheres e desigualdades de gênero*. São Paulo: Contexto, 2008.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Relatório de Divulgação dos Resultados Finais da Avaliação Trienal 2010*. Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2013.
- CRUZ, A. G. da. Mídia e ação afirmativa: o caso da implementação das cotas na UERJ. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 23 a 26 de agosto de 2011.
- DAGNINO, Evelina; PINTO, Regina Pahim. *Mobilização, participação e direitos*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DASSIN, Joan. Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. In: SANZIO, Rafael; ROSEMBERG, Fúlvia; SOUZA, Luís Antônio F. *Terra, território e sustentabilidade*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-12.
- ESTEVAM, Humberto Marcondes; GUIMARÃES, Selva. Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação stricto sensu em educação da UFU: impacto na formação docente e de pesquisador (2004-2009). *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 703-730, nov. 2011.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). *Código de boas práticas científicas*, São Paulo, Fapesp, 2012.
- FCC/Programabolsa. *Caderno de Instruções. Seleção 2002*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.
- FCC/Programabolsa. *Caderno de Instruções. Seleção 2010*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.

- FERES JÚNIOR, João. *Sinais Sociais – Ação Afirmativa: Política Pública e Opinião*, v. 3, n. 8, p. 38-77, set./dez. 2008.
- FERREIRA, Antônio Honório. *Discursos étnico-raciais proferidos por candidatos/as a programa de ação afirmativa*. Tese (Doutorado) - PUC-SP, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, São Paulo, 2010.
- GONÇALVES, Luiz Alberto O. Depoimento pessoal. 2012.
- GONÇALVES, Luiz Alberto O.; ROCHA, Marco Antônio. *Programa Internacional de Bolsas IFP da Fundação Ford: Proposta para o Brasil*. S/I, mimeo. s/d. 2000.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O Acesso de negros às universidades públicas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVERIO, Valter Roberto (Org.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça*. Brasília: MEC/Inep, 2004. p. 193-216.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: a evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão n. 807, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: ago. 2007.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003.
- INTERNATIONAL FELLOWSHIPS PROGRAM. Disponível em: <www.fordifp.net>.
- JODAS, J.; KAWAKAMI, E. A. Políticas de acesso ao ensino superior: os desdobramentos na configuração dos programas de ações afirmativas no Brasil. In: XI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, DIVERSIDADE E (DES)IGUALDADES. Salvador, Bahia, 6 a 10 ago. 2011.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Discriminations positives, enseignement supérieur et peuples indigènes au Brésil: un survol. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les saviors*, Bondy, n. 7, p. 81-104, out. 2008.
- MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.
- RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. *Novos lugares da desigualdade? Caracterização do ensino superior sob a interface gênero e raça/cor na atualidade*. Relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013. Mimeo.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 96, p. 58-65, fev. 1996.
- _____. O branco do IBGE continua branco em programas de ação afirmativa? *Estudos Avançados*, v. 50, p. 61-66, 2004.
- _____. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio (Org.). *Racismos: olhares plurais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. p. 93-127.
- ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Leandro Feitosa. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. *Cadernos Pagu*, v. 31, p. 419-438, 2008.
- ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. *Quem faz ciência no Brasil: desigualdades e especificidades regionais, de gênero e cor/raça na pós-graduação e na carreira de cientistas*. Relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013. Mimeo.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline . *O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 390-434.

SAMPAIO, Helena; LIMONGI, Fernando; TORRES, Haroldo. *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior, 2000.

SANTOS, André Faro; ALVES JÚNIOR, Antônio. Estresse e estratégias de enfrentamento em mestrandos de ciências da saúde. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2007.

SILVÉRIO, Valter. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, nov. 2002.

VELLOSO, Jacques. Cotistas e não cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 621-644, maio/ago. 2009.

VOLKMAN, Toby A.; DASSIN, Joan; ZURBUCHEN, Mary (Org.). *Origins, journeys and returns: social justice in international higher education*. v. 1. 1. ed. New York: Social Science Research Council, 2009. p. 139-153.

Educ@

publicações online de educação

metodologia SciELO

**Revelando
indicadores
para produzir
conhecimento.**

**<http://educa.fcc.org.br>
educ@fcc.org.br**

